

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

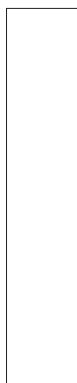
Observação da urbe através de planos e projectos

O caso prático de Amarante

Davide Emanuel Fernandes Almeida

M

2022



Observação da urbe através de planos e projectos

O caso prático de Amarante

dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto sob a orientação do
Professor Doutor Rui Manuel Vieira Passos Mealha

Davide Fernandes
Porto, 2022

“— Caminhas sempre de cabeça virada para trás? — ou: — O que vês está sempre nas tuas costas? — ou melhor: — A tua tua viagem só se faz no passado?

Tudo para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar que explicava ou ser imaginado a explicar ou conseguir finalmente explicar a si próprio que aquilo que ele procurava era sempre algo que estava diante de si, e mesmo que se tratasse do passado era um passado que mudava à medida que ele avançava na sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, digamos não o passado próximo a que cada dia que passa acrescenta um dia, mas o passado mais remoto.”

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Doutor Rui Mealha, pela presença e partilha de conhecimentos que me permitiram realizar a prova e por me ajudar a perceber que arquitectura é muito mais do que forma, mas também instrumento capaz de fazer cidade.

À minha família, que ao longo de todos estes anos me deu todo o apoio que precisei, de forma incondicional.

À minha mãe.

À minha irmã. À Tia Sofia. Aos meus avós.

Aos amigos que independentemente das circunstâncias me foram dando o suporte que precisei, e que nunca me faltaram: à Ana João, à Ana Sofia, à Patrícia, à Andreia, à Cláudia ao Jorge, ao Rafael.

E a todos os outros, amigos, companheiros e colegas que embora não nomeados aqui, foram também presença imprescindível e que de alguma forma me ajudaram neste percurso.



FIG.1_ Steve McCurry, Venice Reflections, Italy, 2011

RESUMO

A presente dissertação surge da necessidade de procurar respostas às várias questões impostas pelo autor a si próprio, e da necessidade de pensar a arquitectura e fazer cidade, tendo em conta, sobretudo, as dinâmicas sociais. A capacidade de intervenção da Arquitectura e do Urbanismo no seu entendimento convencional não têm capacidade de resposta para a velocidade das transformações na sociedade e cidade experimentam. Torna-se sim conveniente encontrar um lugar onde o profissional — arquitecto — se encontra mais próximo das duas vertentes que se conjugam nesta equação: as pessoas e o projecto. Desta forma procurou-se através de estudos e observações, de intenções e imposições de entidades, criar uma tentativa válida de conjugar os valores presentes: na problemática que abrange a cidade e as pessoas, e com isto, a sua condição de sociedade, a visão da Arquitectura e a sua interdisciplinaridade, considerando a sua dependência social, económica, ambiental, e política, com a questão da participação cidadã, que são temas fundamentais para integrar neste conjunto de correlações, sendo primordiais para o desenvolvimento do presente trabalho. A intenção projectual é fisicamente apresentada por uma estratégia de intervenção na cidade, que aponta assim um desenvolvimento da aprendizagem estimulada pela constante necessidade de observação das dinâmicas urbanas efetivas.

ABSTRACT

The present dissertation arises from the need to seek answers to the various questions imposed by the author on himself, and from the need to think about architecture and make the city, taking into account, above all, social dynamics. The intervention capacity of Architecture and Urbanism in its conventional understanding does not have the capacity to respond to the speed of transformations in society and in the city they are experiencing. It is rather convenient to find a place where the professional — the architect — is closer to the two aspects that come together in this equation: the people and the project. In this way, it was sought through studies and observations, intentions and impositions of entities, to create a valid attempt to conjugate the present values: in the problematic that covers the city and the people, and with this, its condition of society, the vision of Architecture and its interdisciplinarity, considering its social, economic, environmental, and political dependence, with the issue of citizen participation, which are fundamental themes to integrate in this set of correlations, being essential for the development of this work. The project intention is physically presented by an intervention strategy in the city, which thus points to a development of learning stimulated by the constant need to observe the effective urban dynamics.

Observação da urbe através de planos e projetos
O caso prático de Amarante

SUMÁRIO

Resumo	10
Abstract	11
INTRODUÇÃO	15
Mapa síntese - Observação da Urbe	22
PARTE I	24
1. Enquadramento	
a. O lugar	25
APROXIMAÇÃO AO CASO DE ESTUDO	
– A CIDADE DE AMARANTE — CARATERISTICAS GERAIS	49
b. Percurso Encontro Estadia Percurso	57
Percurso (A,B,C,D,E)	63
c. Dos Planos, Projectos	100
c.1. Em Amarante	107
2. 2Pontos: 1.Arquitectura inclusiva 2.Participação Cívica	
a. Enquadramento do tema e exposição do problema	121
a1.Síntese do que é a participação	122
a2.O Urbanismo Tático	126
b. VAMOS PENSAR SOBRE AMARANTE?	132
PARTE II	137
1. Gerar de ideias	
a. Espaços para estar	138
b. Um exemplo, o caso de Van Eyck	147
2. Aproximação projectual	
a. Analise territorial - síntese	154
b. PONTOS OPERATIVOS — Intenções	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
Referências e fontes bibliográficas	182
Lista e créditos das imagens	190
Anexos	194

INTRODUÇÃO



FIG.2_ CIDADE IGUAL A PESSOAS

A presente dissertação nasce do confronto direto entre a minha experiência académica e o meu percurso pessoal, despoitando a necessidade de proceder uma reflexão sobre o urbano, tendo como base o conhecimento adquirido em ambos os contextos apontados. Toda a minha experiência académica e pessoal está profundamente ligada a duas cidades distintas, a cidade do Porto, que foi a cidade onde vivi toda a minha vida académica, e que já tinha ligação desde muito novo, e a cidade de Amarante, onde cresci e morei durante o meu percurso académico, fazendo esta conexão e mudanças de escalas através da ligação ferroviária de Caíde, atual ligação Marco de Canaveses. Deste modo vivenciei um conjunto de fenómenos em ambas as cidades, desde os que suscitam sentido de comunidade, e os que excluem esta característica. Assim, juntando interrogações que se foram levantando a quando a leituras de várias outras formas de se pensar e de se viver a cidade, e de que forma todos estes assuntos estão relacionados com o direito à cidade, e aos direitos na cidade, desenrolando-se, assim, uma tentativa de compreender a cidade contemporânea e a sua respetiva população, levando a uma aproximação projetual do e para o urbano.

Partindo assim de uma abordagem mais teórica, utilizando vários autores, e diferentes áreas disciplinares, para enquadramentos das temáticas desenvolvidas, e num segundo momento, tendo em conta uma abordagem mais prática, com uma aproximação mais exaustiva ao caso de estudo — Amarante — e com exemplos de casos práticos para que também possam fundamentar a investigação desenvolvida e as decisões tomadas. E é nesse sentido e tendo como base as pessoas que dão vida à cidade, e que formam assim a condição de sociedade, a visão da Arquitetura e a sua interdisciplinaridade, considerando logo a sua condição socioeconómica, ambiental, e política, com questões relacionadas com a participação, são temas fundamentais para integrar neste conjunto de correlações, sendo essenciais para o desenvolvimento do presente trabalho. Considerando a complexidade de ligações e conexões, dependentes e independentes e tendo em conta toda a diversidade da e na cidade é crucial um estudo dando-lhe uma caracterização mais próxima (entendendo isto, como uma forma não apenas oposta, mas complementar do que é considerado um ato de estudo

teórico, com base em cartografia e dados estatísticos, opondo a necessidade do contacto direto com a realidade exposta). Dada a importância direcionada ao enunciado, e para chegar a metas mais concretas e definidas é importante, como já mencionado, ter um contexto real — Amarante. Neste sentido, pretende-se procurar uma forma possível de se intervir na cidade, englobando os profissionais naturalmente envolvidos com as suas áreas de estudo, mas ainda todos os outros que, não sendo profissionais, são os que dão vida à cidade, são os que lhe dão uso e sem estes, pouco ou nenhum sentido a cidade teria. E desta forma dar um valor (urbano e social) acrescido de modo a conferir um protagonismo e vitalidade que não seja apenas tomada como uma ação pontual, mas que se fixe e se prolongue no tempo. Existiram movimentos, ao longo da história, na tentativa de responder a problemas relacionados à urbanização. A cidade estava a tornar-se pequena para a população que a procurava, o problema genérico era então a densidade populacional versus as infraestruturas disponíveis, desencadeando vários outros problemas. É neste processo de “evolução”, desde as cidades medievais, onde temos os limites das cidades bem delineados e formados, à cidade industrial, onde as muralhas que anteriormente delimitavam a cidade deixam de existir. Não havendo então desta forma um limite morfológico concreto e limitado, fundindo-se assim com áreas que não faziam parte do que se considerava a cidade. Desde os seus primórdios e sobretudo com a industrialização, as cidades foram vistas como lugares de oportunidades e por sua vez, qualidade de vida que estes não conseguiam adquirir em meio rural. Mas é também nesta época que existe uma sobrelotação da cidade, a necessidade de criar habitação para os que migravam do interior para as grandes cidades, levou por sua vez à reprodução de problemas anteriormente existentes e ao surgimento de novos. É a partir deste défice de urbanização (e/ou défice de desenho urbano) que surge a necessidade de ordenamento do território, incluindo o pensamento das zonas periféricas de forma a serem conectadas a centralidades pericentrais, dando-lhes características para que sejam adequadas a novas exigências contemporâneas de vivências. Assim importa perceber as relevâncias sociais das intervenções e comportamento ético dos promotores, decisores e projetistas ao pensar-se

os espaços de urbanização, para se poder alertar para o problema que mais do que emergente, trata-se de algo urgente, e será assim que se poderá encontrar um caminho, ou vários caminhos para a definição de um programa de estruturalização urbanística e qualificação ambiental. É preciso então considerar as expectativas da vida das pessoas, pois é nesta e com esta que os critérios de atuação, pelo menos os mais justos poderão ser encontrados.¹ Foram mencionados vários pontos importantes, dos quais destacam-se *cidade e população*, estes dois encontram-se e cruzam-se sobretudo no espaço público, lugar de eleição para a expressão cívica dos cidadãos, e o encontro de uma forma mais justa de intervenção, sendo aqui que a troca de informação entre estes os cidadãos e os decisores e técnicos enquadram a atuação no exercício democrático. Fará sentido uma definição de 'cidade', quando se vive numa época que se caracteriza pela globalização, gentrificação, privatização do espaço urbano, e do desmantelamento do estado social, indo contra o que inicialmente se entendia como "cidade", espaço urbanizado que se caracteriza sobretudo pela sua constante mutação? Também atualmente, parece redescobrir-se progressivamente práticas ativistas, de certa forma consciente, que é necessário a reformulação do modo de atuação e ter em mente que é no espaço público, que surge frequentemente aspectos da confrontação da sociedade e as suas necessidades. É com este pensamento que é preciso um olhar continuamente crítico e que é através da análise das várias camadas que constituem o urbano de forma a possibilitar novas formas de inovação, abrindo horizontes adequados aos atuais desafios ambientais, que importam à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas. Como afirmava Paolo Caputo será impossível pensar ou projectar (a cidade) se não tivermos motivados por uma utopia,² e não será ideia mais utópica do que aquela de encontrar uma solução para cada problema, que a cada momento se apresenta perante cada um, principalmente se a solução encontrada for de encontro a uma sociedade mais igualitária e mais justa. Da mesma forma que afirmou Mies van Der Rohe que "A arquitectura é o desejo de uma época

1 O que leva a considerar uma importante questão metodológica: como identificar e interpretar as atuais expectativas de vida dos usuários do espaço urbanizado?

2 CAPUTO, Paolo. La arquitectura del espacio público entre el cuidado del lugar y las figuras de la tradición: la arquitectura del espacio público: formas del pasado, formas del presente.[S.n.]: Triennale di Milano; Junta de Andalucía, 1999

traduzida em espaço”, mas em primeira estância porque dar importância à forma, quando o que está verdadeiramente em jogo é a vida?³ É então necessária uma arquitectura atenta à realidade social, cultural, económica e política onde se encontra, e que procure melhorar a situação social das pessoas e não só melhorar o ambiente construído que nele habitam. Naturalmente há sempre diversas soluções possíveis, mas é preciso que a solução adotada expresse as condições morais, filosóficas e sociais no sentido a que a elas responda.⁴ E é a partir da necessidade de rever os princípios da prática de arquitectura e renovar o papel social do arquitecto, ideia já defendida por Nuno Portas em 1964, acreditando que este papel passa por procurar soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas. A cidade é o ponto de encontro coletivo do Homem já há muito tempo, lugar esse onde faz cada tarefa a pensar no plural, porque sendo mais rico, mais lógico e necessário estamos constrangidos a viver uns com os outros, e deste viver relacionados e aproximados deveria resultar, como já referido, de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais aberta e tolerante. É defendida a ideia de que é necessário devolver à arquitectura o seu sentido social. E tem sido questionado durante muito tempo o que a arquitectura e um arquiteto pode ou deve fazer. O exercício profissional do arquitecto deve ser colocado numa relação onde os intervenientes no processo de decisão, sejam muito mais que ele e o cliente direto – pelo menos, quando se trata de, por exemplo habitação social, políticas urbanas, ou atuações pontuais no espaço da cidade, para que a decisão tome em consideração o interesse público. É necessário abrir mais os horizontes e expandir o campo de ação a partir dos diferentes pontos de relação que Arquitectura possui com as diferentes disciplinas, conferindo ao arquitecto para além de organizador do espaço, “homem entre os homens (...) criador de felicidade”⁵, o papel de negociador, mediador e político. O trabalho foi desenvolvido com a intenção de compreender o que é a cidade atual e a sua população, como estas estão a ser pensadas, evidenciando os seus aspetos fundamentais, demonstrando

3 CHILLIDA, Eduardo, *Escritos*, Biblioteca Blowup, La fabrica, Madrid 2005

4 WATKIN, David, *Moral y arquitectura*; trad. Enrique Lynch. - 1ª ed. - Barcelona: Tusquets, 1981, p.35

5 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*; - 3ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1996, p.75

um programa de atuação numa área urbana central. Desde logo foi sentida a necessidade de proceder a uma sistematização do trabalho proposto, de modo a estruturar as diversas correlações pertinentes das problemáticas convocadas, tendo como base referências de autores que desenvolvem pensamentos e experiências que se julgam relevantes para a compreensão do espaço urbano.

Esta dissertação é dividida em duas partes, sendo a primeira estruturada em dois subcapítulos, onde se encontram as noções instaladoras do enquadramento teórico, e a primeira a abordagem do caso de estudo — Amarante — relacionando-se assim as duas vertentes - teórica e prática. Numa perspetiva social, a primeira parte começa por contextualizar conceitos, como lugar, cidade, estadia e entre outros, criando assim a base para o desenvolvimento do presente processo de investigação. Neste sentido, e tendo em conta a atualidade, o “tempo”, o stress individual, assume-se aqui a procura da expressão coletiva nos espaços urbanizados, ou seja, quais as possibilidades, as interpretações e as possíveis formas de análise e de intervenção nesses mesmos espaços. Não se tenta com isto procurar formas concretas de pensar e agir na cidade, mas sim, levantar questões, de modo a refletir sobre a situação atual e de modo a desafiar anteriores entendimentos, parte dos quais perderam a sua capacidade estratégica e operativos refletindo a cerca de respostas aos problemas atualmente existentes. É também nesta primeira parte da dissertação que encontramos informação de enquadramento sobre o caso de estudo, dando prioridade ao reconhecimento direto do local, lançando as questões para uma primeira compreensão do objeto de estudo. Encontramos aqui também a leitura de instrumentos em vigor — planos e projectos — de modo a perceber os efeitos das práticas de gestão sobre aquele espaço e das intenções sobre o mesmo. Nesta parte também se cruzam dois subtemas identificados por “2Pontos: 1 Arquitectura inclusiva 2. Participação Cívica”. Enquadra-se o caso de estudo nestes conceitos, e numa breve aproximação à comunidade, tendo como objetivo a perceção do seu desempenho como fator dinamizador na cidade. No seu todo pretende-se revelar a importância de se englobar os diferentes discursos e formas de atuar na cidade, para que deste modo

se originem ideias mais bem contextualizadas e coerentes. O nosso papel, como arquitectos, pode passar por tentar dissuadir e reorientar dinâmicas, que favoreçam a diversidade, questionar e mostrar novos entendimentos da qualificação do espaço, numa perspetiva de inclusão social.

A segunda parte da dissertação é fundamentada com a presença do trabalho desenvolvido pelo arquiteto Aldo van Eyck e toda a pesquisa feita na primeira parte, de modo a entender o processo que leva à seleção de pontos-operativos (contexto assinalado com potencial estratégico de intervenção, geralmente mencionados em documentos urbanísticos por 'unidades operativas'), e os seus respetivos conteúdos programáticos, tentando desde o início dar espaço no processo de intervenção à participação da sociedade em questão, alargando assim o campo da arquitectura a uma prática mais inclusiva, e levar deste modo à realização de meios para a revitalização urbana mais objetiva, no sentido de tornar o espaço mais valorizado em termos ambientais e no sentido de melhoria da qualidade de vida dos usuários da cidade. Estas formas de observação da cidade foram suscitadas pelo arquitecto mencionado, e por visões estabelecidas por Kevin Lynch, Marc Augé, Henri Lefebvre, entre outros autores que ao longo da investigação foram acrescentados ao conjunto de leituras e estudos teóricos importantes para o seu desenvolvimento, de forma a perceber e formar uma melhor leitura da cidade. Este trabalho, para além da perspetiva crítica às propostas e modos de atuação estabelecidas em planos e projectos existentes na realidade urbana estudada, propõe a sua observação, a escalas mais abrangentes da realidade abarcada.

Observação da urbe

Manifestação mais visível

mas dimensões
descontinuidades
desordem do espaço contemporâneo

= **CIDADE**

(a sua fala, língua, linguagem urbana, escrita) [Henri Lefebvre DIREITO À CIDADE]

resposta que poderá diminuir a desigualdade e injustiça social

SOCIEDADE EM **REDE**

facilidade de relações

promovendo
mobilidade de pessoas
informação
bens e energia

delimitação do campo de trabalho
problemática abordada

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA

CONCEITO DE CIDADE

específico/ concreto/ objetivo [?]

NUNO PORTAS _ termo **polissémico**

**CONSTELAÇÕES URBANAS
POLICENTRICOS**

SISTEMA ABERTO

definição CIDADE

dicionários

Kevin Lynch
joão Seixas
Fernando Távora
Walter Rossa
Henri Lefebvre
Hannah Arendt
Oriol Bohigas
Jordi Borja
Zida Muxi
Rem Koolhaas

Ildefonso Cerdá
David Wachsmuth
Edward Soja
Miguel Kanai
Ash Amir
Nigak Thrift
Alvaro Siza
François Ascher
Alvaro Domingos

QUE SE INSERE EM SISTEMAS URBANOS
MACROREGIONAIS, EIXOS, CONTINENTAIS
E FLUXOS GLOBAIS

CONTEXTO DE CIDADE DE HOJE
- CIDADE REDE, MULTIPOLAR, POLICÊNTRICA

Constituição de sistemas
redes temáticas necessárias
à sustentabilidade das novas aglomerações

ideia de que a cidade
é limitada

DEFINIÇÃO DE CIDADE ALARGADA

= **ULTRAPASSADA**

A CIDADE DO AGORA
meio de vida coletiva

acontecimentos criados por essa comunidade
levantando o seu papel fundamental de **inclusão**

definida através do espaço público
qualidade de cidadania indicadores
exercício de **cidadania** qualidade de vida das pessoas qualidade própria de cidade

estritamente ligado aos problemas do bem comum

ESPAÇOS PÚBLICOS

[o problema]

componentes fundamentais na estruturação
e reconhecimento de uma realidade urbana
em processo de consolidação

O LUGAR

HOMEM — **'ESPAÇO HUMANIZADO'** —

relacionado com o
processo fenomenológico
da percepção e da
experiência do mundo por
parte do corpo humano

AGRAVAMENTO da segregação e fragmentação Social

vísivel a nível espacial — notário pela explosão das
periferias

ANTROPOLOGIA

- relativa ao urbano;
- abordagem antropológica da
organização social urbana

ideia de lugares
organização do espaço

modalidades das práticas coletivas

descontinuidades
descontroladas sem desenho

necessário

reinvenção da cidade

imaginada por muitos/todos

valor de uso = + justa + inclusiva

GRUPO SOCIAL

PARTE I

1. Enquadramento

a. O lugar

O uso do termo lugar através do seu entendimento enquanto que Lugar é definido pelos inerentes valores simbólicos e históricos, e define-se pela natureza dos seus atributos químicos e biológicos) que influenciam e se deixam influenciar pelos utilizadores, e está diretamente relacionado com o corpo humano, esta ideia é defendida por Josep Maria Montaner⁶, que a reforça dizendo que o “Lugar está relacionado com o processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do corpo humano”.⁷

A afirmação anterior, que coloca o Homem no centro do espaço, tornando-o assim lugar —“espaço humanizado” — advém da ideia apoiada pela ciência que o estuda – a Antropologia, sendo que esta é a ciência do Homem no sentido mais lato, que engloba origens, evolução, desenvolvimento físico, material e cultural, fisiologia, psicologia, características raciais, costumes sociais, as suas crenças, entre tudo aquilo a que lhe diz respeito. Quando falamos em Antropologia física, referimo-nos à ciência que estuda a origem e a evolução biológica da humanidade e as diversidades raciais dos seus subgrupos. Falando mais concretamente de cidade, quando falamos em Antropologia, é evidenciada uma abordagem da organização social urbana. É desta ideia de que o espaço apenas ganha sentido quando existe o homem, ou seja, que exista mas com sentido de pertença, intencionalidade e com significado, para que lugar seja falado como o lugar antropológico - uma construção mais do que concreta, simbólica do espaço, que por si só, não poderia dar conta das transformações da vida social, parecer sustentado por Marc Augé, onde afirma que o não-lugar é o contrário da utopia: existe e não alberga sociedade orgânica nenhuma.⁸ (ver imagem da página seguinte)

O pensamento subjacente ao de Marc Augé é a dúvida de que os não-lugares podem instigar uma perda de nós mesmos como um grupo e como sociedade, privilegiando o isolamento individual. O termo não-lugar utilizado por este autor é assim acompanhado para a compreensão da sociedade

6 MONTANER, Josep Maria, *A modernidade superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX*/ Josep Maria Montaner. - Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p.33

7 MONTANER, Josep Maria, *A modernidade superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX*/ Josep Maria Montaner. - Barcelona: Gustavo Gili, 2001, p.38

8 AUGÉ, Marc, *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*; trad. Miguel Serras Pereira. - [Lisboa]: Editora 90°, 2005 p.94

contemporânea. O autor ainda afirma, que a ideia de lugares e organização do espaço são consideradas uma das modalidades das práticas coletivas e também individuais, dentro de um mesmo grupo social. Sendo estas coletividades pensadas de forma simultânea entre a identidade e a relação, valorizando,⁹ portanto e tendo em conta a extensão que 'o lugar' pode tomar no contexto do objeto de estudo.

⁹ "...toda a antropologia é antropologia dos outros que o lugar, o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para os que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa." Considerando-se a escala de lugar sempre variável. Augé, Marc, Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade/ Marc Augé ; trad. Miguel Serras Pereira. - [Lisboa]: Editora 90°, 2005, p.45/46



FIG.3_ Aeroporto, por Álvaro Isidoro

"A manifestação mais visível, pelas suas dimensões, da descontinuidade e da desordem do espaço contemporâneo é a cidade e, se o homem como ser urbano tem já longos antecedentes, a verdade é que a cidade típica dos nossos dias apresenta aspetos e problemas completamente inéditos"¹⁰

¹⁰ TÁVORA, Fernando. Da Organização do Espaço, Porto, FAUP Publicações, 1999, p.34

Para conseguirmos ler esses problemas, é necessário encontrar uma metodologia de reconhecimento e interpretação de ler e estudar o objeto de estudo. Encontramos na Cidade a sua fala, a sua língua, a sua linguagem urbana e por fim existe a sua escrita, aspectos enunciados por Henri Lefebvre, e é aqui que o autor afirma que é necessário estudar como é que eles são entendidos, ou seja, e de que forma é que a cidade é significada, e valorizada como 'lugar'. O que acontece na rua, nas praças, nos vazios, quais as suas particularidades e como é que se evidencia a passagem do tempo na cidade. Lefebvre segue o pensamento solicitando para que não sejam esquecidas as dimensões da Cidade — a simbólica, a paradigmática e a sintagmática.¹¹ Num primeiro momento é importante de facto perceber quais os contextos e temáticas que são abordadas. Tem que haver um mínimo de entendimento pelo objeto de estudo, sendo ele complexo, será possível enquadrá-lo num conceito concreto/específico/objetivo, mas existe atualmente uma definição consensual para cidade? Para continuarmos o estudo do 'urbano', sendo este uma construção teórica, é importante perceber em primeira instância ao que se refere, tanto quanto possível, este conceito. Como lemos no livro intitulado "Políticas Urbanas" no capítulo "da Cidade ao Urbano", tanto os conceitos como as palavras "cidade" e "urbano" encontram-se banalizadas, onde atingiram um grande número de sentidos, que fazem com que seja pertinente questionar para que servem e o que realmente denominam. Nesse mesmo livro, na introdução, Nuno Portas afirma que "o termo cidade tornou-se polissémico, denotando diferentes lugares e aglomerações de vida e forma ditas urbanas. Daí a frequência com que se adjetiva ou qualifica cada tipo ou padrão de cidade – pela idade, dimensão, densidade, ou morfologia dominante, mas também recorrendo a conotações menos inocentes (umas valorativas outras depreciativas) que tendem a induzir a ideia de que cidade é só uma (a dita canónica e mais nenhuma). Se mantivermos presente que

11 "Não esqueçamos as dimensões. A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão paradigmática; implica em e mostra oposições, a parte interna e parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão sintagmática: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias." em LEFEBVRE, Henri, 1901-1991, O direito à cidade / Henri Lefebvre; trad. Rui Lopo; apres. Carlos Fortuna. - Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012, p.74

o urbanismo consiste num campo fundamentado de conhecimentos, utilizar estes “conceitos-esponja” que por serem polissémicos e com excesso de abrangência chegam a ser pouco transparentes e rigorosos levando a ilusões de objetividade. Torna-se então pertinente perceber o quê e como definir “cidade”. Neste sentido foi obviamente revelada a importância de referenciar que sentido a palavra CIDADE possui, quando referenciada anteriormente como ‘globalidade’, de como esta pode ser entendida como a ‘Cidade-lugar’. Cidade, entendida como uma aglomeração humana/povoação, localizada numa área geográfica, corresponde a uma categoria administrativa (em Portugal, superior a vila), geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo. Corresponde ao termo Civitas, que se refere à condição de cidadão, direito de cidadão; conjunto de cidadãos que constituem uma cidade, um estado.

Desta maneira, houve a necessidade de recorrer a autores que estudam e abordam a cidade e que tenham uma visão mais alargada do que poderá ser aquilo a que nos referimos quando falamos do conceito.



PORTO



BARCELONA



AMARANTE



PARIS



LISBOA



BERLIM



FLORENÇA



İSTAMBUL



BEIRUTE



BOMBAIM



VIETMANE



TÓQUIO



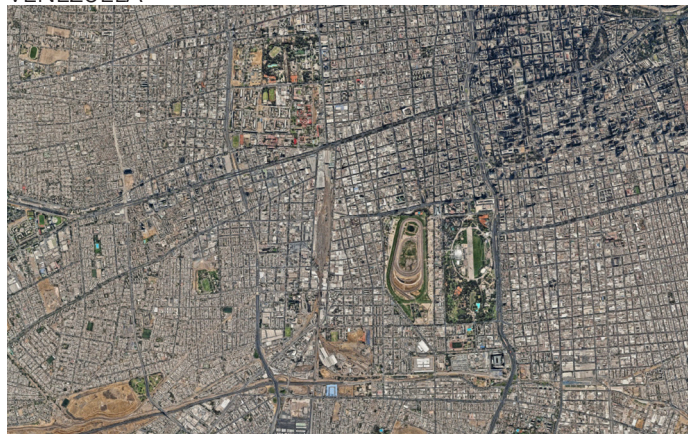
SÃO FRANCISCO



VENEZUELA



BRASÍLIA



CHILE

"A Cidade, sem dúvida a maior criação física do Homem e uma das mais significativas criações do seu espírito..."¹²

¹² PORTAS, Nuno, A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica; pref. Fernando Távora. - 2ª edição fac-símile. - Lisboa: Livros Horizonte, 2007

Na crónica intitulada “o que é uma cidade”,¹³ João Seixas,¹⁴ começa por afirmar que a cidade é a realização humana mais complexa e coletiva alguma vez gerada, como já Fernando Távora o tinha mencionado há 50 anos , e que para funcionar “exige valores e normas de habitabilidade, de relacionamento, de produção e de reprodução, de mobilidade”. Nesse mesmo texto, vê as cidades como os grandes impulsionadores de todo o planeta, uma vez que são o cerne da expansão cultural, da inovação tecnológica, as impulsionadoras da economia, sendo entendidas como os alicerces da transformação social. E para fundamentar o seu ponto de vista sobre a ‘definição de cidade’, João Seixas reafirma o que dizia Platão sobre Polis — cidade e política — antes de qualquer coisa, esta é a expressão, visível e realizável de cidadania.¹⁵ Em forma de complemento, Francesco Carreri refere em Walkscapes uma possível base do que pode ser a cidade: “cidade é um jogo a ser utilizado para o próprio aprazimento, um espaço para ser vivido coletivamente e onde experimentar comportamentos alternativos, onde perder o tempo útil para transformá-lo em tempo lúdico-construtivo.”¹⁶ Contudo e para fundamentar esta última posição encontramos os argumentos utilizados por Walter Rossa, onde enuncia a existência de inúmeras definições, considerando-as todas imperfeitas. Defende que cada indivíduo, sendo considerado o seu posicionamento profissional, social e também ético, descreve a cidade segundo esse universo em que vive. E tendo em conta isto, poderá até ser possível uma aproximação ao conceito de cidade, mas é necessário ter em consideração o seu caráter subjetivo, parcial. Tendo como base todos os termos derivados da radical cidade – desde cidadão, cidadania, civismo, civil, entre muitos outros – quando ao longo da dissertação for referenciado o termo cidade, não é apenas considerado o seu significado lato – ético e político – mas sim, considerando a urbe, englobando sempre a densidade, desde as suas infraestruturas, edificações, sobretudo a que se encontra

13 SEIXAS, João, Em todos as ruas – crónicas urbanas, Escritório Editora, 1ªEd., 2015 — crónica publicada pela primeira vez na revista Visão, a 7 de junho de 2012, p.19

14 João Seixas é professor e investigador nas áreas da sociopolítica, geografia e economia das cidades e das metrópoles

15 SEIXAS, João, Em todos as ruas – crónicas urbanas, Escritório Editora, 1ªEd., 2015 — crónica publicada pela primeira vez na revista Visão, a 7 de junho de 2012, p.20

16 CARERI, Francesco, Walkscapes: walking as an aesthetic-el andar como prática estética. - Barcelona: Gustavo Gili, 2004, p.98

ligada às pessoas. Se retornarmos no tempo, e pensarmos qual o programa matricial da arquitetura, ressoa-nos o sentido de Abrigo - "(...) Architectura na sua significação mais nobre e lata, a qual também inclui o Urbanismo." É perceptível, contudo ter-se consciente que esta sofreu melhoramentos e com isto, complexidade, ocorrendo sempre uma evolução paralela do espaço físico com a evolução da sociabilidade e civilidade humana.

"É banal, mas certo, ser o homem um animal social. A vida em comunidade é determinante para que possa desenvolver as suas potencialidades (...). A cidade é o habitat natural do homem e é na relação que com ele estabelece que se baseia qualquer civilização. (...)"¹⁷

¹⁷ ROSSA, Walter, Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015, p.15

Ver a urbe acontecer — viver numa cidade/viver a cidade apenas estando a desempenhar este papel, para além do habitual habitante, do típico turista, tanto no seu espaço físico formado, como nas suas histórias. Falar de cidade é inevitavelmente falar de habitação, das ruas, do trânsito, da organização e da desorganização, de praças, lugares e não lugares, do caos, de passagens, e correlações possíveis. Mas para além desta realidade física complexa, a cidade pode ser uma construção mental. Mas como entender a cidade, se esta para além de ser espacial e objectual e simultaneamente sensorial? Se for assim considerada, podemos então focarmo-nos no aspecto central — o homem. Tal como cidade, e já mencionado anteriormente, a palavra cidadania surge do latim civitas, tal como cidadão — Cidadania — possui qualidade de cidadão, que por sua vez, tem como definição morador de uma cidade, sendo o que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Cidadania presume então tudo aquilo que implica a vida em sociedade, portanto, quando referido 'qualidade de cidadão', está a referir-se ao sujeito que estabelece uma determinada ação na cidade,¹⁸ ideia já defendida por Aristóteles que afirmava que só nos tornamos verdadeiramente humanos através da participação e da ação em coletivo, em comunidade. Portanto, no presente contexto, cidadania, está inevitavelmente ligada à cidade, ou seja, não se refere a sociedade.

Oriol Bohigas reforça a ideia de que cidade é o alicerce da transformação social, dizendo que a sua definição é o instrumento pela qual ela própria consegue atender as demandas sociais, pois é nesta 'máquina' considerada a mais eficaz, que se vê atendida duas exigências em simultâneo, sendo estas, acessibilidade e informação.¹⁹

A qualidade de cidadania e a qualidade de vida das pessoas que habitam a cidade, são os indicadores para a qualidade da própria cidade, visto que a qualidade da cidade é definida através do espaço público. Jordi Borja y

18 ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.17

19 "La definición formal de una ciudad es la de un barrio es el instrumento con el cual se logra que una ciudad cumpla sus exigencias sociales. La ciudad es há sido, indudablemente la máquina más eficaz para dos operaciones simultáneas: la información y la accesibilidad o, por lo menos, la propensión a los productos de esa información." em BOHIGAS, Oriol, La Ciudad como Espacio Proyectado em La Arquitectura del Espacio Público: Formas del Pasado, Formas del Presente. Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes e Triennale di Milano, Sevilla 1999, p.21

Zaida Muxí, definem cidade como um lugar com muitas pessoas, um espaço público, aberto e protegido. Um lugar, isto é, a materialização do espaço que produz sentido. Uma concentração de pontos de encontro. Na cidade a primeira coisa são as ruas e as praças, os espaços coletivos, só depois os prédios e as estradas chegam.²⁰ Podemos, assim, afirmar que os espaços públicos são analisados como componentes fundamentais na estruturação e reconhecimento de uma realidade urbana em processo de consolidação – a cidade é, deste modo, considerada a partir de uma perspetiva alargada (no espaço e sobretudo no tempo), sendo considerada a sua natureza complexa, multifacetada e também multidisciplinar. A cidade é vista então, como o laboratório do homem, onde se obriga a considerar a filosofia, a arte e a ciência, onde tal facto compele que seja formulada a prática dos direitos — “o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”.²¹ A ação estabelecida na cidade deve ir além do simples construir, deve ao mesmo tempo contribuir para uma mudança positiva no contexto social onde se localiza a ação efetuada— deve atingir e englobar as ciências humanas e sociais. presente a ideia de que esta está constantemente em modificação, e se tivermos em consideração as perdas consideráveis de funções (por exemplo, no Porto e Lisboa, e em outras grandes cidades europeias, como a constante perda de habitação permanente, reconvertida em desconsiderado até então.

CIDADE — PERIFERIA - SUBÚRBIO — CAMPO

Rem Koolhaas no texto intitulado por “A cidade genérica” aborda estes pontos de forma clara, afirmando que estamos perante um ‘centro’ está cada vez mais expandido, e isto leva a que a área influenciada se expanda por sua vez. Koolhaas enuncia a “descoberta recente e tardia da periferia como zona de valor potencial”, e possuidora de uma merecida atenção arquitetónica,

20 BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida, *El espacio publico: ciudad y ciudadanía*, Barcelona: Electa, 2003, p.25

21 LEFEBVRE, Henri, 1901-1991, *O direito à cidade*; trad. Rui Lopo ; apres. Carlos Fortuna. - Lisboa : Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012”, p.7

que até então não lhe foi concedida. Continua afirmando que “a condição de periferia é agravada pelo facto da sua mãe continuar viva, roubando o espetáculo, enfatizando as insuficiências da sua descendência. (...) Não só o centro é por definição demasiado pequeno para cumprir as obrigações que lhe estão consignadas, como também não é já o centro real, antes uma miragem empolada em vias de implosão; contudo, a sua presença ilusória nega legitimidade ao resto da cidade.”²² Como já mencionado anteriormente temos a palavra romana “civitas” de onde deriva a palavra cidadania – ligada simbolicamente ao lugar público onde o cidadão expressa os seus direitos civis e políticos, mas que é necessário termos presente (atualmente) que cidade apresenta geografias imprecisas, sem limites estáveis, e é no seguimento deste raciocínio, que Ildefonso Cerdà evidenciou a palavra Urbanização para se referir às implantações humanas, e todas as ações a elas associadas. Henri Lefebvre, citado por David Wachsmuth no texto “City as ideology: reconciling the explosion of the City form with tenacity of the City concept” afirma que o conceito de cidade não corresponde mais a um objeto social, considerando-o um pseudoconceito, correspondendo antes a “uma ideologia”, pois a cidade tem existência histórica impossível de se ignorar.²³ Lefebvre usa o termo cidade para se referir apenas a um fenómeno histórico, mas a análise da sociedade urbana reivindica novas ferramentas conceituais, mesmo que o comum da sociedade permaneça ligada à tradicional ideia de cidade confinada, tornando-se pertinente levantar a questão que David Wachsmuth anuncia “como conciliar a explosão da forma da cidade com a tenacidade do conceito de cidade?” De uma forma sintética afirma que a cidade é uma forma de configuração exterior que corresponde de forma parcial às realidades urbanas, considerando estas múltiplas, complexas e contraditórias. Afirma também que a cidade é então a representação ideológica de um processo de urbanização e que as representações são

22 KOOLHAAS, Rem, Três textos sobre a cidade: grandeza, ou o problema do grande ...; trad. Luís Santiago Baptista. - Barcelona: Gustavo Gili, 2010, p.33

23 Tradução livre de “The concept of the city no longer corresponds to a social object. Sociologically it is a pseudoconcept. However, the city has a historical existence that is impossible to ignore... An image or representation of the city can perpetuate itself, survive its conditions... In other words, the ‘real’ sociological ‘object’ is an image an [above all] an ideology” em LEFEBVRE, Henri, The urban revolution ; transl. by Robert Bononno; forew. by Neil Smith. - Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003, p.57

consequências necessárias de qualquer processo complexo e que não é possível conhecer imediatamente a sua totalidade. Tem-se o urbano como uma significativa oscilação, em que parâmetros como o da coesão morfológica ou de fixação cartográfica, que o definam não são precisos, mas que é usado para fazer referência a uma gama de condições socio-espaciais contemporâneas, processos, transformações, trajetórias e múltiplos potenciais de modificação. Em textos clássicos, como “Cidade de Quartzo”, de Mike David²⁴ por exemplo, continuam a estimular as discussões sobre o urbanismo contemporâneo e até mesmo os debates sobre mudanças climáticas e o futuro da biosfera que estão diretamente ligados a questões sobre a urbanização. Como Edward Soja e Miguel Kanai afirmam, o urbanismo, como forma de vida, uma vez confinado ao centro histórico da cidade, expandiu-se além deste limite, criando densidades urbanas e novas cidades “externas” e “de ponta” ao que anteriormente poderíamos entender como franjas suburbanas e campos verdes ou espaços. Em algumas áreas, a urbanização expandiu-se em escalas regionais ainda maiores, criando galáxias urbanas gigantes com tamanhos populacionais e graus de policentricidade muito além de qualquer coisa sequer imaginada apenas algumas décadas atrás. Em alguns casos, as regiões da cidade agrupando em aglomerações ainda maiores em um processo que pode ser chamado de “urbanização regional alargada”.²⁵ E ainda Ash Amin e Nigel Thrift descrevem o estado da situação, afirmando que a cidade está em todos os lugares. Se o mundo urbanizado

24 Foi publicado em 1990 e constrói uma crítica às características do crescimento da cidade de Los Angeles, o autor faz uma análise histórica de Los Angeles e antecipa “as ruínas de um futuro alternativo” prolongando os fatores que impulsionam a produção de seus espaços urbanos que visam incondicionalmente o lucro como fator resultante das relações nestes espaços, que segundo o autor acabam se tornando “espaços urbanos vazios de qualquer humanidade”. em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1409>

25 Tradução livre de “Urbanism as a way of life, once confined to the historical central city, has been spreading outwards, creating urban densities and new “outer” and “edge” cities in what were formerly suburban fringes and green field or rural sites. In some areas, urbanization has expanded on even larger regional scales, creating giant urban galaxies with population sizes and degrees of polycentricity far beyond anything imagined only a few decades ago... [I]n some cases city regions are coalescing into even larger agglomerations in a process that can be called “extend regional urbanization.”” em SOJA, Edward; KANAI, Miguel. The urbanization of the world. In The endless city: The Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank’s Alfred Herrhausen Society, edited by Ricky Burdett and Deyan Sudjic, 54–68. London: Phaidon, 2006, p.58

agora é atingido por áreas metropolitanas conectadas por locais/corredores de comunicação (aeroportos e vias aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e autoestradas, teletransportes e rodovias de informação), então o que não é o urbano? É a cidade, a aldeia, o campo? As pegadas da cidade estão espalhadas por esses lugares, sob forma de transeuntes de cidade, turistas, teletrabalhos, mídia e urbanização dos estilos de vida. A divisão tradicional entre a cidade e o campo foi ultrapassada.²⁶ E é compreendido neste ponto que a infraestrutura socio-material da urbanização, nomeadamente o ambiente construído do planeta, é identificado como contributo direto para as transformações que podem variar entre as afetadas nas superfícies do solo, como da atmosfera e a longo prazo para o metabolismo humano, e restante biodiversidade. É então importante perceber este conceito de urbanização, tendo em conta já o enunciado, em que o urbano adquiriu um significado estratégico com abrangência inédita – estando presente um leque amplo de instituições, organizações, pesquisadores, entre outros vários – onde os limites da sua definição se tornaram amplamente falíveis, sendo este caracterizado pelo seu caráter universal. Podemos concluir que a “ideia limite/limitada” de cidade está ultrapassada, não nos podemos cingir que o que é urbano é só apenas o que já se encontra edificado, pelo contrário, é de grande importância o repensar dos espaços – que apresentam configuração e dimensão variável – pelas suas vertentes ecológica, paisagística e de comunicação, podendo já serem considerados na sua plena função na definição de cidade alargada, já urbana, e que podem constituir sistemas ou redes temáticas necessárias à sustentabilidade das novas aglomerações. Se seguirmos o pensamento de David Wachsmuth, no texto “City as ideology: reconciling the explosion of the City form with tenacity of the City concept”, para entender a urbanização (planetary urbanization) dá importância à relação estabelecida entre cidade-

26 Tradução livre de “The city everywhere and in everything. If the urbanized world now is a chain of metropolitan areas connected by places/corridors of communication (airports and airways, stations and railways, parking lots and motorways, teleports and information highways), then what is not the urban? Is in the town, the village, the countryside? Maybe, but only to a limited degree. The footprints of the city are all over these places, in the form of city commuters, tourists, teleworking, the media, and the urbanization of lifestyles. The traditional divide between the city and the countryside has been perforated.” em AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. Cities: Reimagining the urban. Cambridge, U.K.: Polity, 2002 p.1

urbanização, que como vimos até agora, estes encontram-se por si interligadas, e resume a sua compreensão como “um momento e processo”: Processo, porque a urbanização tem sido entendida como uma transformação do espaço e do tempo; da população: do urbanismo como forma de vida e sua correspondente forma do seu espaço de assentamento; de relações de acumulação e reprodução social; ou de alguma combinação destes factores. Momento porque, no entendimento padrão, as cidades são os quadros fixos que compõem o processo de urbanização; interrompa o processo em qualquer momento, e os espaços que você observa são o resultado da urbanização.²⁷ Mas em oposição ao pensamento padrão, David Wachsmuth trata a “cidade” como um “objecto de pensamento” (“thought object”) ou em vez de “real objeto” (“real object”). Temos padrões complexos de crescimento urbanos que foram além da ideia tradicional da cidade, temos a atualidade do conceito da cidade para a prática espacial urbana cotidiana, onde o primeiro sugere a continuação forçada do conceito de cidade para entender as novas formas de urbanização, e a seguir temos a ideia de que não devemos abandonar por completo o conceito. Utilizando o termo ideologia para expressar a maneira como as formas de aparência da realidade social capitalista são sistematicamente distorcidas em benefício de alguns e a prejuízo de outros, David Wachsmuth trata a cidade como uma categoria de prática, como a inter-relação entre as pessoas presentes como os processos de urbanização. “But in a specific sense: We should systematically interrogate the city not simply as a neutral representation, but as ideology – as a structured misrecognition that critical urban theory and practice must confront and seek to change alongside the sociomaterial forms that produce it” implicaria tratar o conceito “direito à cidade” de Lefebvre. Esta multiplicidade (crescente) de

27 Tradução livre de “‘Process’ because urbanization has been understood as a transformation over space and time: of population (Davis, 1945; UM-HABITAT, 2018; cf Brenner and Schmid, forthcoming); of urbanism as a way of life and its corresponding form of settlement space (Wirth, 1938); of relations of accumulation (Harvey, 1989a) and social reproduction (Castells, 1977); or of some combination of these. ‘Moment’ because, in the standard understanding, cities are the still frames comprising the urbanization. Within this metatheoretical consensus there have been disputes about whether the city or urbanization is the proper object of analysis (Harvey, 1996). But no real disagreement about the basic relationship between the terms.” do texto “City as ideology: reconciling the explosion of the City form with tenacity of the City concept” em *Environment and Planning D: Society and Space* 2014, volume 31, p. 75-90

situações em movimento continua a ser, um desafio irrenunciável que remete para políticas e ações necessariamente também plurais. Numa altura em que todos vivemos de forma muito individualizada, deveríamos defender uma cidade de todos e para todos que a vivam e habitam, não sendo só daqueles que a pensam, planificam e gerem. Temos que saber vivê-la no presente, como respeito pelo passado, mas com a ambição para/do futuro — uma cidade que cresce e se melhora exponencial e gradualmente para que se configure uma estruturação urbanística e valorização ambiental, e consequentemente a melhoria da qualidade de vida dos usuários da cidade. Sabemos que a cidade não é algo estático — nem se a consideramos com limites finitos, nem se a considerarmos como extensiva/alargada — comparando-a a um organismo esta ‘vive’, transforma-se, adapta-se, reinventa-se. O papel dos que a pensam e planificam deve contemplar as várias vertentes urbanas — sejam elas caracterizadas pelas suas fases etárias, as suas culturas, religião, raça e/ou classe social — com quem partilham a vivência no seu espaço. Muito da definição de cidade ideal não passa por perceber onde ela começa e acaba, mas sim pelo facto de ser tomada com um espaço onde todos pudessem participar. Devemos pensar o urbano como um espaço que proporciona diálogo entre todos, para que haja interferência no seu desenvolvimento por parte de todos. Álvaro Siza enuncia no seu texto “A cidade que temos”: “(...) Na cidade que temos, de forma insensível, ou quase, para muitos, lentamente, mas continuamente e em processo de aceleração, o ambiente com a qual nos identificamos é destruído, como se fosse essa a condição de o transformar. A transformação da cidade é fenómeno natural e prova de vitalidade, se de acordo com as suas necessidades, ou seja, as necessidades coletivas do cidadão. (...)”.²⁸ O contexto de cidade de hoje é o de uma cidade — rede, multipolar e policêntrica, inserida em sistemas urbanos macrorregionais, eixos continentais e fluxos globais. E não é somente o futuro da cidade que se apresenta difícil de prever, mas a própria torna-se difícil de compreender pela particularidade, complexidade e escala, ultrapassando os limites da legibilidade humana. Partindo da perspetiva defendida por François Ascher, consideramos “a cidade como complexa e não só complicada”,

28 SIZA VIEIRA, Álvaro, 01 textos; editor Carlos Campos Morais. Porto: Civilização, 2009, p.37

postulando “que ela funciona tendo na base lógicas e racionalidade múltiplas eventualmente contraditórias; que forme um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis”.²⁹ Estas ideias apresentadas, são defendidas e completadas por Álvaro Domingues, onde para além de reforçar a ideia expressada anteriormente, afirma, no seu texto intitulado por “Arquitectura Suburbana” que “o velho centro perdeu o monopólio da centralidade e deu lugar a constelações urbanas policêntricas onde já não se sabe de que centro é esta ou aquela periferia.”³⁰ Ou seja, segundo Álvaro Domingos, o caminho para uma resposta que poderá diminuir a desigualdade e injustiça social, encontra-se na formação e criação de uma “sociedade em rede”, onde o que é importante é a facilidade de relações – e com isto, poderemos deixar de ter o mito de “cidade” e dar a atenção mencionada ao que chamamos de “subúrbio” – promovendo sobretudo “a mobilidade de pessoas, informação, bens e energia”, para que seja possível estar-se em todo o lado. É importante deixar de produzir “velhos centros” onde a sua grande diligência seja caraterizadora de “centralidade”, e com isto criar “constelações urbanas policêntricas”, — na qual podemos denominar “urbanização extensiva” — “a diversidade dos lugares de origem e destino torna tudo mais fluído”. É ainda verdade, tal como Walter Rossa afirma, que fazer cidade “trata-se da resultante de um processo contínuo de experimentação-erro-experimentação em que a matriz caraterizadora, comum, consiste na simplicidade vigor da sua composição geométrica, na coordenação rígida mas criativa do seu sistema de dimensões e proporções, na sujeição do todo estrutural a esses princípios e na liberdade do detalhe, da textura, da cor, da forma urbana e dos usos concedida por um sistema de regras/princípios que não conformam ou emanam de modelos.”³¹

Contudo a ‘cidade do agora’ deveria então, identificar-se como meio de vida coletiva, onde a cada acontecimento circunstancial vá sendo sucessivamente criado através dessa mesma comunidade, e deste modo deveria partir-se deste contexto social e histórico que engloba hábitos, tradições e imagens

29 ASCHER, François, *Metapolis: acerca do futuro da cidade*; trad. Oeiras : Celta, 1996

30 DOMINGOS, Álvaro “Arquitectura Suburbana”, texto publicado na revista *Gerador*, nº 4, abril de 2015, p.24

31 ROSSA, Walter, *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. - Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015, p.31

existentes da cidade que se deverá intervir para a preservação e reconstrução da cidade e na cidade, para que desta forma exerça o seu papel de inclusão. Tal como Nuno Grande afirma — arquitectura e urbanismo — isto (que não é pouco) não se trata apenas de um retrato de cidade, ou sobre cidade, mas sobre o próprio exercício de cidadania.³² Neste sentido o(s) espaço(s) público(s) que está estreitamente ligado aos problemas do bem comum identificam-se como prioridade face ao enunciado. Henry Lefebvre afirma que a cidade depende das relações entre as pessoas e os grupos constituintes da sociedade e, portanto, os espaços urbanos são indicadores de fragilidade sentida nessa sociedade, porque “é neste tipo de situações, onde o individualismo é mais sentido, que se persente uma maior necessidade da utilização e projeção da palavra comum” e do que nela poderá provocar.³³ É de facto notório o agravamento (e ainda crescente) da segregação e fragmentação social, sendo isto também visível a nível espacial, no espaço urbano e habitacional, sendo notória pela explosão das periferias. Isto devido à também crescente procura da cidade, acompanhada com a sua evolução. Encontramos então, nos dias atuais, um contra censo, porque enquanto acontece o referido, é também visível o crescimento da consciência dos direitos na cidade, pelo direito à cidade, sendo visível no espaço urbano várias formas de manifestação, sendo estas fundamentadas pelas reclamações contra a perda desses direitos declarados. A noção de Direito à cidade tem sido apropriada em discursos sobre a transformação da realidade urbana, incluindo sobretudo movimentos sociais urbanos, numa tentativa de se encontrar significado, surgindo aqui vários e distintos significados, projetando por sua vez futuros distintos nesta rede. Pretende-se então a aproximação à noção do direito à cidade, ampliando assim a reinvenção da cidade como uma possível obra que imaginada por vários, seja gerida pelo valor do uso tornando-a assim mais justa e inclusiva, dando valor a consultas públicas e a processos de participação.

APROXIMAÇÃO AO CASO DE ESTUDO

– A CIDADE DE AMARANTE

32 GRANDE, Nuno, O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas=the urban being on the trails of Nuno Portas. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da Moeda, 2012

33 LEFEBVRE, Henri, 1901-1991, O direito à cidade; trad. Rui Lopo; apres. Carlos Fortuna. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012, p.51



FIG.20_ Localização do Concelho de Amarante, na Península Ibérica

CARATERISTICAS GERAIS

A cidade de Amarante³⁴ pertence ao distrito do Porto, sendo o seu maior concelho. A sua origem remonta povos primitivos que povoaram a serra da Aboboreira, habitada desde a Idade da Pedra, havendo registos posteriores da sua ocupação já na Idade do Bronze, e mais tarde pela civilização Romana. Mas é com a chegada de S. Gonçalo (1187-1259), que esta região ganha importância e visibilidade.

Na atualidade, o concelho estende-se por uma área de 301,5 quilómetros quadrados, possui 26 freguesias e, como veremos, possui uma posição privilegiada na região do Douro e Tâmega. Para além desta linha de água, o concelho possui mais três rios, o rio Ovelha, o rio Olo e o rio Odres, sendo marcado pelo seu relevo. O centro da cidade apresenta cerca de 11 261 habitantes, tendo o concelho na totalidade cerca de 56 264 habitantes, segundo os dados dos censos de 2011.³⁵ É na cidade de Amarante e no polo de Vila Meã, que se concentram o comércio e os serviços do concelho, sendo os mesmos considerados os seus dois principais núcleos urbanos.

O concelho é limitado a norte pelo município de Celorico de Basto, a nordeste por Mondim de Basto, a leste por Vila Real e por Santa Marta de Penaguião, a sul por Baião, Marco de Canaveses e Penafiel, a oeste por Lousada e a Noroeste por Felgueiras. Aproximadamente 80% da superfície do concelho encontra-se abaixo dos 600 metros de altitude, em oposição à serra do Marão, que tem cumes que podem atingir os 1415 metros, e à serra da Aboboreira.³⁶ O Rio Tâmega marca fisicamente o território, verificando-se uma divisão sócio económico deste, apresentando várias diferenças entre as duas margens. Na margem esquerda verifica-se uma crescente regressão nas atividades económicas acompanhada pelo envelhecimento populacional,

³⁴ Podendo-se ler a respeito em <http://www.memoriaportuguesa.pt/amarante>

³⁵ Dados retirados em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

³⁶ Dados disponíveis em <https://www.cm-amarante.pt/pt/historia> e em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000348&contexto=bd&selTab=tab2

superior à média do concelho, e a margem direita apresenta-se dinâmicas e atividades económicas mais resistente, sendo por isso mais povoada.

“Amarante, no início do séc. XX, era uma Vila atravessada, em toda a sua extensão, por uma rua estreita, comprida e sinuosa. Desta mesma rua derivavam umas quantas outras, ainda mais estreitas e de difícil circulação. Autênticas quelhas e ruelas faziam a ligação entre si, ligando casas senhoriais e tascas e albergarias, a açougues e barracas, igrejas e capelas. Quatro largos quebravam esta irregularidade, não só pela sua localização no conjunto urbano, mas, sobretudo, pela sua utilização específica.”³⁷

Em 1250, uma área caracterizada pelos seus campos férteis e pela presença de vários ribeiros, como o de St. Luzia, o de S. Lázaro, o da Granja e o do Sapainho, protegida a Norte pelo relevo e com uma proximidade favorável e estratégica ao Rio Tâmega, surge um burgo — chamado de Amarante, devido à sua localização “ante-Marão” — a norte do futuro núcleo urbano, ainda existindo a Igreja de S. Veríssimo, que comprova a existência do burgo mencionado. Na época Romana, foi construído um eixo viário, que atravessava o território, mas as condições morfológicas existentes eram adversas para que se gerasse um polo urbano com dimensões significativas. Contudo ligando cidades vitais do ponto de vista político, religioso e económico, tais como Braga, Guimarães, Porto, Lamego e Viseu, este eixo era percorrido principalmente por peregrinos de Santiago de Compostela, situação que leva, no séc. XII, à construção do primeiro edifício nos limites da atual cidade de Amarante, a Albergaria do Covelo do Tâmega, sendo que este tipo de edifícios caracterizavam-se pela sua construção em locais pouco povoados, assegurando, deste modo, apoio aos viajantes com dificuldades em encontrar assistência durante as suas deslocações pelo território. Neste mesmo ano, de 1250, com a reedificação e restauro da ponte, na consequência do seu estado de degradação,³⁸ proposta por

37 PATRÍCIO, António, Amarante de vila sinuosa e envelhecida a princesa do Tâmega. Em: II congresso histórico de Amarante. Gráfica do Norte. Amarante p.15

38 Calcorreando as povoações do vale do Tâmega e da Serra do Marão, Frei Gonçalo, acompanhado por um irmão espiritual, frei Lourenço Mendes, evangeliza e abençoa uniões matrimoniais, apoia e protege os mais desfavorecidos e realiza alguns prodígios, que lhe



FIG.21_ Planta para a reedificação da Vila de Amarante pós invasões Francesas

Gonçalo de Amarante, a travessia do rio torna-se mais segura, rápida e cómoda gerando uma mutação neste eixo viário. “Antes da construção, restauro ou reedificação da ponte de Amarante, nenhuma razão havia para existir um aglomerado urbano, neste espaço. Caracterizado por uma íngreme encosta, com um desnível muito acentuado, de margens altas, rochosas e apertadas, provocando o estrangulamento do leito do rio, o que contribui para o aumento da turbulência das águas, tornando a sua travessia, ainda mais complicada.”³⁹ Surge então assim a conhecida Princesa do Tâmega, consequência positiva que adveio do atravessamento mais seguro do Rio que liga o litoral com o interior e, com a fama de Gonçalo de Amarante que se ia enraizando pela região. E é então, no séc. XVI, por volta de 1540, no sítio da ermida onde S. Gonçalo viveu, foram construídos o mosteiro e a igreja, até aos dias de hoje marcos e ícones da cidade, que contribuíram para a fama, progresso e afirmação desta terra. O núcleo urbano de Amarante, em 1800 (ver imagem da página anterior), caracterizava-se pela sua malha concentrada, desorganizada e de baixa taxa populacional, singular pelo seu caráter linear, sendo pontuada por dois volumes com exceção na margem direita do rio, um junto à margem, o Convento Dominicano, e outro mais acima, o Convento de Sta. Clara. Aquando das invasões francesas, pilhada e incendiada, o que afetou a maior parte da malha e estrutura urbana. Contudo, este fatídico evento, foi rapidamente visto como uma hipótese para a revisita e reestruturação da Vila. Após as invasões, foi apresentado um planeamento para a sua reconstrução e melhoramento. Neste novo plano para a reedificação da vila (1809), é proposta a abertura de uma nova rua larga, que

vão conferindo aura de santidade. No decorrer destas ações pastorais, depara-se com as dificuldades e com o perigo que os seus fiéis corriam ao aventurarem-se a atravessar o rio, principalmente nas alturas em que este se apresentava mais caudaloso e, na falta de alternativas, decide empreender, ele próprio, o restauro ou a reedificação da velha ponte romana, nos idos de 1250. Para a sua reconstrução terá contado com a participação de todos, desde os mais abastados que contribuíram com alguns numerários e matéria-prima e os mais pobres que, com o seu esforço, executaram a obra. Consta que o arquiteto fora o próprio santo. A ponte medieval haveria de perdurar até ao dia 10 de fevereiro de 1763, altura em que sucumbe face à turbulência das águas do Tâmega, durante uma cheia, desmoronando-se por completo, tendo apenas sobrevivido o cruzeiro biface de Nossa Senhora da Ponte. disponíveis em <https://www.cm-amarante.pt/pt/s-goncalo-de-amarante>)
39 RIBEIRO, Daniel, Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização. Dissertação de mestrado em História, Especialização em Museologia. Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Coimbra. p.103

ligaria a Rua de S. Gonçalo (atual Rua 5 de Outubro) ao Largo de Sta. Luzia. O terreno onde este novo eixo se lançava não tinha qualquer tipo de edificação. Atualmente, e desde abertura da nova rua, com a construção da nova ponte inaugurada a 24 de Setembro de 1967 denotando-se a zona histórica a Norte do Rio Tâmega bastante densa, dada as características da época da sua construção, e a zona a Sul mais recente e com menor densidade, notando-se essa diferença, de densidades e outras características separadas pelo rio.

“Se pensarmos um pouco a respeito, o facto de o espaço, o vazio, ser o protagonista da arquitetura é, no fundo, natural, porque a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também, e sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida.”⁴⁰

⁴⁰ ZEVI, Bruno, Saber ver a arquitectura; trad. Maria Isabel Gaspar, Gaetan Martins de Oliveira. - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.28

b. Percurso Encontro Estadia Percurso // Encontro Estadia Caminho

Como já o romancista francês George Perec⁴¹ afirmava, o espaço é uma dúvida, sendo que nestes termos é necessário marca-lo e designa-lo continuamente, porque ele “nunca é meu, nunca me é dado” que por esse motivo tenho que continuamente conquistá-lo. No raciocínio apresentado é realçada a necessidade do Eu — como participante ativo da cena que é o quotidiano — ver e [re]viver os locais do quotidiano.

E para quem realiza este exercício, são sempre as pequenas existências que dão um novo mote de relevância, sinais muitas das vezes triviais que só merecem mesmo atenção dos que pretendem reler e dar sentido a esses momentos. Esta ação é muitas vezes realizada através da prática do mesmo, ou até mesmo através da memória, podendo por vezes tornarem-se tão mecanizados pelo hábito que é pouco perceptível a transformação que lhe vai sendo sistematicamente introduzida ao longo do tempo, uma vez que vivemos numa sociedade em plena e constante transformação. Falamos aqui das pessoas que pertencem, das que habitam tanto o espaço público, como o privado, das que percorrem os lugares, os verdes e os espaços conferidos para qualquer finalidade. Reforçando ideias já enunciadas, coloca-se a seguinte questão: O que seria da cidade sem as pessoas?

Podemos deduzir que cidade existe quando o coletivo subsiste, e o coletivo existe porque ainda construímos [sociedades = social + cidade] cidades — a cada dia, na sua praxis e vivência (habitar, trabalhar, etc.). Pode-se, tal como Henri Lefebvre fez, e como já referido anteriormente, definir Cidade como o laboratório do Homem, sendo ela mesma o resultado esperado, uma procura de si própria, como um corpo vivo.⁴² A Cidade — caracterizada pelo conjunto de camadas (temporais, espaciais e sensoriais) que lhe são adjacentes, podendo, por sua vez, ser lidas separadamente, mas sabendo sempre que cada uma, depende da outra, em sentidos diversos e nunca controlados, são camadas que combinam o desejo, o esforço, o sonho, a expectativa e o conjunto. Mencionar cada uma delas é falar de degradação e das suas sucessivas tentativas de apuramento, de como a cada camada da história do

41 George Perec (Romancista, francês – matemática literatura), PEREC, Georges, *Espèces d'espaces* - Paris: Éd. Galilée, cop. 1974

42 LEFEBVRE, Henri, 1901-1991, *O direito à cidade*; trad. Rui Lopo; apres. Carlos Fortuna. - Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012”, p.7

Homem se sobrepõem de forma contínua, como se de uma história sem fim se tratasse, uma história profundamente rica e complexa, que inclui tanto os momentos gloriosos como os momentos fatídicos. É necessário apurar cada uma destas camadas e de como elas se interligam de forma a entender a Cidade: As camadas temporais — são referidas para mencionar a existência do passado, do presente e de como estes dois pontos conferem uma leitura importante para se perceber a origem, perceber os acontecimentos nela contíguos. As camadas sensoriais — o esperado — aqui encontramos a percepção própria de cada um, no conjunto que a atmosfera presente na cidade dialoga com as emoções individuais, ideia já mencionada por Peter Zumthor “A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver.”⁴³

A leitura concebida no momento da prática do espaço, nunca é a mesma sem esta atmosfera que é concebida por certas e determinadas características de cada lugar. Existindo “um efeito recíproco entre as pessoas e as coisas.”⁴⁴ As camadas espaciais – camadas que se referem ao espaço físico, palpável, o inteiramente material e de suporte – o visível.

Solo — Estrutura — edifícios — vazios (?) — as funções

Como já mencionado anteriormente, um dos pontos fundamentais do problema levantado, está em relação estreita com os problemas do bem comum. E também como já mencionado, tudo se encontra dependente das relações estabelecidas entre as pessoas e a sociedade no geral, tornando este ponto crucial para a leitura de como se encontra essa mesma sociedade, já que são os espaços urbanos, nomeadamente a existência dos espaços públicos, espelhos desse estado. Nesta camada o ponto elementar, e que

43 ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2006, p.12; 13

44 Ibidem, p.16; 17

funciona como ponto de ligação entre todos os constituintes é a mobilidade – os caminhos, as ruas, as ruelas, estradas - falando do seu sentido espacial e que confere à cidade uma hipótese de diálogo com os seus moradores, e de todos os elementos entre si. Uma cidade torna-se ainda mais rica, quanto mais culturalmente diversa e inclusiva, porque quando esta não desempenha a sua função fundamental de hospitalidade, sendo considerada excludente, transforma-se numa anomalia.⁴⁵ É importante este sentido como oportunidade, tomado como hipótese ambígua de leitura — porque a cidade é um coletivo, mas a forma de como cada um a lê é individual e pessoal — característica de cada um, leitura ou interpretação, de percepção e de recolha de informação. É pertinente falar de percurso, como forma de se visitar o conjunto, construindo um sistema signifiante. É também importante definir Percurso como forma livre e sem qualquer tipo de entendimento prévio. — Sejam livres, paremos quando a vontade quiser, paremos apenas porque queremos, continuar ou recuar, sejam livres de viver de forma espontânea, de forma a entender a cidade com os olhos, com o cheiro, com o tato e até mesmo se possível, com o paladar. É assunto pertinente, porque é com este sentido que vemos o significado do diálogo existente, de comunicação, de permanência, dar sentido ao lugar com o outro que lhe é adjacente ou espacialmente articulado. Sendo neste decorrer que se evidencia o encontro, no cruzamento destes percursos realizados e de outros em alternativa a estes, se podem considerar como possíveis. Que estão sempre acontecer. Mas existem sempre pontos que permanecem intactos, porque fazem parte do real, do que não é transformado/destruído ou até mesmo apenas modificado, que se encontra exatamente como sempre foi, como é — porque a cidade é feita das suas memórias, e sem elas, sem a sua história, passaria a ser outra entidade qualquer, e tal como Álvaro Siza afirma “a transformação da cidade é fenómeno natural e prova de vitalidade, se de acordo com as suas necessidades, ou seja, com as necessidades coletivas do cidadão. E uma das necessidades coletivas consiste na vivência quotidiana dos resíduos da história de que é feita a cidade, contributo fundamental à consciência da

45 Como nomeadamente na perspetiva de MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida, *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011, p.191

história e do devir”.⁴⁶ Tornando-se assim pontos importantes de encontro e de desenvolvimento de comunidade — dá para imaginar a cidade sem os seus pontos de encontro? Encontramos aqui pontos importantes de estadia, as ágoras contemporâneas. Um conjunto infinito de questões permanentes, porque Cidade, para além de tudo aquilo que já foi mencionado, é também isso mesmo, é a permanência de questionamentos, com a sua evolução e experiência em infinitas soluções – a praxis e a incessante metamorfose. (ver Fig.22)

Como podemos observar na figura, da esquerda para a direita, vemos características de uma cidade que se “transforma” numa figura que representa o ser humano — quem devemos manter como ponto central para a construção do significante - Cidade.

A Cidade é então conjunto de camadas físicas, de significados, de práticas do passado que permanecem no presente e que fazem parte do futuro, sendo este dificilmente previsível. E o que vemos em comum nestes pontos é a presença constante das pessoas. Percursos, cíclicos e contínuos de saber – de questionamento e de respostas. Estas vão sendo construídas à medida que vamos evoluindo e arriscando com decisões que englobam tudo e todos.

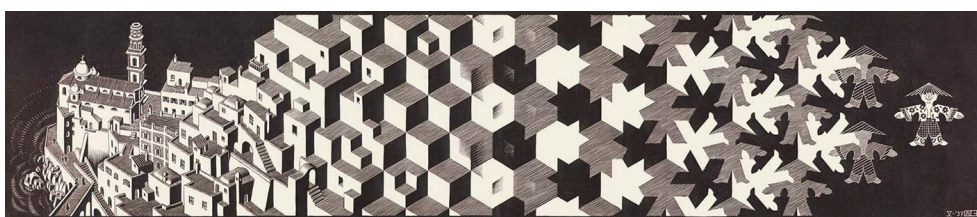


FIG.22_ Metamorfose I, xilogravura, por Maurits Cornelis Escher

⁴⁶ Texto “A cidade que temos” em SIZA VIEIRA, Álvaro, 01 textos, editor Carlos Campos Morais. Porto: Civilização, 2009

SENTIDO DO PERCURSO

- Espaços de dinâmica social
- Espaços permeáveis e não permeáveis
- Espaços públicos
- Vazios urbanos (espaços não edificados)
- Espaços identitários da cidade/conjuntos urbanísticos
- Valores singulares

Deve-se defender a criação de espaços urbanos que não sejam apenas idealizados pela função ou estética, mas também que despertem movimentos e sentimentos, ou seja, a criação de lugares que vão ao encontro dos desejos e sobretudo necessidades dos utilizadores, promovendo o uso e permanência destes, como espaços para estar, e que sejam indicadores de bem-estar comum. Neste sentido e como vimos, a cidade foi dividida em 5 secções, observados cada um destes através de percursos pedonais, e que a partir da realização de apontamentos, fotografias procurou-se identificar todos os espaços — desde espaços públicos, aos vazios (e abandonados), dos espaços que dão identidade à cidade aos espaços permeáveis e não permeáveis, e aos espaços caracterizados por dinâmicas sociais e económicas que abarcam, ou que poderão vir a proporcionar novas formas de utilização.

NOTA: todas a fotografias presentes neste tema — PERCURSOS — foram feitas pelo autor

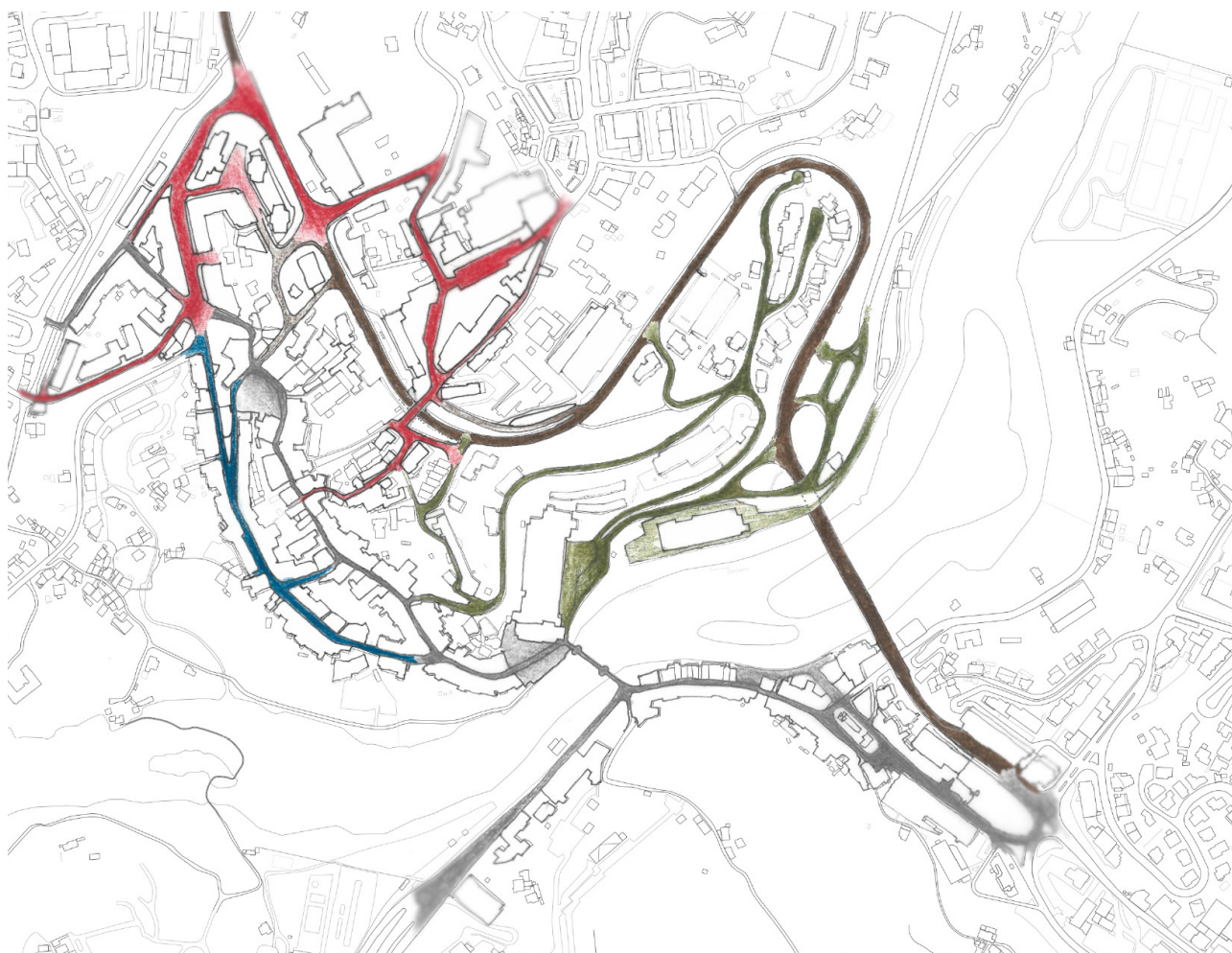


FIG.23_ Esquema conjunto de percursos realizados pelo autor

Percurso verde escuro

↳ ligação com o núcleo urbano de Amaraute (1800)

caracterizado por:

- desenho linear e concentrado

[Planta para a reedificação
do Vila de Amaraute por invasões
[Invasões]]

↳ primeiro percurso na cidade que faz a ligação das duas
margens, estabelecida através de ponte romana (A)
(Ponte de São Gonçalo)

Parque Flouste Amaraute

- piscinas municipais -

Avenida General
Silveira

Casa de
procurador

antefixo
projeto
concurso público
vendido
Arq. Carlos Prata

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

Arquitetura

FIG.24_ Desenho esquema do percurso A, realizado pelo autor

PERCURSO A



FIG.25_ Desenho esquema do percurso A, realizado pelo autor

O percurso verde (esquema) foi desenvolvido na zona que representa o núcleo urbano de Amarante à data de 1800, caracterizado pelo seu desenho linear, mas ainda assim concentrado, não mostrando nenhum tipo de malha métrica. (ver imagem — planta da reedificação de Vila de Amarante pós invasões Francesas). É também o percurso que, já no ano referido, estabelece a ligação das duas margens do Rio Tâmega, através da ponte românica que caracteriza toda a paisagem da cidade. Ao ser observada, a planta da reedificação de Vila de Amarante pós invasões francesas, verificamos que coincide com toda a zona histórica de Amarante. Da direita para a esquerda, temos neste percurso as seguintes ruas — rua Dr. Paulino António Cabral, rua Carlos Amarante, rua do Seixedo, Miguel Pinto Martins, Rua 5 de Outubro — que se conectam, através da ligação com a Praça da República, mais conhecida por Largo de São Gonçalo, e a Ponte de São Gonçalo, com a outra margem do Rio. No seguimento deste percurso, encontramos um entroncamento, à direita a Avenida General Silveira, e à esquerda, temos as ruas — rua 31 de Janeiro, que estabelece um paralelismo com a Avenida Beira Rio, que funciona quase como uma varanda para o Rio Tâmega, que termina no Largo Conselheiro António Cândido, e por fim, temos a rua de António Carneiro. Todas as ruas mencionadas são utilizadas para o uso automóvel, à exceção da Rua 5 de Outubro, que é de uso exclusivo de peões, aqui e como em praticamente toda a cidade, verifica-se a valorização do uso de automóvel, e consequentemente, evidenciamos a falta de atenção por parte dos indivíduos no que diz respeito ao uso efetivo do espaço público, porque se o valor do espaço é medido pelo seu uso e permanência, o que se averigua é que a população não lhe dá esse valor. Neste percurso, em oposição aos restantes, como verificaremos mais à frente, é marcado pelo valor presente em cada margem, tendo em conta as características encontradas em cada uma, colocando em evidência a desvalorização da Avenida Alexandre Herculano — cuja ligação com este percurso seria feita através do Largo Conselheiro António Cândido — que é somente utilizada para local de passagem, e estacionamento precário, estando toda a sua extensão num estado de má conservação. Tendo em conta o peso que a área histórica tem na cidade, tanto pelo seu valor histórico como pelo seu valor financeiro, neste

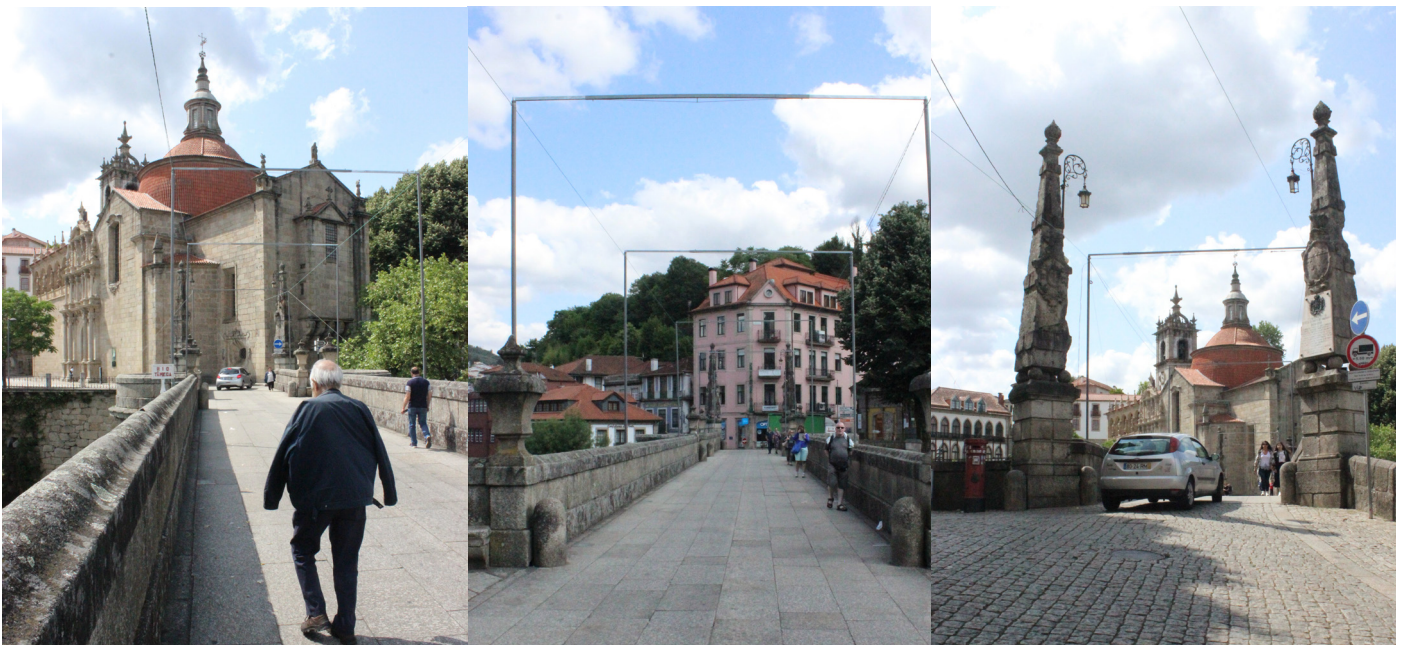
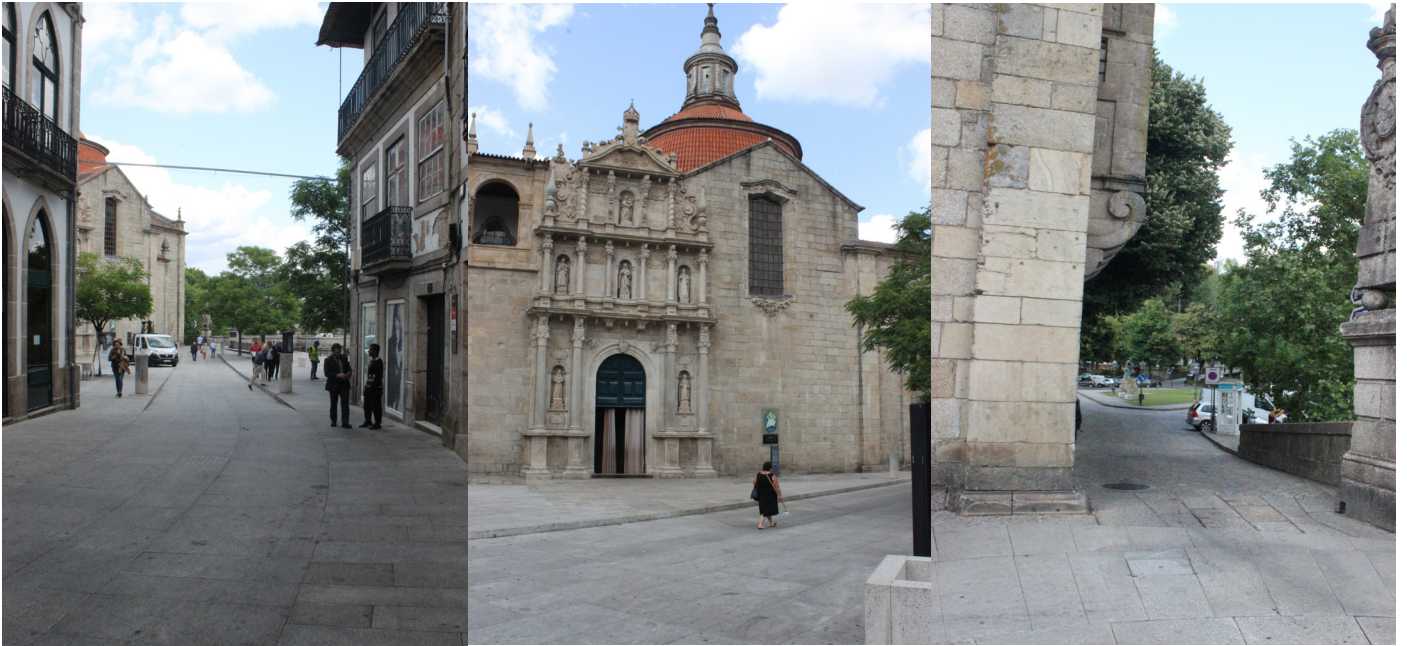
percurso encontra-se, principalmente no piso térreo, uma maior concentração de serviços distintos, principalmente de comércio. O valor presente neste percurso é dado pela presença de certos edifícios presentes na cidade, tanto pelo seu valor histórico, como pelo seu valor financeiro e turístico, valor com cada vez mais importância estratégica nas cidades. Principais edifícios deste percurso: Igreja de São Gonçalo (intrinsecamente ligado ao Museu Amadeu de Sousa Cardozo); Ponte de São Gonçalo; Edifício onde se instalaram os correios (agora desocupado); Solar de Magalhães (atualmente em obras para a construção de um museu, projeto concebido pelo Arq. Álvaro Siza);⁴⁷ Casa da Juventude; Futuro Cineteatro; Posto de Turismo de Amarante. A par com os edifícios, existentes e também em processo de concretização, como já mostrado, encontramos neste percurso espaços públicos que valorizam toda esta zona da cidade: o Parque Ribeirinho, localizado na Avenida General Silveira, com vista privilegiada para o rio, e com ligação a um parque de estacionamento público, às piscinas municipais e ao Parque Florestal de Amarante, a já mencionada Praça da República, mais conhecida por Largo de São Gonçalo, que dada a sua localização, os edifícios que alberga, o seu valor arquitetónico, e sendo considerado o centro religioso e de culto, torna a praça o espaço público de eleição de toda a cidade, dada a sua carga simbólica. Encontramos também, o Jardim Amadeo de Souza-Cardoso, localizado na margem esquerda.

47 Álvaro Siza afirmou ao Jornal "A Verdade" que o projeto para o Solar dos Magalhães "não será nenhuma reconstrução. É um balanço de um projeto novo com as ruínas que não foram destruídas por inteiro. Não se vai apagar, nem queremos isso. A arquitetura. Mesmo a mais imaginativa, tem uma base que é história e nós não a vamos destruir, pelo contrário, é um equilíbrio entre a história e o que queremos trazer de novo. Sendo certo que a meta é sempre a mesma, a beleza, nós estamos nesse caminho" disponível em <https://www.averdade.com/2019/05/18/solar-dos-magalhaes-recebe-memorias-de-amarante-com-assinatura-de-siza-vieira/?fbclid=IwAR1G1OoAYa4SwmWuUurKMRc3WahC7piuBjeXdLq-uYSCGozhr7hsDFCswXg> consultado a 5junho2019















Paseo corto
extendiéndose a 500 m

↓
Extensão completa
RUA CARMINO DOS
PRIS

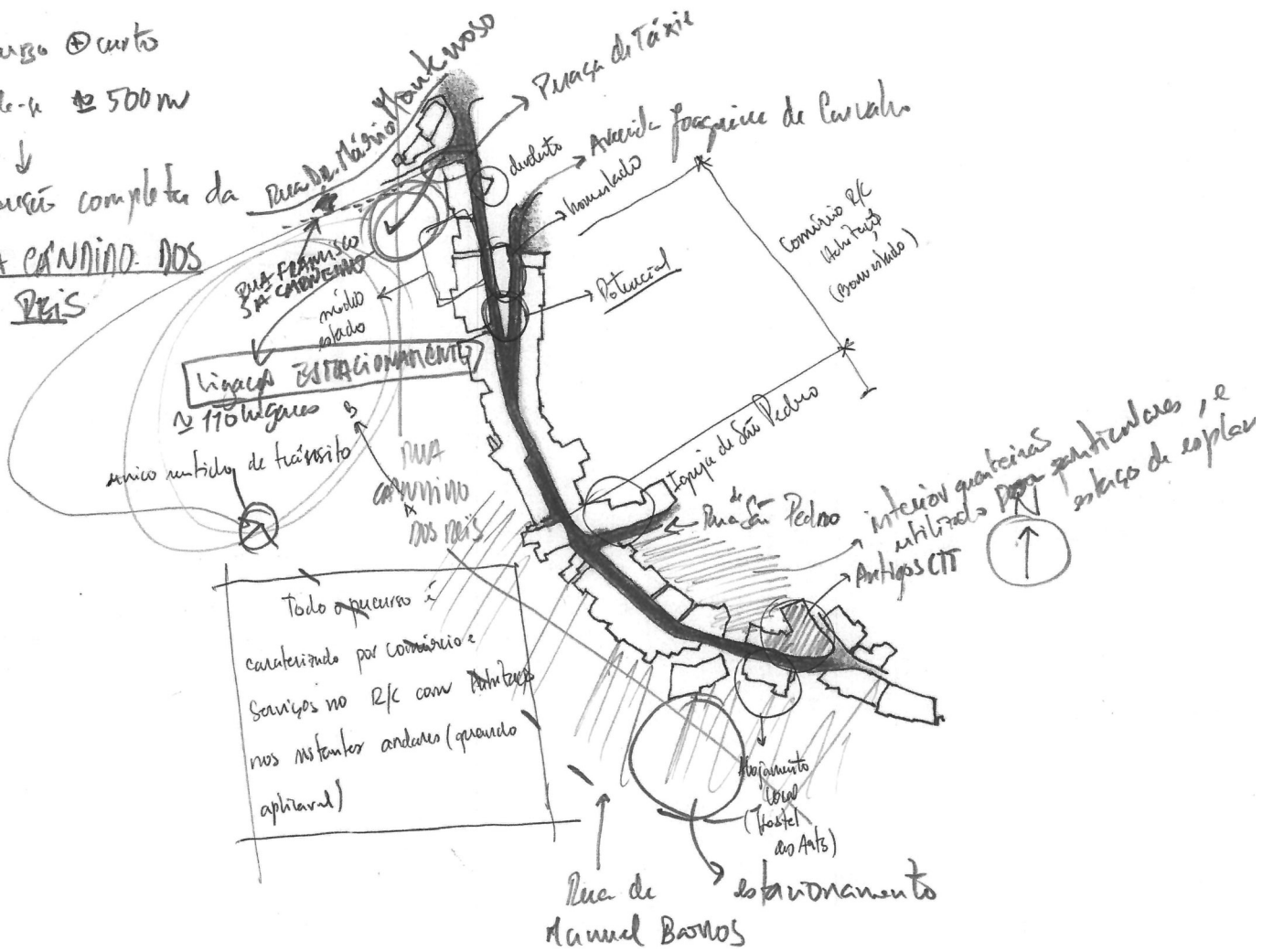


FIG.26_ Desenho esquema do percurso B, realizado pelo autor

PERCURSO B



FIG.27_ Desenho esquema do percurso B, realizado pelo autor

O percurso B é utilizado dada a sua relação imediata com o percurso descrito anteriormente. Este percurso que se estende por aproximadamente por 500m, constitui a extensão completa da Rua Cândido dos Reis, conectando-se, então, com o percurso A, no seu ponto inicial, correspondendo ao edifício que albergava os correios, e o seu ponto final na intersecção com a zona frontal ao Solar de Magalhães. Para além destas duas ligações, é interrompido pela rua São Pedro, e pela Avenida Joaquim de Carvalho; marcando a presença da Igreja de São Pedro, e um espaço público (tomado como espaço com características potencializadoras de ambientes sociais), respetivamente. Esta rua surge em primeiro lugar, no novo plano para a reedificação, em 1809, com características distintas, da até então única rua da cidade, formalizando-se aqui uma nova rua, larga, albergando tanto automóveis como passeios, que possuem características mais adequadas para o seu uso, considerando a escala desta, que apresenta dimensões consideráveis que permite o uso de passeio destinado a peões, o desenho de um eixo viário (de um sentido) e ainda estacionamento paralelo ao sentido deste eixo. Junto ao Solar de Magalhães, a rua estabelece ligação com a Rua Francisco Sá Carneiro, que fica paralela a um dos maiores parques de estacionamento situados no coração da cidade, detendo aproximadamente 110 lugares. As construções da rua apenas do uso direto através da rua, esquecendo-se da virtualidade que a zona interna do quarteirão correspondente possui, ficando praticamente toda a sua extensão tardoz voltadas para o rio, isto porque, tendo em consideração a implantação da rua, a zona nobre, das construções eram edificadas voltadas para essa mesma rua, ficando, neste caso específico, a zona tardoz do edifício e a zona interior do terreno, viradas para o rio. Atualmente, a rua possui comércio por toda a sua extensão, maioritariamente no piso térreo, e alguns edifícios, usam a parte tardoz, como esplanada, ou logradouro privado, como verificado também no percurso anterior. Neste quarteirão, delimitado pela Rua Francisco Sá Carneiro, e também pela rua de Manuel Barros, tendo acesso por esta última, encontramos numa cota próxima da do rio, um parque de estacionamento, e também a serventia a toda correspondente à margem ribeirinha. É um percurso caracterizado pela sua porosidade, uma vez que encontramos vários caminhos estreitos, praticamente à esquadria da rua

principal, situação que confere uma característica morfológica interessante destas construções, conferindo-lhe acessos, que são pouco utilizados, por falta de manutenção, apresentando assim um aspeto pouco amigável para o seu uso e, não havendo fonte segura para se averiguar, consta-se que estes caminhos estreitos, (em que a sua escala poderia variar entre os 60cm e os 85cm) eram usados para acessos ao interior do quarteirão, para colmatar cotas e também para conferir zonas de respiração aos edifícios.







Percurso Vermelho

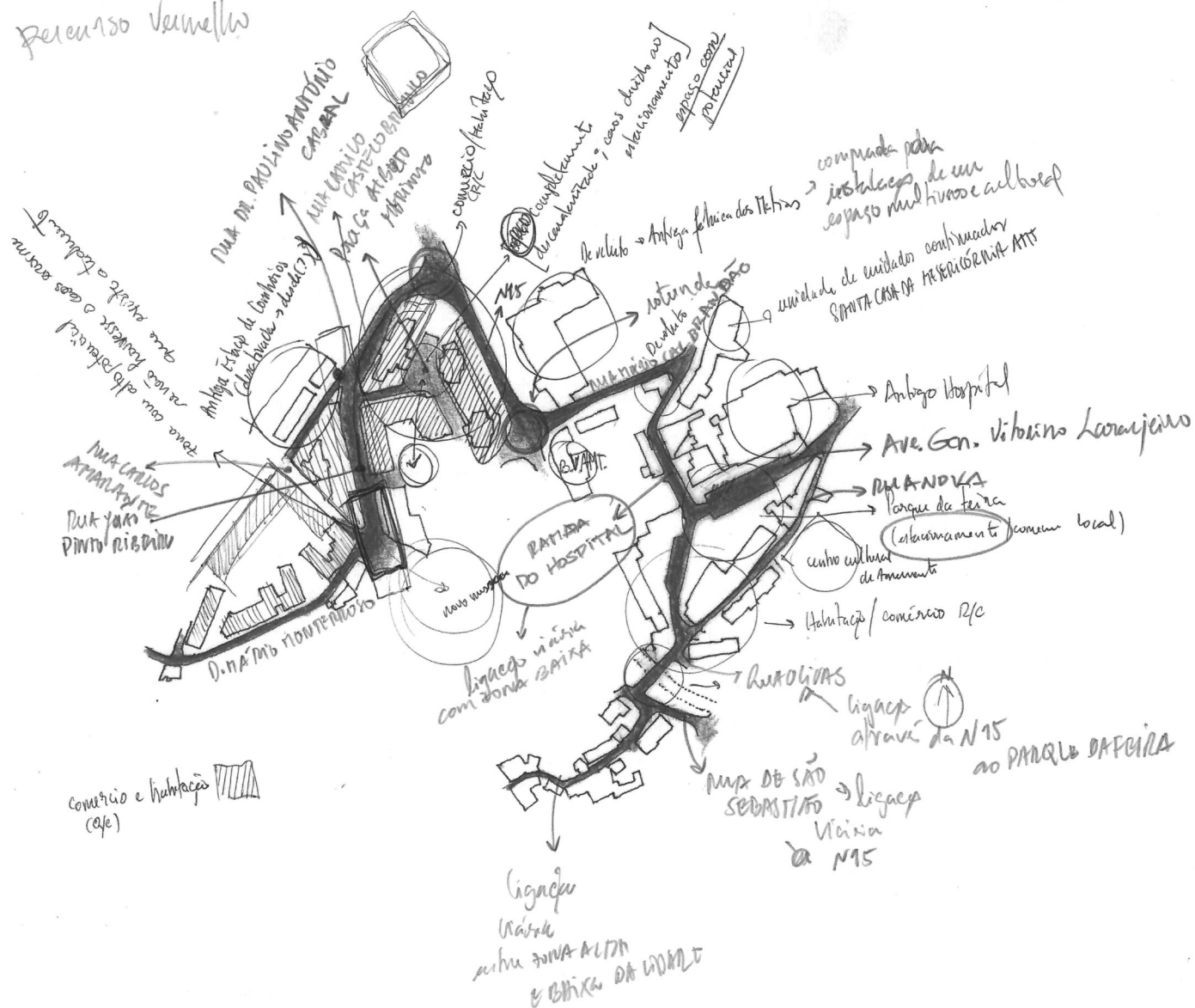


FIG.28_ Desenho esquema do percurso C, realizado pelo autor

PERCURSO C



FIG.29_ Desenho esquema do percurso C, realizado pelo autor

Este terceiro percurso marca a continuação dos dois percursos anteriores, ou seja, tem o seu início em Santa Luzia, em frente ao já mencionada Solar de Magalhães. Aqui encontramos, se seguirmos a poente, a rua D. Mário Monterroso, que nos dá acesso à autoestrada (A4). Se seguirmos a norte encontramos a interseção das ruas João Pinto Ribeiro com a Rua Dr. Paulino António Cabral, onde está implantada a antiga estação de comboios da cidade, atualmente desativada. Neste troço, encontramos um espaço interior de quarteirão desprovido de qualquer tipo de ordem ou arranjo, sendo que encontramos no piso térreo função comercial, e estacionamento caótico, que faz com que o espaço transmita a sensação de ausência de qualquer intenção de desenho e pensamento arquitetónico. Neste percurso também encontramos a Praça Alberto Marinho, albergando apenas e novamente estacionamento e serventia viária. É neste percurso, que encontramos, a Fabrica dos Matias, adquirida recentemente pela Câmara Municipal de Amarante, que se consta que futuramente será um polo cultural e polivalente, e em frente a esta, o edifício dos Bombeiros Voluntários de Amarante, ambos cercados pela estrada nacional 15, e pela rua Mário Cal Brandão. Esta rua juntamente com a Rua Rampa do Hospital, dá-nos acesso à parte mais alta da cidade — ao Parque da Feira. Este parque com características que poderiam ser aproveitadas para se (re)desenhar um espaço amplo e de estadia na cidade, fica aquém do que é esperado, sendo um espaço dividido pela Avenida Gen. Vitorino Laranjeiro, utilizado como estacionamento público, fatores de rutura espacial. Neste espaço, encontramos o antigo Hospital Público de Amarante. No prolongamento da avenida referida, encontramos as interseções que delimitam a Rua Nova, uma rua estreita, de baixa qualidade, onde encontramos carros estacionados informais, e um pequeno passeio. Nesta rua também encontramos o Centro de Saúde, e o Centro Cultural de Amarante, algum comércio local e habitação permanente. Na sequência do percurso em causa, ainda na Avenida Gen. Vitorino Laranjeiro, encontramos a ligação das zonas baixas da cidade, acesso à estrada Nacional 15, e no seguimento da Rua de São Sebastião, encontramos a interseção com a Rua Miguel Pinto Martins, rua que faz parte do percurso A.







PERCURSO D



FIG.31_ Desenho esquema do percurso D, realizado pelo autor

Este percurso (D) é estabelecido entre o percurso A, descrito anteriormente, e pelo percurso que será falado posteriormente, o percurso E; estabelecendo pontos de ligação entre estes. O percurso é lançado através do ponto de ligação com o percurso A, que fica junto à Igreja/Mosteiro de São Gonçalo e o início da ponte, onde se insere a Alameda Teixeira de Pascoaes, que atualmente é sobretudo utilizada como plataforma de estacionamento público, embora tenha um desenho central de jardim. É nesta alameda que se encontra o Museu Amadeo de Souza-Cardoso, e a Camara Municipal de Amarante, ambos intervencionados em 1947 pelo Arq. Alcino Soutinho, e o antigo posto da Guarda Nacional Republicana. A uma cota ligeiramente mais baixa, temos o Mercado Municipal de Amarante, projeto de Januário Godinho, em 1959— que aguarda, juntamente com a Alameda uma intervenção desenhada pelo arquiteto Souto Moura. No seguimento do percurso, na rua paralela ao mercado, que estabelece ligação à Avenida 1º de Maio, localizam-se o Parque Termal, a Associação desportiva de Amarante e o Jardim Baden Powell, e o Parque de Merendas de Amarante, onde encontramos de novo, estacionamento Público. A Rua do Capitão Augusto Casimiro que na sua extensão, até à rua Frei José Amarante — que estabelece conexão novamente com o Percurso A — comporta o edifício do Tribunal de Amarante, a extremidade inferior do Jardim de Amarante, o Convento de Santa Clara, com o seu respetivo Largo. É no ponto mais a norte da Rua do Capitão Augusto Casimiro que encontramos o cruzamento, que tem ligação com a Rua do Carvalhido — que estabelece novamente conexão com o Percurso E, e com a Rua Bairro Coronel Carvalho de Lima, zona onde se localiza apenas habitação Unifamiliar.





PERCURSO E



FIG.33_ Desenho esquema do percurso E, realizado pelo autor

Este Percurso (E), embora tenha sido estudado e (re)visitado várias vezes ao longo da elaboração da dissertação, é o caminho escolhido que fica mais longe, em comparação com os restantes, da escala humana utilizada para o uso pedonal — este percurso, feito a pensar sobretudo no tráfego automóvel — integrando o eixo da Estrada Nacional 15 — foi pensado para resolver o estrangulamento presente na ponte de São Gonçalo, e melhorar a ligação entre as duas margens — foi então, a par com a estrada mencionada, inaugurada a Ponte Nova, a 24 de setembro em 1967. Como já mencionado na descrição dos restantes percursos, este estabelece ligação com todos, com a única exceção do Percurso B. É com esta consideração, que verificamos então pontos em comum com esses percursos. No início deste percurso, encontramos dois edifícios que marcam também o Percurso C — a Fabrica dos Matias, e o edifício dos Bombeiros Voluntários de Amarante. A restante frente construída deste percurso é apenas caracterizada por comércio no rés-do-chão, destacando-se o centro comercial e o mini preço. Na zona onde existe uma curva acentuada, encontramos, a já mencionada Rua Bairro Coronel Carvalho de Lima. Na sua continuidade, encontramos ligações viárias para pontos já mencionadas anteriormente, como a Zona do Mercado Municipal e também a zona do Mosteiro de São Gonçalo. Neste ponto, encontramos a Ponte Nova, que foi a segunda ponte construída, e segunda estrutura de ligação entre as margens do Rio Tâmega.





c. Dos Planos e Projectos

É sabido que ao longo do tempo houve uma preocupação para o planejamento e ordenamento das cidades. Em 1859, na perspectiva de uma ideologia humanista, Ildefonso Cerdà idealizou uma expansão isotrópica para a cidade de Barcelona, criando sistemas de infraestruturas, zonas verdes dentro dos quarteirões e definiu todo um conjunto de regras de natureza morfológica, assegurando a disseminação de equipamentos comunitários na malha urbana, colocando as zonas industriais mais afastadas do centro.⁴⁸ Em 1916, foi publicado o Traçado Sanitário das Cidades, de Saturnino de Brito, onde o objetivo, para além de conferir um novo padrão estético às cidades, era planejar e construir redes de saneamento básico em todas as cidades que estavam ameaçadas pelas epidemias.⁴⁹ Em 1928, com a Declaração de La Sarraz⁵⁰ o urbanismo contempla a definição de organização das funções da sociedade, existindo um foco nas cidades e no território. Preconiza ainda que o urbanismo não pode ser condicionado por pretensões estéticas pré-existentes, que a sua essência é de ordem funcional, estabelecendo assim três grandes funções - habitar, produzir e recrear - e tem como objetivos essenciais a divisão do solo, a organização do tráfego e a regulamentação da forma de ocupação. Em 1933, durante o IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), surge a Carta de Atenas, instituindo o conceito de Cidade Funcional, que resume os princípios do Urbanismo Racionalista. Encontramos aqui a idealização de uma cidade separada em áreas distintas: áreas residenciais, de recreação e de trabalho. No modelo teórico de Le Corbusier La Ville Verte, os edifícios são inseridos em áreas verdes, pouco densas, sem relações diretas com as vias. Como já mencionado anteriormente, vimos que até aqui as cidades eram pensadas para albergarem três funções (habitar, trabalhar e recrear), mas para além destes, é com este documento que se

48 CERDÀ, Ildefonso, General theory of urbanization, 1867; cur. Vicente Guallart; transl. Angela Kay Bunning...[et al.]. - Barcelona: Institute for Advanced Architecture, 2018

49 Urbanismo no Brasil: 1895-1965/ coord. Maria Cristina da Silva Leme. - São Paulo: Studio Nobel, 1999, p.250

50 O I CIAM Congresso Internacional de Arquitectura Moderna), realizado na cidade de La Sarraz, Suíça, em 1928. Organizado por Le Corbusier, Siegfried Giedion e Helene de Mandrot e presidido por Karl Moser (suíço), entre os objetivos estava o de apresentar a arquitetura como fator de influência e econômica e social. Aqui, o urbanismo é definido como organização das funções da vida coletiva, envolvendo a cidade e o campo, cuja essência é a ordem funcional, já se apontando as três funções-chaves da cidade - habitação, trabalho, lazer - a serem articulados pela circulação. Para efetivar esses princípios, são destacados outros, como o controle do uso do solo, a legislação e a regulação do tráfego. Presente Cronologia do Pensamento Urbanístico em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1464>

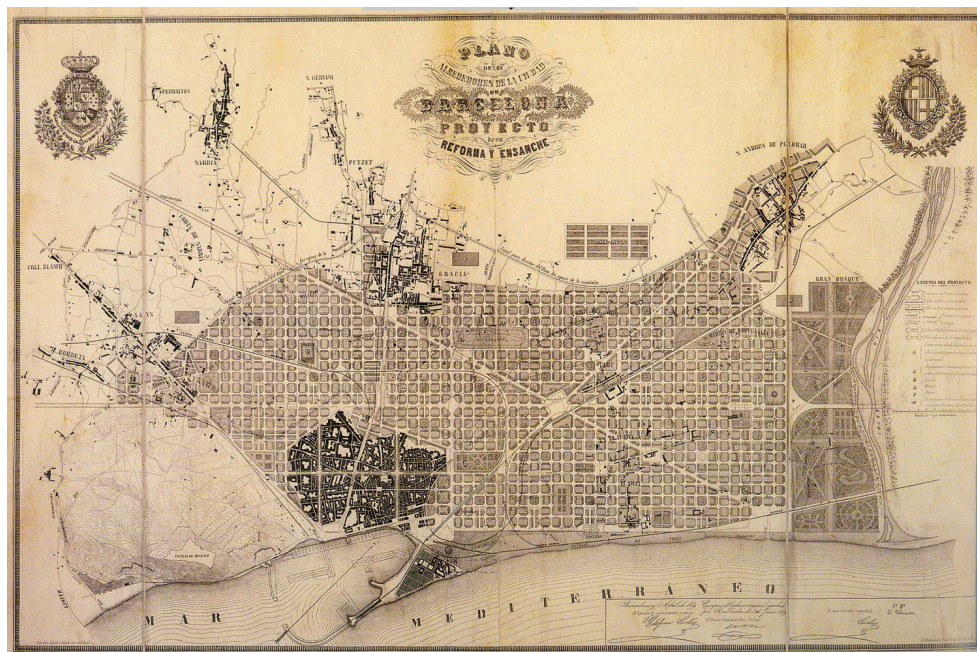


FIG.34_ Plano Cerdà (1858), Ildefons Cerdà i Sunyer- Museu d'Historia de la Ciutat, Barcelona

começa a pensar na inserção dos transportes na cidade, inserindo-se assim a quarta função da cidade, o circular.⁵¹ Na cidade de La Tourette, em 1952, pelo Grupo Economia e Humanismo⁵² foram estipuladas as novas dimensões do Planeamento do território, na Carta do Planeamento Territorial, onde o principal objetivo era criar, pela organização racional do espaço, condições de valorização da terra e as situações mais convenientes ao desenvolvimento humano dos seus habitantes, levando o planeamento a ser tratado como um processo, incluindo a preocupação com a participação da população. Em 1958, na Colômbia, foi realizado o Seminário de Técnicos e Funcionários em Planeamento Urbano, pelo Centro Interamericano de Vivenda e Planeamento (CINVA), onde resultou a Carta dos Andes, onde foi definido que o planeamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização otimizada dos recursos de uma sociedade em determinada época. Nesta mesma carta foi pensada a quinta função da cidade - lazer - tendo como principal preocupação a qualificação do meio ambiente. Nesta mesma década, e na seguinte, ou seja, na década de 1950 e 1960, houve um aumento da população e as migrações para as cidades, criando problemas de congestionamentos, poluição, falta de habitação, e consequentemente o aparecimento de assentamentos informais de génese ilegal. Para combater estes desafios, das cidades em crescimento, o planeamento urbano preconizou expressivas formas de expansão modernistas, incluindo novas habitações, áreas de recreação, áreas comerciais e industriais.

O planeamento urbano de uma cidade é feito, geralmente, pelo investimento de iniciativa pública e investimentos de iniciativa privada, desenvolvendo figuras operativas, que tenham em foco a concretização dos objetivos e ordenamento de dinâmicas.

51 IRAZÁBAL, Clara, "Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo, Qual seu significado para a América Latina?" em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821>

52 O reverendo Padre Lebre, dominicano francês, em 1941 fundou o movimento "Economia e Humanismo" a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada, fundamentalmente, em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas.

Os instrumentos de gestão territorial em Portugal são variados e estão previstos na legislação, em particular na Lei n.º 31/2014 de 30 de maio⁵³ que estabelece as bases da política de solos e do ordenamento do território. O Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio⁵⁴ estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), constituindo regulamentos administrativos acerca da edificação e da urbanização. De acordo com a Lei n.º 31/2014, o uso do solo realiza-se no âmbito dos limites previstos na Constituição, na lei, nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal em vigor e em conformidade com a respetiva classificação e qualificação. O sistema de gestão territorial organiza-se num quadro de interação coordenada que remete aos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos. Distinguem-se assim como principais instrumentos de gestão territorial os seguintes: Planos e Políticas Nacionais; Planos e Políticas sectoriais; Planos e Políticas especiais; Planos, Programas e Políticas de Ordenamento do Território (Nacionais, Regionais, Municipais e Intermunicipal (de acordo com o RJIGT – Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio))⁵⁵ Planos de Recursos Hídricos (considerados Programas sectoriais, mas devido à sua importância no ordenamento do território, são aqui considerados isoladamente) Servidões e Restrições de Utilidade Pública; Agendas XXI Locais e Planos Municipais de Ambiente. De acordo com o DL n.º 80/2015, os programas de gestão territorial definem o quadro genérico de desenvolvimento territorial e as suas diretrizes programáticas, ou definem a incidência espacial de políticas nacionais a considerar em cada nível de planeamento.

Os planos, por outro lado, estabelecem opções e ações concretas em matéria de organização, estruturação e gestão do território e definem o uso do solo.

53 Diário da República, 1.ª série—N.º 104—30 de maio de 2014, “Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo” em <https://dre.pt/application/conteudo/25345938>

54 Diário da República, 1.ª série—N.º 93—14 de maio de 2015 — Decreto lei n.º 80/2015 de 14 de maio em <https://dre.pt/application/conteudo/67212743>

55 idem

Em simultâneo existem outros documentos, como a estratégia Cidades Sustentáveis 2020, publicada na Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2015 de 11 de agosto, configurando-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável ao nível local, para um futuro mais sustentável das nossas cidades, articulando (uma visão com) um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção — inteligência e competitividade; sustentabilidade e eficiência; inclusão e capital humano; territorialização e governança. “Neste quadro, a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» procura reforçar a dimensão estratégica do papel das cidades em vários domínios. Ancorada no paradigma do desenvolvimento urbano sustentável, a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» deve ser entendida como uma política de desenvolvimento territorial, para a qual o envolvimento e compromisso de uma multiplicidade de agentes é condição fundamental para que o enfoque das intervenções não se limite à dimensão física do espaço urbano, mas, antes, vá ao encontro de desígnios mais importantes como são o desenvolvimento económico, a inclusão social, a educação, a participação e a proteção do ambiente. Neste sentido, o desenvolvimento territorial do país por intermédio do reforço da estruturação urbana do território nacional e a melhoria da qualidade de vida das populações em meio urbano são as principais finalidades de tal estratégia. O aumento da sustentabilidade das cidades conduzirá igualmente a um aumento da competitividade do país.” Assim, a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020» baseia-se na resposta a um conjunto de desafios que decorrem de um diagnóstico territorial prévio. Estes desafios exigem abordagens integradas, adequadas às condições particulares de cada território, devendo enraizar-se nas políticas nacionais de desenvolvimento económico-social, e numa perspetiva consistente de médio e longo prazo. Esta estratégia tem como objeto a cidade nas suas múltiplas dimensões e o âmbito desenvolvimento urbano sustentável, baseando-se em 7 princípios: Estruturação urbana do território; Territorialização das políticas; Coordenação horizontal; Coordenação vertical; Envolvimento ativo; Conhecimento do território; Capacitação coletiva.

Plano Diretor Municipal - PDM

O Plano Diretor Municipal é um instrumento fundamental na gestão do território municipal. O PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais. Este plano é constituído pelos seguintes documentos, o Regulamento - que constitui o elemento normativo do PDM e que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares; Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal; Planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo. Sendo que é acompanhado pelo Relatório, que explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial; Relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos; Programa de execução, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo; Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira. tudo isto completado pelos seguintes elementos, Planta de enquadramento regional; Planta da situação existente com a ocupação do solo; Planta e relatório com a indicação dos compromissos urbanísticos existentes; Mapa de ruído; Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação; Ficha dos dados estatísticos.⁵⁶

⁵⁶ O que é o Plano diretor Municipal, consultado em <https://www.cm-porto.pt/pdm/o-que-e-o-pdm>

c.1 Em Amarante

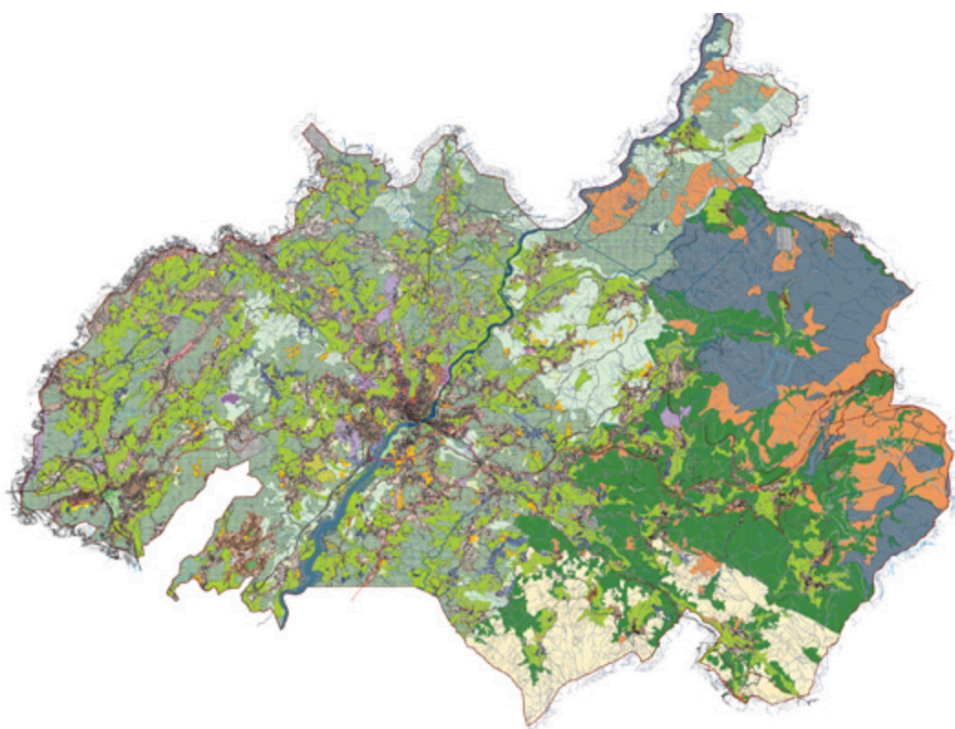


FIG.35_ Plano Diretor Municipal de Amarante é o mais abrangente dos planos municipais de ordenamento do território e estabelece as regras de ocupação e utilização do solo, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento de todo o território do Município de Amarante.¹

¹ <https://www.cm-amarante.pt/pt/planos-municipais-de-ordenamento-do-territorio>

A versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal,⁵⁸ foi aprovada em Assembleia Municipal a 7 de junho de 2017, (publicada no Diário da República n.º 162, 2ª Série, de 23 de agosto de 2017) incluindo neste o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes, estando em vigor desde o dia 24 de agosto de 2017. (rodapé: em <https://www.cm-amarante.pt/pt/planos-municipais-de-ordenamento-do-territorio>) Este plano abrange todo o território do município de Amarante, tal como definido na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) de 2014. E como já dito anteriormente, este tipo de plano estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial e a política municipal de ordenamento do território, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito supramunicipal e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal. É o plano que se usa como instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município de Amarante⁵⁹ e também como instrumento de gestão urbanística. O Plano Diretor Municipal de Amarante tem na sua constituição 6 objetivos estratégicos: Consolidar a matriz rural do território; Reforçar e desenvolver os principais núcleos urbanos; Reforçar e articular as redes de equipamentos e de infraestruturas; Redefinir, reorganizar e requalificar o sistema viário e de transportes; Valorizar as características naturais, ambientais e paisagísticas do concelho; Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico; Estruturar áreas desarticuladas e identificar áreas problemáticas. O Plano Diretor Municipal de Amarante é constituído pelos seguintes documentos: o regulamento em si; Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes.

É acompanhado por: Relatório de Proposta; Relatório de conformidade com a Rede Natura 2000; Programa de Execução; Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico; Mapa de Ruído; Carta Educativa; Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios; Relatório de ponderação dos

⁵⁷ Podemos verificar a situação urbanística existente na região do Norte no MAPA Anexo 2

⁵⁸ PDM de Amarante consultado em <https://websig.phinformatica.pt/amarante/>

⁵⁹ Mapa da situação urbanística existente AMARANTE— anexo 3

resultados da auscultação pública e participações recebidas; Ficha de Dados Estatísticos; Planta de Compromissos Urbanísticos) Planta da Estrutura Ecológica Municipal; Planta de Património Arquitectónico; Planta de Património Arqueológico; Planta de Património Natural; Planta de Rede Rodoviária, Transportes e Mobilidade: Hierarquia Funcional Viária Proposta; Estudos de caracterização do território municipal; Plantas de Enquadramento; Planta da Situação Existente(anexos). Encontramos no PDM de Amarante a informação de que no concelho se encontram em vigor instrumentos de gestão territorial, planos setoriais e especiais, cujas orientações e regras foram integradas no plano, eles são: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Plano Setorial da Rede Natura; Plano Rodoviário Nacional; Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro; Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega; em paralelo com este plano, mantém-se em vigor o Plano de Pormenor da Margem Direita do Tâmega/Amarante Norte. Para que todas as normas sejam cumpridas, e de forma a que haja realizações dos objetivos do Plano, e que sejam concretizadas políticas de melhoria, qualificação e valorização do ambiente urbano, o PDM, define assim incentivos, traduzidos em benefícios fiscais, aplicados às intervenções que a entidade tenha interesse, nomeadamente, todas as realizações de intervenções de que resultem ganhos evidentes na conservação da natureza e da biodiversidade; realização de operações urbanísticas associadas à reabilitação urbana ou à promoção de programas de habitação social e cooperativa; ações de reabilitação de edifícios com interesse patrimonial; deslocalização de atividades de indústria ou de armazenagem, com evidentes impactos ambientais negativos, existentes em áreas residenciais para os espaços de atividades económicas definidas no plano; execução de empreendimentos ou edifícios de construção sustentável onde se operem iniciativas de redução de consumo energético, do consumo de água potável ou de gestão sustentável da água; instalação de empresas com certificação ambiental. No presente plano encontramos unidades de Execução e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), estas demarcam espaços de intervenção com uma coerência planeada ou pressuposta, que requerem uma abordagem integrada e de conjunto, com programas diferenciados,

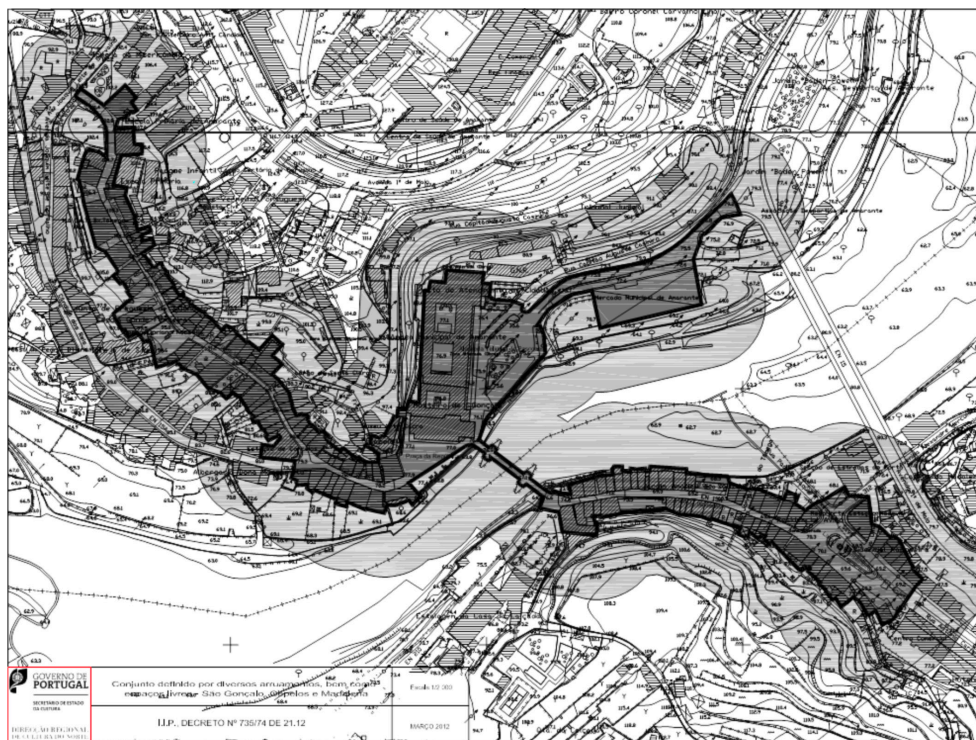


FIG.36_ Centro Histórico de Amarante - conjunto classificado como Imóvel de Interesse Público e respetiva área de proteção, Decreto n.o 735/74 de 21.12, Direção Regional da Cultura do Norte, março de 2012¹

¹ Conjunto classificado como Imóvel de Interesse Público e respetiva área de proteção, em Delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Amarante, novembro 2017, em <https://www.cm-amarante.pt/pt/aru-amarante>; https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/468036/details/normal?p_p_auth=QNvQif8u

para tratamento a um nível de planeamento mais detalhado com vista à sua execução, estas são: Cidade de Amarante; Vila Meã; Amarante (ARU); Área Industrial de Árvores; Serra de Água e Leite; Instalações da Empresa Urbitâmega; e outras que correspondem a Áreas urbanas de génese ilegal — AUGI: Penouços; Mirago; Travanca do Monte (Bustelo); Murgido (Candemil); Gião (Candemil); Igreja (Candemil); Portel da Armada (Olo); São Brás (Telões); São Vicente — Pedrinha (Várzea); Paço (Várzea); Portela (Várzea); Bairro Joaquim Lourenço (Várzea); Lugar de Cima (Várzea); Póvoa (Ansiães); Estrada (Ansiães); Coval (Ansiães); Covelo do Monte — Ribeira (Aboadela); Covelo do Monte — Escola (Aboadela); Fontemor (Telões). Os Objetivos e regulamentação das UOPG são, a Estruturação e programação da ocupação urbana e articular as categorias de espaço abrangidas, o estabelecimento do zonamento para localização das diversas funções urbanas, a rede viária estruturante, o sistema de circulação e de estacionamento, a localização de equipamentos de utilização coletivas e os espaços verdes; o Controlar a ocupação no interior dos espaços centrais, com especial atenção para as intervenções em edifícios existentes; a promoção da requalificação do tecido urbano existente, a integração de novas áreas urbanas, a valorização da estrutura comercial e dos equipamentos e a articulação dos espaços residenciais com a envolvente rústica; Definição da rede de equipamentos de utilização coletiva; Programar a revitalização do espaço central, apoiando iniciativas de carácter local que permitam explorar sinergias existentes e potenciar o incremento funcional, dando resposta à necessidade urgente de promover a fixação de novo habitantes e a atração turística; Definir as intervenções a efetuar nos edifícios existentes e no espaço público, e estabelecer uma estratégia de atuação assente na valorização do património arquitetónico, arqueológico, natural e cultural, entre outros com menor relevância. a) Estruturar e programar a urbanização e edificação;

Nos objetivos estipulados para as Áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) encontramos os seguintes pontos: Proceder à legalização das edificações existentes; Reconversão urbanística da área de génese ilegal; Realização das necessárias obras de infraestruturação; Qualificar os espaços exteriores públicos ao nível paisagístico, de circulação pedonal e viária, de mobiliário

urbano e de iluminação pública, prevendo áreas de estacionamento;
Promover os espaços verdes, articulando-os com a envolvente rústica e urbana, tendo como objetivo a sua fruição pela população. Segundo o mesmo, este deve ser objeto de avaliação nos termos da legislação em vigor, e deve proceder-se à sua revisão quando se demonstre como necessário, e será objeto de monitorização e avaliação, para que seja possível a apreciação do desenvolvimento dos objetivos estipulados, sendo que esta monitorização consiste em recolha de informação relativa à atuação dos órgãos e serviços municipais e à dinâmica urbanística; Apreciação de todas as ações, públicas e privadas, onde o impacto no quadro de objetivos definidos pelo presente plano, sejam consideradas relevantes pela Câmara Municipal de Amarante; Elaboração do balanço anual das ações previstas no presente Plano Diretor; Proposta das medidas necessárias à execução, bem como de eventuais revisões ou alterações. A situação atual, do PDM de Amarante, encontra-se, segundo a Câmara Municipal de Amarante, em fase de alteração pública para a sua terceira alteração. Esta decisão foi deliberada a 22 de abril de 2022, em reunião pública ordinária.⁶⁰ Esta revisão visa como seus objetivos o aperfeiçoamento das suas disposições regulamentares e a correção de erros materiais e omissões verificadas no ato publicado; Por outro lado, deliberou-se que a presente alteração do plano não está sujeita a Avaliação Ambiental, uma vez que não visa constituir enquadramento para a futura aprovação de projetos que constem nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto; A alteração não se foca nos Sítios da lista nacional de sítios, Sítios de interesse comunitário, Zona especial de conservação ou Zona de proteção especial, não estando sujeitas a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro; E por fim, não contempla o enquadramento para a futura aprovação de projetos que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.⁶¹

⁶⁰ Informação obtida em <https://www.cm-amarante.pt/pt/3-alteracao-do-pdm-discussao-publica-2022>

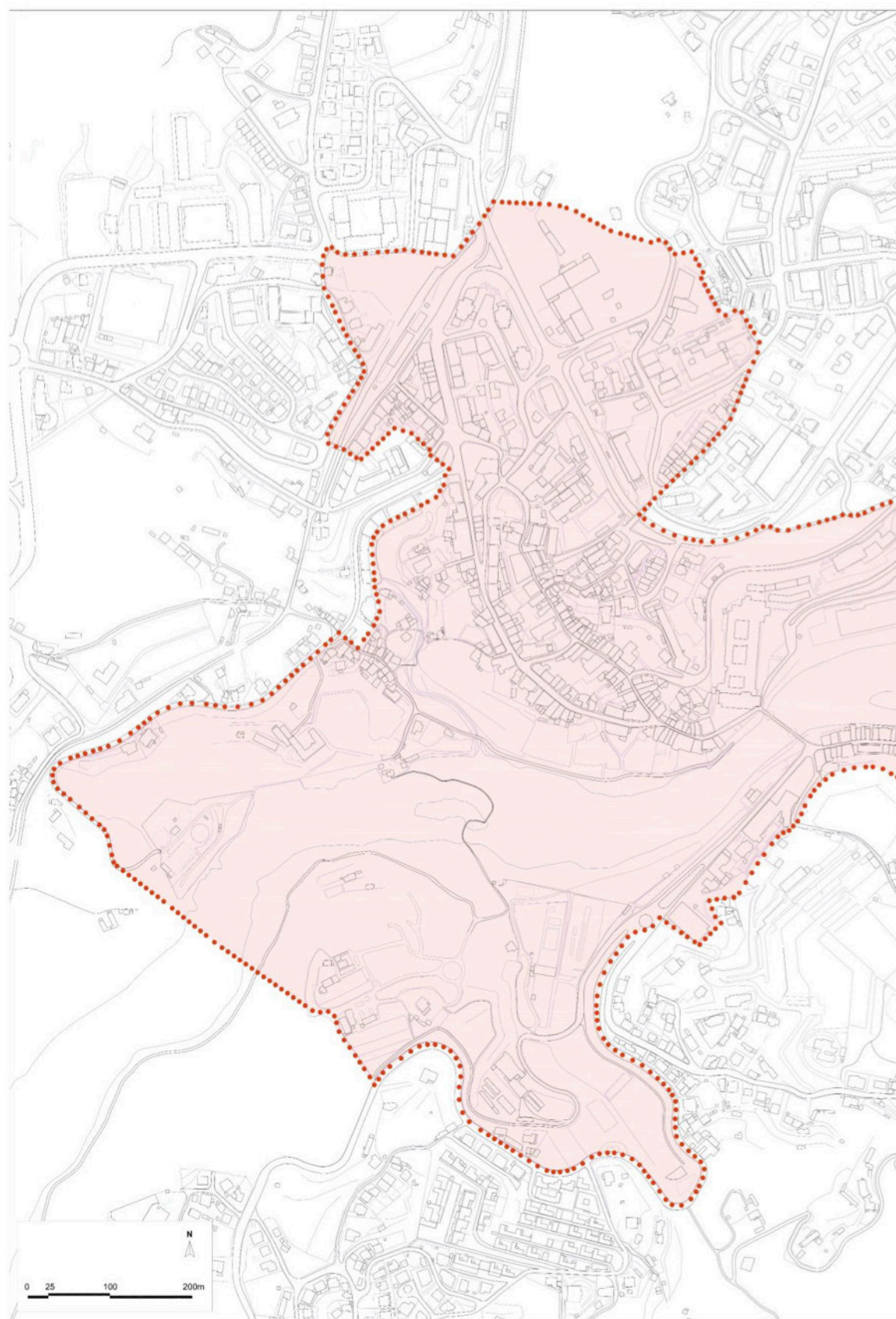
⁶¹ 3.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Amarante, em Diário da República em <https://www.cm-amarante.pt/download/pt/aviso-de-abertura-em-dr-2021-06-15.pdf>

Área de Reabilitação Urbana - ARU

Segundo o que se encontra presente no documento facultado pela Câmara Municipal de Amarante, a ARU proposta é um espaço privilegiado do ponto de vista da sua localização e relevância estratégica no contexto municipal e regional. Integrando na sua constituição as margens do Tâmega, o Centro Histórico de Amarante bem como áreas imediatamente adjacentes, mas que completam a estrutura morfológica do núcleo central da cidade. Incluiu-se a área urbana contígua entre estes dois últimos arruamentos por forma a contemplar a previsível reformulação de uma das atuais entradas no centro urbano, o nó viário do Salto, bem como a providenciar a resolução de problemas marginais, designadamente o destino a dar à área onde se situam as ruínas de uma antiga metalúrgica. Integra também a sudoeste, o Complexo de Piscinas Municipais e o Parque Florestal. Na extremidade oposta, a noroeste, o Complexo Desportivo Costa Grande, e situado na margem oposta, o manancial de águas sulfurosas das Murtas. De forma a completar esta delimitação, procuraram delimitar geograficamente a ARU utilizando, sempre que possível, os traçados dos arruamentos urbanos existentes, é sabido que este tipo de metodologia pode determinar alguns problemas sobre o conjunto do edificado presente. Segundo o mesmo documento podemos saber que os objetivos gerais, para a Área Reabilitação Urbana de Amarante, passam por reforçar a atratividade sustentável, do centro urbano, apoiar e dinamizar a revitalização das atividades económicas, ligadas o turismo cultural e o lazer, fomentar a componente residencial do centro urbano, e incitar a acessibilidade ao centro da cidade e a mobilidade dos utentes.⁶² A par disto, encontramos em Amarante a o projeto designado por “Amarante em Regeneração” onde a seu objetivo principal passa pelo Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais, tendo como área de intervenção a ARU.⁶³

⁶² Delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Amarante, novembro 2017, em <https://www.cm-amarante.pt/pt/aru-amarante>

⁶³ Projeto Amarante em Regeneração, em <https://www.cm-amarante.pt/pt/amarante-em-regeneracao>





Delimitação da
Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Amarante

Área - 88,50 ha



FIG. 38_ Pontos de ação do *Plano de ação de regeneração urbana* (PARU) de Amarante

Para além disto, do que está disponível para consulta, nos sítios referentes à ação direcionada ao concelho de Amarante, conseguimos saber da existência de um Plano de ação de regeneração urbana (PARU) – que embora não se encontre público, foram nos facultadas algumas informações, por parte da CMA, sobre o mesmo, onde se consta que em termos globais, este plano centra-se em princípios de intervenção culturais, históricos e patrimoniais, correspondentes à preservação e qualificação do património cultural. Estes pontos encontram-se segundo um eixo transversal e estratégico e encontram-se delimitadas no plano as seguintes ações concretas: Reabilitação de edifício industrial e alteração de utilização para pavilhão multiusos; Requalificação da área envolvente do pavilhão multiusos; Reabilitação da Casa Teixeira de Pascoaes para Centro Interpretativo; Reabilitação da Casa da Cadeira para Centro Interpretativo do Barro Negro de Amarante; Reabilitação do edifício da GNR; Requalificação da área envolvente do edifício da GNR; Requalificação urbanística do Largo de Santa Luzia; Reabilitação do Museu Amadeo Sousa-Cardoso Requalificação do Parque Urbano Linear; Reabilitação do Mercado Municipal; Requalificação do Parque Urbano Florestal; Requalificação do Cineteatro; Requalificação Urbanística do Largo de S. Pedro; Requalificação da área envolvente ao Solar de Magalhães; Reabilitação do Solar de Magalhães para Centro Interpretativo da cidade. (ver imagem página anterior).

A Operação de Reabilitação Urbana — ORU — contempla os projectos que se encontram dentro da ARU, segundo informações recolhidas nas entidades responsáveis. Na cidade encontramos também o Projeto RUA — Revitalização Urbana de Amarante — que é um projeto que visa a revitalização e regeneração de forma a dinamizar o centro da cidade. Este projecto tem como objetivo, através da atuação no espaço público, gerar novas dinâmicas sociais e urbanas, tendo como foco o combate à atual estagnação.⁶⁴ Para além do espaço público tem como objetivo sensibilizar sobretudo os proprietários sobre a importância da reabilitação do edificado. O projecto tem como suporte a rua, e é visto como a principal metodologia para atingir os objetivos pretendidos, tem também a intenção de convidar a comunidade a pensar, intervir e a construir cidade. Pretende-se com este projecto promover a

⁶⁴ Sensação generalizada em vários sectores - esta informação foi obtida através de inquérito direto

melhoria da qualidade ambiental, paisagística e urbanística do centro urbano, para que no fundo se aumente a sua atratividade. A par deste projecto, existem outros em Portugal e no estrangeiro, que sendo semelhantes, podem servir como exemplos de inspiração e objeto de estudo: o projecto Rés do Chão (<http://resdochao.org>); a proposta RuActiva (<http://ruactiva.com>); Tempo Riuso (<http://www.temporiuso.org>); o Project for Public Spaces (PPS) (<https://www.pps.org>), entre outros.

“(...) Uma Architectura tem qualquer coisa de cada um porque ela representa todos, e exactamente será grande, forte, viva na medida em que cada um possa rever-se nela como um espelho denunciador das suas qualidades e defeitos. A colaboração será da maior parte para que o resultado possa satisfazer a todos; impõe-se um trabalho sério, conciso, bem orientado (...)”⁶⁵

⁶⁵ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa. - Lisboa: Manuel João Leal, 1947, pg.10

2Pontos: 1. Arquitectura inclusiva 2. Participação Cívica

a. Enquadramento do tema e exposição do problema

As temáticas relacionadas com a inclusão e com a participação cidadã têm de ser vistas e fomentadas de forma a garantir que o ‘fenómeno urbano’ se manifeste como resultado da expressão tanto da cidade em si, mas também dos seus habitantes, e alinhada a isto, como podemos criar e fortalecer o sentido de comunidade(s)? Como já demonstrado, e analisado, fazer cidade está intrinsecamente ligada à questão temporal, e para além disto, na atualidade, não está associada a grandes construções, mas sim a ações (pontuais) aplicando-se assim aquilo a que podemos chamar acupuntura urbana — “Não necessariamente de pequena escala, mas sim pontuais e estratégicas, as intervenções de acupuntura urbana são rápidas de executar, reversíveis e, muitas vezes, de baixo custo. A prática tem se consolidado como uma possibilidade frente às transformações urbanas que exigem processos extensos e burocráticos não apenas na tomada de decisões, mas também na sua execução, o que muitas vezes exclui os habitantes do desenvolvimento dos projetos em suas diferentes etapas.”⁶⁶ Onde desta forma, melhoram a qualidade tanto do espaço físico, como também do serviço. No percurso de toda a história denota-se que o espaço público tem sido apropriado para diferentes finalidades, dentro os quais festividades, manifestações, e estas ‘intervenções’ levam vida para as ruas; em meados do século XX, existe uma rutura e o planeamento das cidades começa a ser elaborado em torno do surgimento do automóvel, e grande parte do que era o espaço público foi usado para receber este elemento, limitando o caráter de permanência desse mesmo espaço. No espaço urbano sempre ocorre algo. [...] Aqui ou ali uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobre- vir.

⁶⁶ MOREIRA, Susanna, “O que é acupuntura urbana?”, artigo publicado a 23 de Novembro de 2020, em <https://www.archdaily.com.br/br/951774/o-que-e-acupuntura-urbana>

Daí o caráter fascinante do espaço urbano: a centralidade sempre possível⁶⁷ (Lefebvre, 1999, p. 121). Se referenciamos 'cidade' como conjunto de espaços públicos em parceria do que trata a cidadania, falamos numa aposta de cidade onde a escala das pessoas é prioridade, onde o verdadeiro foco tem de ser no estudo do espaço público existente classificado como pedonal (e aqui abrange o andar a pé, de bicicleta e todos os meios que não tenham motor) em contrapartida com o automóvel, foco da maioria das intervenções que se têm feito nas cidades.

Ainda sobre o direito à cidade e a sua ligação com o tema apresentado neste ponto, Davide Harvey aponta a necessidade de um movimento de oposição. Tendo como objetivo único o de adquirir maior controle sobre a produção e o uso dos excedentes e da conexão com a urbanização, reconhecendo a cidade o processo urbano enquanto importantes esferas de luta para uma revolução: "A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe".⁶⁸

67 LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.121

68 HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p.133

a.1 Síntese do que é a participação

A legitimidade do Planeamento territorial já tem vindo a ser posta em causa desde os anos 70, e é por volta desta altura, depois da crise económica que apareceram, por parte de teóricos, propostas que se focaram em novos objetivos e novas formas de intervencionar no território. Focando o objetivo num desenvolvimento do território sustentável ao longo do tempo, estes métodos basearam-se em valores humanistas e nas necessidades e aspirações dos seus destinatários. Como visto anteriormente, quando nos referimos à Cidade, ao ambiente urbano e ao seu planeamento, e tendo em conta o envolvimento das múltiplas disciplinas que envolve esta ação, esta pode ser considerada uma ciência – e tal como qualquer outra ciência que se foca num ‘objeto de estudo’ propondo os seus métodos e objetivos, o planeamento também possui também o seu ‘objeto de estudo’ e como tal o seu método e objetivos próprio para ele. Foi então por isto, que se começaram a criar instrumentos de planeamento mais operativos, onde o processo de decisão e de intervenção fosse mais partilhado, sendo que a sociedade civil, apenas foi englobada em último lugar. Nuno Teotónio Pereira no texto “Participação popular e trabalho do arquitecto”, num sumário de 12 tópicos indica alguns pontos que se devem ter em consideração quando enunciado este tema: se desenvolvimento urbano tem sido feito como o processo contínuo de expoliação⁶⁹ do solo – sendo este património comum – aproveitado por uma minoria, que previamente se apropriou dele, deveria ser pelos poderes públicos que as populações poderiam fazer ouvir a sua voz e defender os seus interesses, pois a tarefa principal destes deveria ser o interesse geral, mas o que se tem vindo a constar é que estes poderes não estão a ser utilizados para o seu propósito final. Teotónio Pereira afirma também, que a nível político, todas as formas de representação popular são deturpadas e que as decisões são tomadas num gabinete, quando nos referimos ao nível das ações concretas do desenvolvimento urbano, formulação que resulta numa população que fica à margem dos conhecimentos que lhes poderiam permitir alguma atuação de crítica, e que mantém assim a impossibilidade

⁶⁹ Expoliação em detrimento das maiorias que se urbanizam e a quem são subtraídos os espaços necessários para a sua instalação em termos adequados.

de desenvolvimento tanto social, como cultural. Se o discurso feito no capítulo anterior, onde se enuncia e se reivindica o 'lugar', como o espaço existente apenas quando existe a presença do Homem, e é no sentido de sociedade (comunidade e coletivo) que este é enunciado, é na prática de um Planeamento Participativo e Colaborativo, que iremos encontrar este valor na sua pronúncia mais intensificada, tornando todas as vertentes do planeamento em ideias construídas socialmente, onde o mote para essa construção resultaria de negociações, debates, inquéritos, face às problemáticas existentes, de forma a intervir de forma mais eficaz, mas sobretudo mais adequada. Esta abordagem é então a contraposição das que são tomadas tradicionalmente (Planos Directores, por exemplo) e que por serem demasiado centralizadas, distanciadas da linguagem e compreensão do cidadão comum, favorecem o crescimento das desigualdades sociais.⁷⁰ Ainda no texto referido anteriormente, Teotónio Pereira alerta para a necessidade de se arranjar forma de contornar o sistema, ou arranjar maneira para que este trabalhe para um fim diferente do atual, sobretudo quando os técnicos tomam a real consciência do seu dever e responsabilidade frente à situação e trabalho social que realmente representam — os interesses das massas. É juntamente com isto, e com a consciência que a população não tem a formação, nem conhecimentos prévios para a tomada de consciência "exigida", que também aponta para a necessidade de se arranjar meios de difusão da informação, de forma a que esta chegue a um número considerável de pessoas.⁷¹ (") Esta última ideia é defendida por Richard Earle Klosterman⁷² no artigo "Arguments For and Against Planning", onde apesar de reconhecer que as justificações mencionadas são apenas parcialmente suficientes, identificando pontos por onde se deve orientar o planeamento. Começa por alertar em se dispor a informação necessária, para que os planeadores pudessem ter um apoio nas tomadas de decisão, para que através deste desenvolvimento, como se de

70 ALVES, Sónia, Planeamento Colaborativo em Contextos de Regeneração Urbana — Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano do ambiente Urbano — Feup/Faup, Porto, 2001, p.83

71 PEREIRA, Nuno Teotónio em BANDEIRINHA, José António, Revista Crítica de Ciências Sociais – "O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura" em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33729/1/O%20Encontro%20Nacional%20de%20Arquitectos%20em%201969.%20A%20reprodução%20das%20tensões%20sociais%20e%20pol%C3%ADticas%20no%20âmbito%20profissional%20da%20arquitectura.pdf>

72 Richard Earle Klosterman, Professor emérito da Universidade de Akron, USA, no departamento de geografia e planeamento

um Planeamento Económico e Ambiental se tratasse, seriam disponibilizados à população bens públicos fundamentais para o viver coletivo, onde desta forma se promovia, ou se deveria promover, o maior número de resultados positivos. De igual forma, para que se diminuísse as desigualdades da distribuição de serviços básicos, de caráter fundamental para a sociedade (como saúde, educação, habitação) fomentava-se o desenvolvimento de várias maneiras de Planeamento Social.

É preciso então ajustar um método/processo de atuação, caracterizados pela sua evolução e mutação permanente, sendo um processo de reflexão-dialogo-reflexão — levando a uma ação mais precisa e concreta. Consciencialização; pedagógicas nos dois sentidos (técnicos – população; população – técnicos); Multidisciplinariedade; Atuação cívica no âmbito de qualidade de técnicos (na sua respetiva área).

Tem-se notado, nos últimos anos, a desacreditação do uso do automóvel, para que o espaço da urbanização tenha, novamente na sua génese, o caráter de receber pessoas e de as manter por períodos mais longos, com qualidade espacial que estas precisam para se manterem num local, contudo não existem alternativas de mobilidade (soluções, políticas, estruturação funcional do espaço) integradas e satisfatórias como respostas aos problemas existentes. É de facto evidente que este tema é desafiador, tratando-se de um desequilíbrio e tendo em conta que o novo foco é a aposta em cidades à escala das pessoas, e por sua vez, em cidades com espaços públicos 'mais lentos', caracterizados pela permanência. A execução de projetos 'convencionais', quando ocorrem, para além de ser um processo lento, é complexo, e no seguimento desta premissa evidencia-se a importância de respostas mais rápidas, ágeis, baseadas na criatividade e incisivas por parte dos profissionais e cidadãos que desejam readquirir essas áreas.

a.2 O Urbanismo Tático

Através do que podemos chamar ações alternativas ao planeamento 'convencional', encontramos o Urbanismo Tático uma abordagem que vai de encontro à recuperação gradual dos espaços públicos. Este tipo de abordagem, é principalmente caracterizado por ser composto por intervenções de baixo custo e curto prazo, tendo a capacidade de ativar temporariamente lugares, mas sobretudo despertar transformações, em simultâneo com uma estratégia de atuação em rede, gerar mudanças de longo prazo na cidade.

tá.ti.co - tatiku

que se enquadra numa estratégia ou tática

O que estivemos até agora afirmar é que a melhoria global das cidades começa sobretudo na rua, no quarteirão ou à escala do edifício. E não tirando qualquer mérito, relevância e pertinência dos esforços da escala mais alargada, as melhorias de pequena escala são cada vez mais vistas como uma maneira de preparar investimentos significativos, de testar conceitos (novos) e também de educar a população, antes mesmo de se assumir um compromisso tanto político como financeiro substancial. Este método é considerado como uma abordagem voluntária e é de implementação gradual, de forma a incentivar a mudança, serve como um processo auxiliar para a criação de ideias para solucionar problemas à escala local. Assume-se como método de compromisso a curto prazo, e mantém as expectativas realista, porque já como enunciado, existe um investimento/risco baixo, com possibilidade de gerar recompensas elevadas. Também, o Urbanismo Tático pode ser usado apenas para alertar a consciência pública para identificar um pequeno problema, mas que seja urgente, dando abertura para se discutir possibilidades de recuperação gradual, do espaço público. É uma abordagem para a construção

de cidade onde o foco é a escala de intervenção, relevante por ser caracterizada por surgir a partir dos esforços da sociedade civil, em contraste às intervenções provenientes pelos governos, privados, e todas as entidades que excluem a participação cívica/social, a primeira, reforça o diálogo entre os profissionais e as pessoas externas, reforçando assim a responsabilidade social, incentivando a colaboração entre estas duas entidades. Para a construção do chamado “espaço de qualidade”, enunciado por Manuel Delgado⁷³ que é determinado por indícios que são autênticas instruções de uso tanto prático como simbólico: orientar a ação; controlar as interações, assinalar o que é suposto acontecer; Mas por outro lado, dar imputes para fazer pensar e sentir. A visão de Manuel Delgado sobre cidade destaca duas direções de possibilidade de entendimento, onde ambas se cruzam (entre cruzam) com objetivos de arquitetura contemporânea, encontrando-se numa arquitetura informal, que nega a linguagem e portanto a sua legibilidade, e onde o usuário da cidade é o protagonista principal e o verdadeiro operador da arquitetura.⁷⁴ Quando abordado, numa entrevista, com a seguinte questão “A propósito da exposição “Uneven Growth - Tactical Urbanism for expanding mega cities”, no MoMA, que abordou o urbanismo tático enquanto alternativa à rigidez do planeamento, enquanto alternativa às políticas neoliberais que oprimem as cidades e os habitantes: de que forma você acha que o urbanismo tático é de fato essa alternativa, como você vê essas práticas enfrentando o neoliberalismo hoje?”, Pedro Gadinho afirma: “num futuro próximo as desigualdades sociais podiam originar uma situação de catástrofe social muito aproximada àquela que pode derivar da subida do nível das águas etc. O que quer dizer que o tema era mais abrangente, no sentido de contemplar as tradições de evolução na cidade nos próximos anos, lançando questões como o pensar como se lida com o crescimento das culturas informais ou como é que se lida com a questão da desigualdade social e econômica no contexto urbano. É nesse sentido que se questiona a possibilidade de o planeamento top down, a partir de cima e a partir de diretivas políticas ou institucionais, conseguir resolver esses problemas – porque, obviamente, parece não estar a conseguir resolvê-los. E também se

⁷³ DELGADO, Manuel, *Memoria y lugar: el espacio público como crisis de significado*. Valencia:

Ediciones generales de la construcción, 2001, p.9

⁷⁴ Ibidem, p. 5

questiona se o planeamento típico do início do século XX - quando também houve um grande crescimento populacional informal nas grandes cidades europeias, que eventualmente foi dominado à custa do desenvolvimento industrial, com a eliminação de favelas, e mais recentemente com os programas SAAL e PER⁷⁵ etc. seria agora capaz de atender à dimensão e a escala desses novos focos de informalidade na megacidade atual. A estas questões aliava-se a percepção de que, no campo da arquitetura, tem havido uma série de movimentações denominadas por urbanismo tático, que vão contra a lógica desse planeamento exclusivamente top down. Mas também podemos falar de ações exercidas juntos da comunidade, ações como as que, no Brasil dos anos 70/80, começaram a identificar os problemas da favela, não necessariamente para os erradicar, mas para os tratar, estruturar, valorizar e infraestruturar. Portanto existe toda uma outra abordagem, ou um tipo diferente de planeamento, que de fato não lida apenas com as questões mais evidentes da organização da cidade formal, mas que começa a lidar com as características da cidade informal. E, portanto, foi natural pensar, não sendo uma resposta suficiente, o urbanismo tático era uma resposta que se poderia aliar à lógica tradicional do planeamento top down, do planeamento que vem de cima – que tem que continuar a existir ao nível da macro escala, ao nível da presença do Estado para solucionar certos problemas básicos. Ou seja, não havia tanto uma ideia de apresentar o urbanismo tático como uma alternativa, mas sim como um elemento que se pode conjugar com o urbanismo clássico, que trata das escalas territoriais mais vastas e que tem uma capacidade política de representar o Estado nessas situações. Nesse sentido, o urbanismo tático não representa uma solução exclusiva, mas pode ser uma perspetiva que altera o modo como o planeamento e o urbanismo top down se comportam e lidam com as várias escalas e situações presentes nas grandes cidades contemporâneas. Assim, o que foi pedido aos arquitetos

75 PER - programa especial de realojamento, que visa proporcionar aos municípios condições para proceder à erradicação das barracas existentes e ao, consequente, realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados. Existe o Programa Especial de Realojamento (PER) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio (última alteração através do Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de Outubro), que como o próprio nome indica, visa proporcionar, aos municípios daquelas áreas, condições para proceder à erradicação das barracas existentes, concedendo apoios financeiros para a construção, aquisição, ou arrendamento de fogos destinados ao realojamento de agregados familiares residentes nessas barracas e habitantes similares. Em https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_de_financiamento/per.html

foi que, entre equipes locais e equipes de fora, pensassem cenários futuros em que se pudesse alinhar o conhecimento disciplinar próprio da arquitetura e do urbanismo que eles detêm – afinal, eles são planeadores, e agem de forma top down - com essas novas tendências de ligação à comunidade, de planeamento bottom up, dos urban grassroot movements, etc. No fundo, encomendou-se a arquitetos que, quer do ponto de vista mais local, quer do ponto de vista da apreciação de questões mais globais, criassem cenários em que o seu papel ia ao encontro da conjugação dessas duas forças e modos de pensar e intervencionar a cidade. Deste modo, eles traziam não só o seu conhecimento de planeamento, como também a sua percepção do tipo de ações que estavam a ter lugar nesse momento, iniciada por grupos de artistas, grupos de líderes comunitários, mas também grupos de arquitetos mais jovens etc. Tratava-se no fundo de agarrar energia desses movimentos espontâneos e pensar como é que, no futuro, eles poderiam estar mais articulados com os fenómenos top down, com o impacto de novas tecnologias e, no fundo, com aquilo que são as novas ferramentas digitais e sociais à disposição desses grupos, por modo a enfrentarem a escala de problemas que se afigura nesses grandes conglomerados urbanos.”⁷⁶ Por outras palavras, e como já reforçado anteriormente, o termo ‘tático’ refere-se às intervenções de pequena escala que devem servir um propósito maior e global, seria então, segundo Lydon e Garcia,⁷⁷ o método que utiliza ações rápidas e de fácil execução para demonstrar possibilidades de mudança de longo prazo e em larga escala através de pequenas intervenções, significando uma resposta rápida para circunstâncias pontuais e específicas da atualidade. Ainda segundo Lydon e Garcia, a abordagem surge na tentativa de romper circunstâncias de impasse e inércia do planeamento a larga escala, atuando através de projetos e políticas flexíveis e ajustáveis, sem quebrar aquilo que são os objetivos em grande escala.⁷⁸ É de evidenciar que o urbanismo tático são ações de direito à cidade, atuações que priorizam o espaço público como lugar para o de uso democrático em oposição a um espaço para o usufruto de

76 Entrevista a Pedro Gadanho, Urbanismo tático, utopias e curadoria ativista: uma entrevista com Pedro Gadanho, em <https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoria-ativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanho>

77 LYDON, M.; Garcia, A. Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change. 1a ed., New York, Island Press, 2015, p.2

78 Ibidem, p.3

minorias privilegiadas. Porque é nas cidades que se pode renovar a luta contra a heterogeneidade, dando valor às comunidades, e significados sociais mais abrangentes, rompendo com identidades centralizadas, adequadas aos interesses das elites políticas e económicas. Trata-se, no momento, de opor a expansão fragmentada da cidade uma memória urbana que se está a basear num simulacro de uma coerência inexistente. Frente à demora do real (realidade), e colocar a ordem imaginada (pode ser o projeto, utopia, etc).⁷⁹ O urbanismo tático no contexto da metrópole contemporânea A exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, realizada no MoMA de Nova York em 2014, apresentou o urbanismo tático em uma variedade de experiências emergentes em megacidades contemporâneas.⁸⁰ A proposta da exposição foi estimular o debate e a experimentação prática sobre possíveis caminhos de intervenção urbana e como meio de promover a justiça social na conceção e apropriação do espaço urbano.⁸¹ À primeira vista, pode chamar atenção o contraste entre a escala modesta do urbanismo tático e a própria ideia de metrópole e sua grave crise urbana e económica, que precisa urgentemente de respostas.⁸² Preocupado com essa aparente contradição, Brenner⁸³ sistematiza o urbanismo tático como resposta à crise em alguns aspectos, e dentre eles destacamos os que ajudam a contextualizar esse artigo: (i) o urbanismo tático surge em um contexto de crise de governança, em que tanto Estados quanto mercados falharam na entrega de bens públicos às populações das metrópoles em desenvolvimento; (ii) o urbanismo tático não é um movimento unificado, mas um conceito geral que abrange uma série de pequenos projetos emergentes, provisórios e experimentais; (iii) o urbanismo tático propõe modos acupunturais de intervenção para questões locais urgentes, tendo escala espacial limitada (parque, edifício, rua, bairro); (iv) o urbanismo tático promove uma reestruturação urbana de base, participativa e de “faça você mesmo”, sendo

79 DELGADO, Manuel, *Memoria y lugar: el espacio público como crisis de significado*. Valencia: Ediciones generales de la construcción, 2001, p.10

80 Tendo em conta a dimensão da cidade em que se atua, o urbanismo tático tem um determinado impacto, tendo em conta a escala que a cidade apresenta — aqui este exemplo é referenciado para ilustrar possíveis caminhos na intervenção urbana.

81 BRENNER, N. 2016. “Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal?”, *Revista e-metropolis*, 27, p.7

82 *Ibidem*, p.17

83 *Ibidem*, p.9

uma forma de reapropriação do espaço urbano por seus próprios usuários. Partimos dessas premissas e apoiamos-nos na ideia de Lydon⁸⁴ de que a melhoria da habitabilidade das nossas cidades geralmente começa na escala da quadra, rua ou edifício. Sendo assim, o espaço público, como um dos grandes temas de relevância da agenda contemporânea, é o foco desse artigo, em que pesem outras variáveis que compõem o conjunto do território urbano, como habitação, transporte, infraestrutura, educação, saúde, cultura, economia, etc. Detendo-nos sobre a categoria espaço público, discutiremos a relação de desequilíbrio entre automóveis e pedestres.

84 LYDON, M. 2011. Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change. The Street Plans Collaborative. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1, p.1

b. VAMOS PENSAR SOBRE AMARANTE?

V A M O S P E N S A R S O B R E AMARANTE	1. Acha importante a sua opinião para contribuir para o desenvolvimento da cidade? Porquê? 2. <i>Que característica(s) positiva(s) acha que a cidade de Amarante possui?</i> 3. Qual o principal problema que aponta à cidade?
---	--

FIG.39_ Inquérito: VAMOS PENSAR SOBRE AMARANTE

Vamos Pensar Amarante? - foi uma iniciativa tomada pelo autor, tendo como principal objetivo a aproximação direta com os habitantes da cidade de Amarante, de forma a perceber e tentar chegar a algumas ideias-chave sobre os muitos dos assuntos que foram e serão tratados aqui. Através da abordagem in loco e pessoal à população, através de um conjunto de 3 questões (ver página anterior), na rua, nos estabelecimentos locais, e em qualquer oportunidade que tivesse em contacto com o público alvo, sendo as duas únicas restrições: habitar e/ou trabalhar no concelho de Amarante, e ser maior de idade; para que se encontrasse pessoas que realmente a viver a realidade existente, e que de certa forma demonstrasse interesse pelos aspetos do comum. Esta iniciativa, levada a cabo por vários dias pela cidade, e posteriormente ter passado para formato digital,⁸⁵ para desta forma se alcançar o número máximo de pessoas. É importante saber que a abordagem foi feita de modo imparcial, isto é, não foi feita de forma a dar qualquer tipo de guia ou dica para se obter nenhum tipo de respostas, para que a informação não fosse deturpada em sentido nenhum. Colocando a evidência de que a cidade de Amarante possui cerca de 12000 habitantes e o seu concelho 50000, a amostra de respostas obtidas não é demonstrativa em termos estáticos. Contudo, e analisando as respostas, e fazendo uma retrospectiva daquilo que foi estar no terreno e falar diretamente com as pessoas, podemos chegar a algumas afirmações pertinentes, por um lado, por outro lado, contraditórias e avassaladoras, no que diz respeito ao tema que é chamado aqui — a Participação. É importante saber também, que o número de respostas aqui presentes não corresponde ao número total de pessoas abordadas, porque muitas das pessoas não demonstrou interesse em falar sobre o assunto, por receio de as prejudicarem, ou porque, num cenário muito mais drástico, não queriam mesmo saber, alegando que não era da sua competência, ou que simplesmente já não valia a pena falar sobre isso, porque realmente acreditam que quem decide as coisas já não as vão ouvir. É verdade que a comunicação entre as entidades e a população não tem sido, de todo, a melhor, e em muitos casos, nunca acontece, e se existe alguma tentativa de “discussão pública”, estas iniciativas ficam-se por um nicho de

⁸⁵ “Vamor pensar sobre Amarante?”, questionário em formato digital, podendo ser consultado em <https://forms.gle/cMGgeY2jQaRNR5ai8>

pessoas (previamente já interessadas), e mesmo assim, a difusão destas, não é suficiente. Descartando todos os aspectos negativos que aconteceram, podemos analisar os resultados das respostas obtidas, colocadas em anexo (Anexo 3) , de forma a retirar partido para uma análise e ponderação positiva e construtiva do estado da situação presente.

Como dito anteriormente, a amostra de respostas é insuficiente para demonstrar valor quantitativo, mas ainda assim, podemos retirar alguns pontos que podem ter um ponto de vista vantajoso e importante para análise da cidade, e para posteriormente pensar-se na estratégia de atuação. Dentro das características positivas apontadas destacam-se (as que foram mais vezes mencionadas), a beleza natural e urbana, havendo muitas das vezes referência ao Rio Tâmega, e ao centro histórico; de uma forma mais específica, existe a menção do património arquitetónico; existe a referência específica à história ligada ao centro histórico; existe uma grande valorização pela gastronomia, os eventos culturais e os artistas reconhecidos. Outros apontamentos positivos que se retêm, embora com uma menção frequente muito mais baixa são, o turismo, a localização, a ecopista, a segurança e os acessos à cidade. Dentro das características encontradas na questão que levantava os problemas da cidade, encontramos um número mais vasto de referências. Apesar de ter sido referenciado a beleza natural e o Rio Tâmega, como uma das características positivas da cidade, um dos problemas que as pessoas mais referenciaram foi a ausência de cuidados destes. Outros problemas mencionados regularmente foram, a ausência de estacionamento, ligado também a problemas também referidos, como a falta de transportes públicos, e especificamente a ausência de linha férrea (outrora existente na cidade) e também com ligação a problemas como o trânsito (mais especificamente na zona histórica) e acessibilidades. Problemas e ausência de serviços (de forma geral), ligada ao problema de manutenção de edifícios e infraestruturas, e de uma forma mais abrangente, houve quem apontasse a falta de organização/ planeamento com um problema presente na cidade, ligada ao problema mencionado como mau gerenciamento de recursos públicos. Existem apontamentos referentes à ausência de espaços públicos de uma forma geral,

e especificamente houve quem mencionasse a ausência de parques infantis (em todo o concelho). Existe a menção à falta de inovação, de programação e atividades culturais, e muitas vezes mencionada a falta de iniciativas jovens, levando aos problemas mencionados como a população envelhecida. Outras menções menos presentes, mas ainda assim mencionados, foram as apostas no turismo e esquecimento dos habitantes, menção na centralização e esquecimento das periferias, falta de saneamento.

PARTE II

1. Gerar ideias

a. Espaços Para Estar



FIG.40_ sítio para estar?

São vários os benefícios associados à criação e manutenção de espaços livres urbanos — espaços públicos, sejam eles, os ambientais, mas sobretudo, os benefícios socioculturais, pois estes são o momento máximo de momentos comunitários, e servem assim para proporcionar o encontro por parte de distintas pessoas. Estes, claro, são constituídos por ruas, praças, parques, jardins, entre todos os outros possíveis. Formando assim um sistema urbano importante, que junto com outros sistemas, elaboram relações de conectividade e complementaridade que são fundamentais para a vida pública. Estes elementos, em função da sua forma e escala, desempenham inúmeras influências no que diz respeito ao funcionamento das cidades e do comportamento das pessoas no meio, porque são estes espaços que dão a garantia de preservação ambiental, de lazer, de contacto social, para além de responder a necessidades básicas associadas ao meios urbanos, como a circulação, a permeabilidade e o conforto. Do que foi visto até agora, podemos afirmar que a cidade é um bem comum, e onde um dos seus pontos mais importantes será a interação entre pessoas. Esta interação é possível em espaços públicos, ao ar livre ou até mesmo fechados, mas que permitam estes cruzamentos.⁸⁶ Temos vindo a presenciar o aumento do que é a vida de uma pessoa singular, perdendo-se cada vez mais as relações estabelecidas entre indivíduos e o público (espaço e outros indivíduos), e isso faz com que as pessoas acabem por deixar de saber utilizar espaços, e deixarem de perceber que tipo de ações deveriam tomar.⁸⁷ Esta situação advém pelo facto de algumas mudanças que se vieram a fazer poderem não fazer parte das necessidades, melhorias e sobretudo bem estar que a população procura, e acabaram por desencadear consequências negativas no quotidiano de quem vive a cidade.⁸⁸ Para que isto mude temos de salvaguardar a ideia do comum, dos comportamentos tomados pelas pessoas em espaços públicos, estimulando o conceito de comunidade, sobretudo na relação entre quem habita e o espaço (público), com ações e momentos estratégicos que melhoram essa relação, melhorando assim a vida das pessoas.⁸⁹ O que se vê

86 SOLÀ-MORALES, Ignasi de; COSTA, Xavier, *Presente y Futuros: Arquitectura en las ciudades*. Barcelona: Actar, 1996, p.6

87 FEZER, Jesko, *Urban forest*, Berlin: Haus der kulturen der welt, 2015, p.37

88 LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*; trad. Maria Cristina Tavares Afonso. - Lisboa: Edições 70, 1999, p.96

89 FEZER, Jesko, *Urban forest*, Berlin: Haus der kulturen der welt, 2015, p.36

então, em Amarante, é um conjunto de espaços livres precários, desconectados do seu entorno e com uma manutenção ausente. Algumas das estradas não estão em condições de se usar com o automóvel, e quase todas as que fazem parte do sistema viário, não estão preparadas para ser utilizadas de forma pedonal. Isto faz com que na cidade, não tendo também um bom, ou quase ausente, sistema de transportes públicas, existe a sobrecarga de carros nas ruas, estejam sempre os parques de estacionamento sobrelotados, levando a que zonas no centro seja um caos e quase desordem. Os parques, as praças e as margens do rio, sem manutenção e resposta com elementos que convidem as pessoas a estarem, tornam-se pontos sem interesse, ou simplesmente de passagem. Tendo em conta o analisado, os investimentos públicos, nomeadamente a obras de edificado e não edificado, tem sofrido descontinuidades, devido a sistemas políticos que também são por sua vez descontinuados. No livro "A vida entre Edifícios Usando o Espaço Público",⁹⁰ no primeiro capítulo, o autor, Jan Gehl, fala-nos de três tipos de atividades exteriores, começando e catalogando-as de forma simplificada em atividades necessárias, opcionais e as sociais. Nas atividades necessárias encontramos as de caráter obrigatório, tarefas do quotidiano — e tendo em conta esta característica, estas atividades não são influenciadas diretamente pelo seu enquadramento.⁹¹ Nas atividades opcionais, quando o utilizador deseja (e se as circunstâncias o permitirem), efetuá-las, acontecem quando as condições exteriores, como o tempo, e também o lugar as propiciam. São sobretudo as atividades recreativas, como passear, relaxar, apanhar sol, e estas estão dependentes das condições exteriores. Concluindo que "quando as exteriores são de má qualidade, só as atividades estritamente necessárias acontecem".⁹² Quando estamos presentes em áreas exteriores com qualidade, a frequência das atividades necessárias será a mesma, mas têm tendência a demorar mais tempo, e nestas situações o número de atividades opcionais tendem a aumentar.⁹³ Nas atividades sociais, encontramos aquelas que dependem da presença e permanência de pessoas nos espaços — crianças a brincar,

90 GEHL, Jan, A vida entre edifícios usando o espaço público. trad. Tiago Mesquita Carvalho. - Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2017, p.9

91 Ibidem

92 GEHL, Jan, A vida entre edifícios usando o espaço público. trad. Tiago Mesquita Carvalho. - Lisboa : Livraria Tigre de Papel, 2017, p.11

93 Ibidem

conversas, e também, embora mais vulgarizadas, os contactos passivos (o ver e ouvir outras pessoas).⁹⁴ Estas acontecem de forma espontânea, como consequência, das condições propícias às pessoas encontrarem-se no mesmo espaço. O autor também afirma que “o carácter das atividades sociais varia dependendo do contexto em que acontecem. Nas ruas residenciais, próximas de escolas, próximas de locais de trabalho, onde há número limitado de pessoas com interesses e raízes comuns, as atividades sociais em espaços públicos podem ser bastante abrangentes: saudações, conversas, discussões e jogos que surgem de interesses comuns e porque as pessoas “se conhecem entre si.”⁹⁵ e que apesar do enquadramento físico não ter diretamente influência na qualidade, conteúdo ou mesmo intensidades nestes contactos, os profissionais podem afetar a possibilidade de encontro entre pessoas. Sendo que é a presença de outras pessoas e tudo aquilo que pode acontecer nesse espaço que nos informam sobre a qualidade do espaço público. No espectro entre o isolamento e os contactos muito próximos (ver esquema 1, página seguinte),⁹⁶ é cada vez mais comum encontrarmos pessoas nestes extremos, estando ou sozinhas, ou quando acompanhadas terem sempre um nível de exigência alto. O tipo de oportunidade presente naquilo a que chamamos de “a vida entre edifícios” oferece uma oportunidade para estar com outros, de forma mais relaxada e menos exigente.⁹⁷ É aqui levantada a questão e importância da participação em experiências sociais, que embora seja uma participação modesta, esta tem um grande impacto, pois pode ser a partir deste tipo de contacto de baixa intensidade, que outras formas de contacto podem crescer, um bom exemplo disto é a dinâmica estabelecida por crianças quando se conhecem e começam a interagir.⁹⁸ (ver figura da página anterior) “As cidades vivas, portanto, aquelas em que as pessoas podem interagir umas com as outras, são sempre estimulantes porque são ricas em experiências, em contraste com as cidades maribundas, que mal podem evitar ser pobres em experiências e são por conseguinte, enfadonhas, independentemente da quantidade de cores e de formas que sejam

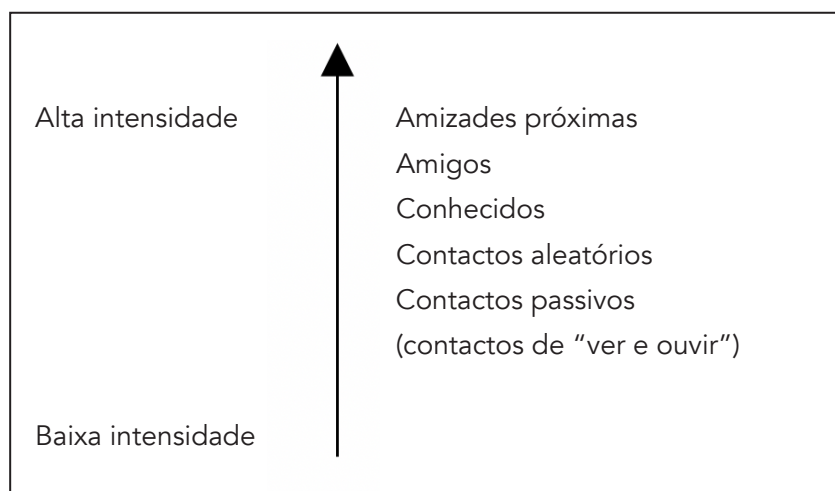
94 GEHL, Jan, A vida entre edifícios usando o espaço público. trad. Tiago Mesquita Carvalho. - Lisboa : Livraria Tigre de Papel, 2017, p.12

95 Ibidem, p.13

96 Ibidem, p.15

97 Ibidem, p.17

98 Ibidem, p.19



Esquema 1.

introduzidas nos seus edifícios.”⁹⁹ Desta forma, discutir a produção e gestão das cidades, torna-se imprescindível para o entendimento e produção dos espaços livres, tendo como principal foco a busca da permanência das pessoas nesses espaços. O sistema de espaços livres tem de anteceder a formação das construções urbanas, por meio de uma prévia definição conceitual e formal, considerando as especificidades de cada local a intervir. O que acontece, na grande maioria das dinâmicas de produção do espaço atual é que este apenas se baseia em ações políticas e económicas. A falta de planeamento para estes espaços, a longo prazo, continua a contribuir para que os espaços permaneçam, como mencionado, desqualificados e pouco valorizados. Embora possa parecer que existam ações voltadas para a qualificação dos espaços, a desarticulação e continua alteração de ações dificultam a produção e a gestão destas mesmas ações. Como já mencionado anteriormente, a qualidade de vida urbana e social está diretamente ligada a fatores relacionados com a infraestrutura e ao desenvolvimento sociocultural, económico e ambiental. E para isso acontecer, é preciso responder positivamente às necessidades dos cidadãos por meio de políticas públicas integradas, que garantam projetos e medidas de qualidade. A par disto, é pretendido para o espaço público que este tenha características que o permitam ser versátil e mutável, para que ao longo do tempo se vá adaptando à evolução que encontramos nos espaços urbanizados, e sobretudo às expectativas da população. Atribuindo características de flexibilidade e de adaptabilidade no seu uso, mas também durante o desenho do mesmo. Sobre estas características Koolhaas disse que “não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...) A flexibilidade é a criação de uma capacidade de ampla margem que permite diferentes e mesmo opostas interpretações e usos”.¹⁰⁰ A flexibilidade está ligada à diversidade de usos e apropriações possíveis, permitindo a manifestação livre da vontade dos indivíduos. Associados à função de lazer, de modo geral, os espaços públicos e livres das cidades, devem ser compreendidos de acordo com suas diversas funções, aliadas às ações e necessidades do Homem, porque é nestes espaços, que a vida

⁹⁹ GEHL, Jan, A vida entre edifícios usando o espaço público; trad. Tiago Mesquita Carvalho. - Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2017, p.21

¹⁰⁰ KOOLHAAS, R. Small, Medium, Large, Extra-large, Benedikt Taschen, Koln. Koolhaas, 1997, p. 240



FIG. 41_ crianças a brincar junto a edifícios residenciais

pública tem a sua maior estrutura, constituídos por locais de acessibilidade, pluralidade e diversidade.¹⁰¹ Estes espaços visto como um sistema de espaços livres, é fundamental para a vida quotidiana e para a constituição entre a vida pública e privada, estando e precisando sempre de uma constante transformação e adequação às exigências urbanas e sociais. Conseguir fazer uma leitura correta sobre os aspetos e funções que caracterizam os espaços, é fundamental para um entendimento da relação estabelecida entre esses mesmos espaços e a cidade. Usar o ver e o sentir do habitante sobre o espaço torna-se importante para a tomada dessa consciência, para uma posterior intervenção consciente e pertinente. A cidade é um conjunto de vários sistemas e funções. Compreendendo as diversidades sociais, o sistema de espaços públicos apresenta um sistema de inter-relações com os outros sistemas, que juntos estabelecem relações de complementaridade. Permitindo desta forma um uso eclético do espaço, por parte da população. Dessa forma, uma abordagem integrada entre projeto, política (social) e gestão torna-se fundamental tanto para a conceção, e para a manutenção de espaços públicos de sucesso, podendo também serem identificados espaços das câmaras, que possam possibilitar a apropriação individual, mas que possam permitir um objetivo e comunitário. As especificidades de cada local, e as múltiplas formas de apropriação de um espaço, por parte de qualquer pessoa, faz com que a criação de um manual ou modelo de atuação seja pouco eficiente, é certo que o levantamento e até mesmo interpretação dos problemas presentes nas cidades, são semelhantes, mas as medidas de atuação por parte das entidades e profissionais têm de estar diretamente correlacionadas com as necessidades e especificidades de cada espaço. Assim, suprir, por meio de análises locais, as necessidades presentes na cidade, torna-se imprescindível para essa conceção, focando-se nos futuros utilizadores e numa multiplicidade funcional, garantido assim o alcance da qualidade de vida da população, como se falou anteriormente.

101 MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para lazer. *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, v.19, n.1, 2007, p. 33-43, disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9350/5730>

b. Um exemplo, o caso de Van Eyck



FIG.42; 43_ Espaços em Amsterdão
antes e depois da intervenção de Van Eyck

Tendo em conta os temas abordados durante a dissertação, encontramos no trabalho de Van Eyck,¹⁰² um que se destaca e que vai de encontro às ideias apresentadas. No seu trabalho, no departamento de obras públicas, em Amsterdão, entre 1947 e 1978, encontramos a conceção de mais de 700 parques infantis.¹⁰³ Estes projetos caracterizam-se por estarem inseridos em três grandes disciplinas arquitetura, urbanismo e design, projetos de arquitetura e urbanismo tendo em conta as suas escalas de intervenção, mas também de design, pela diversidade e diferenças nos detalhes em cada um.¹⁰⁴ (...) A criança descobre a sua identidade contra todas as possibilidades, danificadas ou prejudiciais, num perpétuo perigo e nascer do sol accidental.¹⁰⁵ Esta informação surge, porque estes trabalhos de Van Eyck, surgem aquando do fim da II Guerra Mundial, em que o contexto europeu era caracterizado pela destruição de grande parte das cidades europeias. A par deste estado físico das cidades, toda a população vivia momentos de angústia e inquietação, e provavelmente tal como agora, procuravam para além de respostas, novas formas de contornar o acontecimento que foi a segunda grande guerra. A imaginação, por sua vez, a criação e projeção destes espaços de recreação em momentos 'vazios', abandonados na cidade, foram ações que ocorreram onde se veio a perceber que era necessário.¹⁰⁶ O desenho desenvolvido foi elaborado um desenho compreensível, com base em formas geométricas, de forma a despertar a capacidade intelectual e também criativo das crianças,¹⁰⁷ numa relação com a cidade, não se caracterizando pela exclusividade do uso destas, alargando a intenção para que estes espaços fossem utilizados para encontro e convívio para todos, incluindo na sua conceção a preocupação na construção de atmosferas de encontro e paragem, nos espaços urbanos selecionados. Utilizando as mesmas intenções do arquiteto, utilizadas na

102 Aldo Van Eyck foi um arquitecto, escritor e professor que ajudou a redefinir a arquitectura moderna na segunda metade do século XX — biografia presente em LEFAIVRE, Liane; ROODE, Ingeborg de, Aldo Van Eyck: the playgrounds and the city. Rotterdam : NAI publ., 2002

103 LEFAIVRE, Liane; ROODE, Ingeborg de, Aldo Van Eyck: the playgrounds and the city. Rotterdam: NAI publ., 2002, p.10

104 LIGTELJN, Vincent; STRAUVEN, Francis, Aldo Van Eyck: writings, the child, the city and the artist, an essay on architecture, the in-between realm. Amsterdam: Sun, 2008, p.60

105 STRAUVEN, Francis, Aldo Van Eyck: The shape of relativity. Amsterdam: Architectura & Natura, 1998, s/p.

106 LEFAIVRE, Liane; ROODE, Ingeborg de, Aldo Van Eyck: the playgrounds and the city. Rotterdam: NAI publ., 2002, p.45

107 Ibidem, p.15



FIG.44; 45_ Espaços em Amsterdão antes e depois da intervenção de Van Eyck



projeção destes espaços na cidade se for criado um bom espaço recreativo, criamos um mundo onde o homem percebe o que pode ser essencial.¹⁰⁸ Foram então procurados espaços em Amarante, que possam corresponder a estes, e de que forma se poderia sobretudo investir, de forma eficaz para que estes agitassem a procura e estadia, em vários momentos da cidade. Este tipo de intervenção, a par do que foram os de Van Eyck, seriam de intervenções “pequenas em tamanho”, e acompanhadas por custos generalizados e obviamente reduzidos. Aqui a ideia não é a apresentação de propostas com finalidade de dar uma resposta definitiva aos problemas encontrados, mas sim, fazer o lançamento de ideias gerais de adaptação e usos, muito através de ‘brainstormings’, esquiços, com conceitos equivalentes, ou até mesmo opostos, para que espaços e momentos vazios e abandonados, sejam usados para fins como o ‘estar’ e com o desenvolvimento do sentido de ‘comunidade’, podendo, a par do que o arquiteto Van Eyck fez, criar-se espaços de brincar, espaços polivalentes (no seu uso) e híbridos, utilizando-se pavimentos e iluminação adequados, árvores, bancos. E isto tudo, e com o que já mencionado anteriormente, envolvendo as pessoas/habitantes nestas qualificações, criando espaços de diálogo com escolas, habitantes, e com toda a comunidade disposta a estar envolvida no desenvolvimento, de espaços que são feitos por todos e para todos. Estes ‘playgrounds’, de Van Eyck, projetados para pequenos espaços desocupados, numerosos e por sua vez, distribuídos por toda a cidade, conseguiram modificar a percepção que os utilizadores tinham em relação a esse espaço. E seria esta mesma intenção para estes locais que se viam a pensar para Amarante, neste sentido de envolvimento de toda a comunidade. É então aqui exposta a ideia de como pode funcionar o urbanismo, e o urbanismo tático, explicado anteriormente. Sabe-se, contudo, que é uma disciplina contextual e por sua vez criativa, e é claramente crucial, saber-se que um dos principais obstáculos apresentados pelo urbanismo, como disciplina, é a transição de escalas, porque estamos a pensar de forma abstrata, às escalas que este trabalha, havendo a abstração da realidade. Mas sabemos que este tipo de propostas, posteriormente são alvo de afinações, tendo em conta todos os constrangimentos e incertezas

108 STRAUVEN, Francis, Aldo Van Eyck: The shape of relativity. - Amsterdam: Architectura & Natura, 1998, p.119



FIG.46 - 49 _ Espaços em Amsterdão antes e depois da intervenção de Van Eyck

de caso para caso, e claro, o lidar com os futuros utilizadores. O caso dos parques de van eyck, em Amesterdão, foram pensados como uma rede urbana, mas foram projetados e concretizados um a um. Como vimos, Amarante apresenta um forte investimento a longo prazo em espaços e edifícios de caráter lúdico, e onde esse investimento está a ser altíssimo, e não havendo oposição a este tipo de investimento, é assumido aqui que é necessário um pensamento do que se tem vindo a ser feito, através do pensamento 'fora da caixa' e que vá de encontro ao que realmente as pessoas precisam. Fazendo, desta forma, com que as pessoas se sintam mais atraídas pelo estar e ficar, e que por sua vez, aconteçam repercussões tanto na qualidade de vida que uma cidade precisa, mas também na própria qualidade de vida das pessoas individualmente. Já como foi defendido anteriormente, reafirma-se aqui a importância do uso efetivo das opiniões e contributos que advém da comunidade, atribuindo a esta importância e valor, e com isto, criando relações entre os espaços e os usuários, dando abertura para uma maior preservação e utilização por parte deles.

- 2. Aproximação projectual
- a. Análise Territorial - síntese

A análise territorial (ver MAPAS anexos) foi marcada por visitas constantes ao terreno e pelo estudo, por parte do autor, para uma leitura macro territorial da área envolvente de Amarante. Com o seguimento do foi feito anteriormente, vemos para além do apresentado, um grande peso da indústria na leitura do território, grandes massas edificadas e infraestruturas, na sua maioria em devoluto. Apesar da composição regular da rede viária na área de estudo, notamos uma ausência de vias de mobilidade lenta e suave dentro destas, estando apenas presentes vias de trânsito rodoviário dentro da área de estudo, ligadas a um principal eixo de tráfego rápido. As vias que configuram o sistema de acessibilidades da cidade de Amarante estão intimamente ligadas à sua evolução urbana e industrial. Por um lado, as vias de fluxo rápido são expressão da necessidade de relações entre as zonas industriais e outros aglomerados urbanos. Por outro, a um nível local e muitas vezes dissociado da lógica macro territorial, os edifícios de uso maioritariamente habitacional e comercial, para além do que é considerado zona histórica da cidade, foram-se estruturando ao longo de antigos caminhos que se uniam ao centro, e acabaram por ganhar progressivamente um carácter urbano, pouco qualificado. Encontramos então presentes as vias de distribuição, entendidas como os canais de chegada e saída da cidade, que atravessam várias áreas de natureza muito diversa e que as relacionam, organizando a distribuição pelos vários sectores. A nível distrital encontramos a Autoestrada nº4 (Porto-Amarante), o Itinerário Principal nº4 (Amarante-Quintanilha), complementadas pelas Estradas Nacionais nº15 (Porto-Bragança) e nº101 (Valença-Mesão Frio). A nível municipal estão presentes a Estrada Municipal nº211, que liga o centro histórico de Amarante ao segundo centro urbano de maior importância do concelho, Vila Meã, a Estrada Municipal nº210, que faz a ligação entre o centro de Amarante e Celorico de Basto, Estrada Municipal nº312, que passa por Louredo e Vila Caiz, seguindo para o Marco de Canavezes. E com as anteriores, e já mencionadas na Parte I "Percurso A,B,C,D,E", e outras, encontramos as vias de atravessamento – sem qualquer tipo de orientação face às primeiras, mas são vias que as conectam, cruzando-se com elas. Constituem transições entre áreas urbanas distintas (habitação/indústria; habitação unifamiliar/habitação plurifamiliar; habitação/equipamentos). Fazem

a distribuição a uma escala menor, dentro dos sectores.

É também visível a “estrutura dual territorial”, observando-se na margem direita do Tâmega uma maior densidade no que toca às Estradas Municipais, enquanto que, na margem esquerda no que toca a Caminhos Municipais.¹⁰⁹ A conjugação dos vários níveis de visão e análise, com parâmetros objetivos, permite uma leitura elucidativa das características do núcleo urbano. Tendo em conta as informações relativas a esta breve análise, e à sua posterior sobreposição de todas as camadas, resultaria numa cartografia mais abrangente, e que por sua vez, informaria diretamente as decisões tomadas no que diz respeito à estratégia de intervenção escolhida. Verifica-se assim, que a sua quase exclusividade de usos que suporta, é pouco integrada no seu conjunto urbano, não contribuindo para o seu desenvolvimento. As áreas industriais, na bolsa periférica, próxima da área urbana de Amarante, encontram-se na sua grande maioria abandonada, as áreas verdes, não edificadas, embora abrangidas tanto pela ARU, como pelo Plano de Conservação do Território, são alvo de uma fraca manutenção, sendo que esta situação é desfavorável à sua frequência e usufruto. Por sua vez, o comércio e serviços encontram-se concentrados no interior e na envolvente do centro histórico, estruturando-se ao longo de ruas, conjugadas com funções habitacionais, resultando numa malha urbana multifuncional e heterogénea. É importante referir, novamente, que estas ruas que suportam estes espaços comerciais, muitas delas não têm um desenho claro, ou seguro, encontramos carros e peões a utilizarem o mesmo espaço. Ao que se refere a equipamentos, tanto de uso desportivo ou educativo, embora presentes

109 “Nos termos do citado decreto-lei as comunicações públicas rodoviárias classificavam-se em estradas nacionais de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, estradas municipais e caminhos públicos, dividindo-se estes em caminhos públicos municipais e caminhos vicinais (cf. artigo 1.º).

De acordo com o seu art. 5º eram estradas municipais as que, não estando classificadas como nacionais, eram julgadas de interesse para um ou mais concelhos, ligando as respectivas sedes às diferentes freguesias e povoações, e estas entre si ou às estradas nacionais.

Os caminhos públicos vinham caracterizados no art. 6º como ligações de interesse secundário ou local, subdividindo-se em caminhos municipais, os destinados a permitir o trânsito automóvel, e em caminhos vicinais os que normalmente se destinam a permitir o trânsito rural, ficando a cargo das câmaras municipais as estradas e os caminhos municipais e das juntas de freguesias os caminhos vicinais. art. 7º”, consultado em http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_pareceres&view=details&id=1689&Itemid=45

na cidade, não se possuem uma posição concreta no território, podendo encontrar-se distribuídas com algum equilíbrio. Notando-se que não tem sido através deste tipo de investimento que a requalificação e desenvolvimento da cidade tem progredindo. Do ponto de vista geral, encontramos uma falta de relação entre o edificado com o resto da cidade: muitas vezes recorre-se a muros e redes que configuram uma transição com pouca qualidade.

Estes edifícios lúdicos-culturais, como os pavilhões desportivos, ou o cineteatro, e outras, têm também capacidade para qualificar o espaço urbano público, se pensadas numa lógica mais abrangente.

E é com este pensamento que se escolheram as pequenas áreas de intervenção, para serem utilizadas e pensadas como conjunto, dando resposta a uma problemática mais alargada. Amarante possui imenso potencial, que não se esgota dentro dos seus limites, e que se pensada de forma alargada, será motor de transformação para todas as áreas de proximidade e as suas envolventes.

A identificação de problemas que a nossa intervenção pode e deve contribuir para solucionar, bem como do imenso potencial que alguns pontos da área em estudo têm são os catalisadores da abordagem pela qual optámos e que dá origem à nossa proposta, sempre com base na parte teórica defendida anteriormente. O discurso sobre Amarante parece estar sempre dominado pela referência ao centro histórico, ao turismo, não sendo aproveitado para uma lógica de desenvolvimento interno, e quase nunca, tendo como partida as lógicas macro territoriais.

Desde algum tempo que Amarante se encontra da forma estagnada, levando-a a aceitar um desenvolvimento quase nulo, ficando aquém do desenvolvimento espectável à escala da rede urbana a que corresponde. A maioria dos problemas que se destacam na cidade de Amarante, não advém de uma acentuada desordem entre as estruturas, e pela vivência do urbano.

Embora por vezes, se possa pensar que estas duas realidades, a regional, e a da rede urbana a que pertence, não se tocam, estas devem viver em simbiose, pois estas influenciam-se mutuamente em todos os setores. Amarante é uma cidade com complexas características, que por um lado são uma vantagem, por outro, torna-se limitada, pode não ser considerada uma cidade feita em fragmentos, mas no ponto em que se encontra, a rede urbana não apresenta complementaridade entre si.

Embora as infraestruturas estejam completamente ligadas à cidade, como a A4 e a estrada nacional nº15 que rasga o território em fragmentos com poucas ligações de qualidade, complementadas com estradas e caminhos municipais, estes não são suficientes para colmatar a falta de acessos, como o ciclo-viário e pedonal, e a falta de equipamentos que apoiem atividades recreativas, tanto no centro, como em toda a periferia e concelho. Construir vínculos é fundamentalmente reconciliar as peças que compõem o território.

O desenho do espaço procura relacionar as suas partes, permitindo uma leitura clara das suas qualidades particulares. Amarante é entendida assim, como um núcleo urbano que precisa verdadeiramente de fazer parte de um sistema de relações, internas, e externas, ou seja, mais alargado com todo o território envolvente.

A proposta vai no sentido de fazer com que sejam restituídas ligações na zona de estudo, alargando a sua área de influência. Tendo em consideração o que nos indica o PROTN — Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, onde no é permitido conhecer o modelo de organização do território da região do Norte, a forma como este estabelece a estrutural do sistema urbano, como é que as redes de infraestruturas e equipamentos, como são definidos os objetivos e princípios a considerar na localização das atividades e grandes investimentos públicos, a política regional em matéria ambiental, e por fim, as orientações e diretrizes para o ordenamento do território regional. Visto isto, o núcleo urbano de Amarante, pela posição que ocupa, e pelas suas potencialidades patrimoniais, paisagísticas e culturais, pode funcionar como uma rótula que movimenta e faz ligação com o Norte, com o interior e com a parte mais oeste de Portugal, fazendo deste uma parte essencial, não só visto pela sua potencialidade turística, e ponto de acessório e marginal.¹¹⁰

É preciso assim, dotar o tecido urbano de qualidade, de clarificação de traçados, das condições de mobilidade suave, e desenhar espaços públicos e de permanência, tratando desta forma de um núcleo que trata por sua vez dos seus limites, sem esquecer a periferia.

¹¹⁰ Ver anexo MAPA DA SITUAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE: REGIÃO DO NORTE em https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/ficheiros_ccdrn/ordenamentoterritorio/msue_norte.pdf e MAPA DA SITUAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE: Amarante em <https://www.ccdr-n.pt/pagina/servicos/ordenamento-de-territorio/documentos>

PONTOS OPERATIVOS — Intenções

POTENCIAR. QUALIFICAR. CRIAR.

Numa primeira aproximação, e tendo em conta as impressões iniciais com as visitas à cidade, e também com o que se retirou das intenções expostas pelas entidades, nomeadamente, pela Câmara Municipal, chegou-se a um mapa (mapa 1) de intervenção. Aqui, estão presentes todos os percursos efetuados e mencionados anteriormente, porque acredita-se que todo o centro de Amarante é praticável de forma pedonal, ficando aqui a proposta de uma revisita, para que de uma forma mais exaustiva, se pense e se redesenhe para que se desenhe todo o percurso mais agradável ao peão. Neste sentido propõem-se, na intervenção do território, três objetivos: a valorização de pontos de interesse; a qualificação do espaço público existente; e o desenho de novos espaços e funções. Encontramos assim nove pontos de operação, que tendo em conta o que se mencionou possuem características potenciais para que exista uma reformulação significativa em Amarante.

No ponto 1, a antiga estação ferroviária de Amarante, poderia ser reabilitada e revitalizada de forma a criar uma espécie de vaivém, com ligação ao Polo de Vila-Meã, de modo a permitir uma mais frequente e eficaz a acessibilidade à área central da cidade, através da ligação que Vila-Meã tem com a cidade do Porto e com o Marco de Canaveses, através de comboio.

No ponto 2, a antiga Fábrica dos Matias, fará parte da intervenção, tendo em conta a aquisição deste edifício pela Câmara Municipal, onde será instalado um programa dedicado às artes, potencializando este local com o arranjo da sua envolvente e ligação com a restante cidade.

O ponto 3, localizado em plena zona histórica, é escolhido de forma a criar condições como espaço de estadia. Este espaço, devido à sua implantação, próximo de uma escola básica, e tendo confronto direto com o novo museu da cidade, desenhado pelo Arquiteto Álvaro Siza. Propõem-se para este



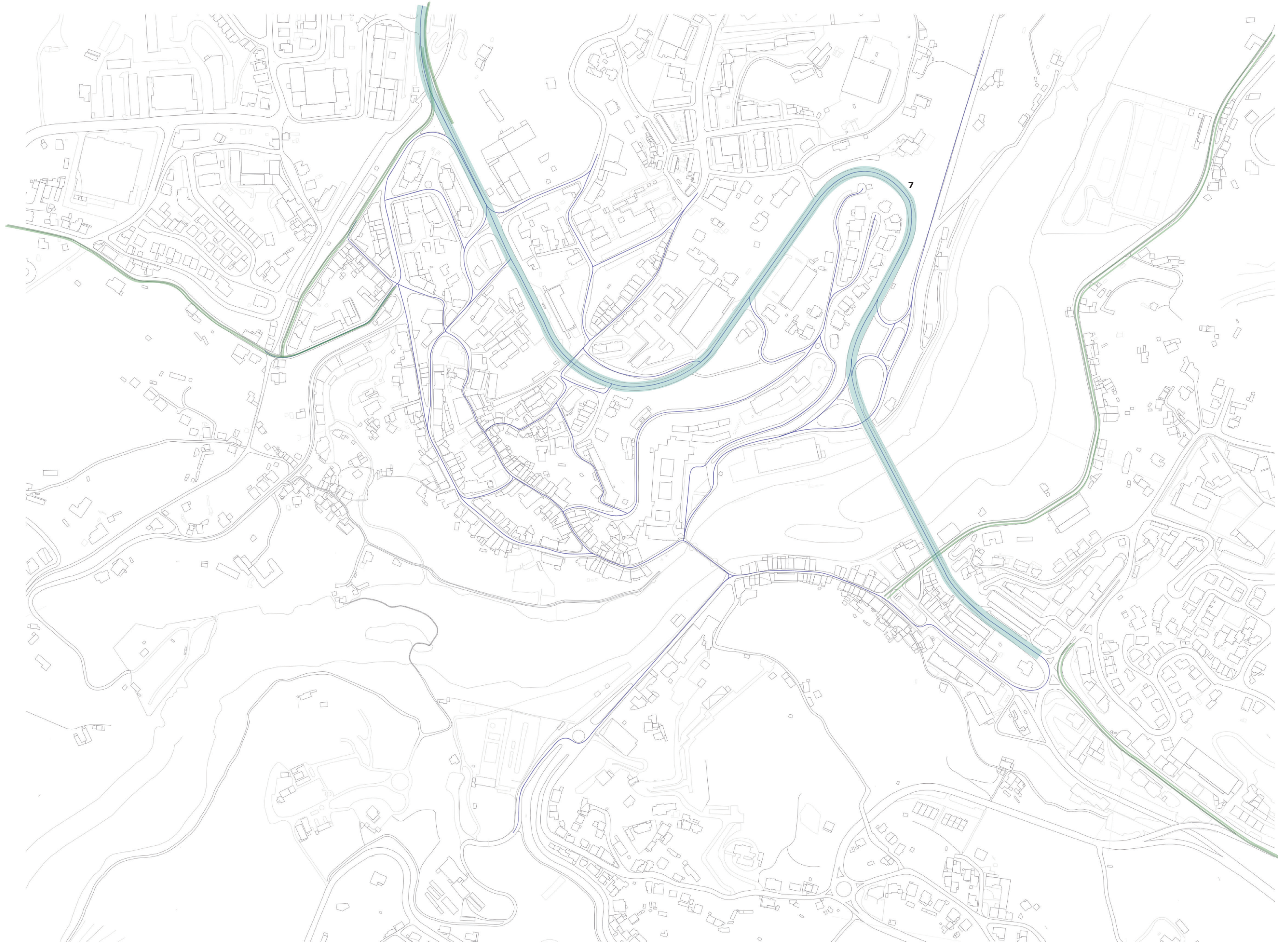
MAPA 1

espaço a introdução de um novo programa no local. Atualmente usado para estacionamento automóvel, reposicionando-o, ou dando outras alternativas, pretende-se aqui a requalificação dos acessos, criando assim uma via de coexistência, unificando assim este espaço.

A intenção pensada para o Ponto 4, seria, a par do descrito no ponto anterior, a unificação do espaço, mantendo a permanência do percurso viário, mas redirecionando alguns dos momentos, para que se possa redesenhar o viaduto, e acrescentar um acesso vertical, ligando assim o Lugar da Feira, à Avenida 1º de Maio.

Para o Ponto 5, edifício dos antigos correios de Amarante, pensou-se na reabilitação do edifício. Sendo este um gaveto particular, entre a Rua Almirante Cândido dos Reis e a Rua Teixeira de Vasconcelos, de forma a revitalizar aquele ponto de transição na cidade, que tem potencial para ser usado, deixando assim de estar desocupado. A sua importância na história da cidade, e a sua implantação, marcam a intencionalidade da reabilitação. Esta reabilitação, passa apenas por uma reabilitação do seu programa e função, mantendo-se a fachada intacta. Considera-se um edificador de malha urbana, podendo potencializar dinâmicas para os edifícios da sua proximidade, ou seja, dinâmicas de reabilitação urbana favoráveis.

O ponto 6, incorpora a Alameda Teixeira de Pascoaes e a área descoberta do Mercado Municipal de Amarante, e a Praça de São Gonçalo. A primeira está a ser desenhada a par com a reabilitação do mercado Municipal, pelo Arquiteto Souto Moura. A praça de São Gonçalo, não necessitando de ser redesenhada, carece de mobiliário urbano, de forma a potencializar a permanência e o uso desta por parte da população, ou abrir iniciativas por parte da Câmara Municipal, e privados, para que esta seja alvo de uso performativos, ou expositivos, ou outras formas de animação urbana. Existem também a intenção de facilitar a acessibilidade à cota superior, zona do Convento de Santa Clara, com a inserção de um elevador, existindo 2 pontos favoráveis à sua inserção. O Primeiro, mesmo na praça de São Gonçalo, e o segundo, pelo





MAPA 2

antigo convento, atual Museu de Amadeu de Souza Cardoso, com acesso pela Alameda referida.

Toda a Avenida 1º de Maio, ponto 7, precisa de um redesenho, para que seja inserido a ciclovia, passeios amigáveis para peões, e se necessário a redução do limite de velocidade.

Como já mencionado anteriormente, toda a margem do Rio Tâmega precisa de uma revitalização, e em alguns pontos de um redesenho. O ponto 8 surge neste sentido, onde o objetivo será a revitalização da Praia Aurora, com a reabilitação da zona pedonal junto à margem, potencializando o percurso pedonal, entre a Praça de São Gonçalo e a praia, usando-se as Termas existentes, como ponto de interesse deste percurso.

Tendo em conta a localização privilegiada do ponto 9, Jardim Amadeo de Souza-Cardoso, Av. Beira Rio, pensou-se que este podia ser pensado para o uso de lazer e estadia, e não de estacionamento como está a ser usado atualmente. A intenção seria redesenhar este espaço de forma a criar a ligação entre as duas cotas existentes, e otimizar o espaço ajardinado, reposicionando o pequeno parque de estacionamento que se encontra no local. Desta forma, damos à Rua 31 de Janeiro, um espaço de respiro, proporcionando assim uma esplanada pública, que servia o percurso pedonal, o caminho borda de água e o comércio.

O ponto 10 tendo em conta a sua atual posição, e estado (em obras) para o albergar o futuro cineteatro da cidade, é um ponto importante tendo em conta a sua possibilidade de fazer com que haja uma permanência maior de pessoas na sua área envolvente, estimulando assim uma interação social, inexistente no local, proporcionando de igual modo, dinâmicas culturais na cidade, que poderiam estar ligas às escolas e outras instituições.

POTENCIAR. QUALIFICAR. CRIAR. ALARGAR. ABRANGER

Tendo em conta o que as iniciativas tomadas pelo plano estratégico de intervenção, feito pelo autor, estava a ir muito de encontro ao que já estava a ser pensado na cidade, houve a necessidade de repensá-lo.

Procurou-se então, com as respostas obtidas através do inquérito, do exemplo utilizado de Aldo van Eyck, e através da utilização do conceito de urbanismo tático, o que se poderia fazer de diferente, para além dos planos e projectos que já estavam a ser pensados pela Câmara Municipal.

De forma a alargar a área de impacto, da nossa intervenção, procurou-se pontos em zonas mais periféricas. Ou seja, levar o impacto e a reabilitação pretendida, na área até então abordada, para zonas de periféricas, que como já referido, são zonas pertinentes pela sua importância na sua função habitacional, e porque não tem qualquer tratamento no seu desenho.

Consideramos novos pontos fora da área central, conjugado com pontos anteriormente referido, surgindo assim o Mapa 2.

Com esta abordagem, conseguimos assim identificar mais 10 novos pontos operativos, onde foram encontramos fragilidades, mas com potencialidade para serem catalisadores de dinâmicas na cidade.

O ponto operativo 12, correspondente à R. de Manuel Barros, frente do rio, margem norte. É uma zona que grande parte da área não é utilizada, e a restante área é utilizada para estacionamento.

Tendo em conta a sua utilização, esta pode ser revitalizada, para um espaço multifuncional, onde é fundamental a sua ligação à margem do rio. Corresponde a um ponto que pode também estabelecer ligação pedonal direta com a Rua Cândido dos Reis. Com este ponto operativo, e a revitalização do Parque Florestal, na margem oposta do rio, reforça o sentido de implementação de uma ponte pedonal (ponto operativo 15.2) que estabelece contacto com estas duas áreas.

O ponto operativo 11, Rua do Cap. Augusto Casimiro, junto ao Convento de Santa Clara, à margem do que aconteceria com o Ponto operativo 9 (mapa 1),

Jardim Amadeo de Souza-Cardoso, Av. Beira Rio, seria um ponto estratégico de intervenção para revitalização e atração. Tanto para uso de lazer, e espaço de estar, mas também como ponto de ligação com a biblioteca municipal (a necessitar de reabilitação), e de acessibilidade, com a inserção de um elevador, de ligação à Praça de São Gonçalo, estimulando assim atração de pessoas, potenciando o uso do exterior, e o uso dos equipamentos referidos.

À margem do que se pretende criar com os pontos operativos 12(correspondente à R. de Manuel Barros, frente do rio, margem norte) e 8 (revitalização da Praia Aurora), foram criados os dois pontos operativos 14 (Avenida Alexandre Herculano) e 15.1 e 15.2, criação de duas pontes pedonais, que estabelecem ligações de pontos estratégicos da cidade.

O ponto 14 (Avenida Alexandre Herculano), surgiu pela necessidade de revitalizar toda a via assinalada, que pelas suas características e a sua ligação com o rio e com a margem tem potencial para se conseguir fazer uma ligação continua entre os pontos operativos 7 (Avenida 1º de Maio) e 9 (Jardim Amadeo de Souza-Cardoso, Av. Beira Rio) do mapa 1, assim como o ponto 15.1, que à margem do que se pretende com o ponto 15.2, como já mencionado, pretende-se o reforço do sentido pedonal, estabelecendo assim um segundo novo contacto entre as duas margens e sugerindo um circuito na cidade continuo, pois este seria estabelecido através do ponto 8 (Praia Aurora; mapa 1).

De forma a dar margem de multifuncionalidade à Avenida 1º de Maio, surge o ponto operativo 13, reforçando um circuito dinâmico, através da criação de pontos de interesse nesse circuito, constituindo-se assim como dispositivo de articulação entre cotas. Aqui pensou-se na ligação com posto de partilha de bicicletas, paragens de autocarro e zonas de paragens/estadias.

O Ponto operativo 10 (Rua Camilo Castelo, toda a sua área pública de proximidade), surge pela necessidade de revitalização daquela zona urbana,

estando presente sempre um caos de carros. Este ponto seria também utilizado como vínculo entre as duas zonas escolhidas no mapa 1, os pontos operativos 1 (antiga estação ferroviária de Amarante) e 2 (antiga Fábrica dos Matias).

E por fim, e de modo a alargar a zona de impacto, surgem os pontos operativos 16 (terreno baldio na R. Acácio Lino), 17(terreno baldio, junta à rotundo pertencente à estrada EM57), 18 e 19 (áreas próximas ao supermercado Continente).

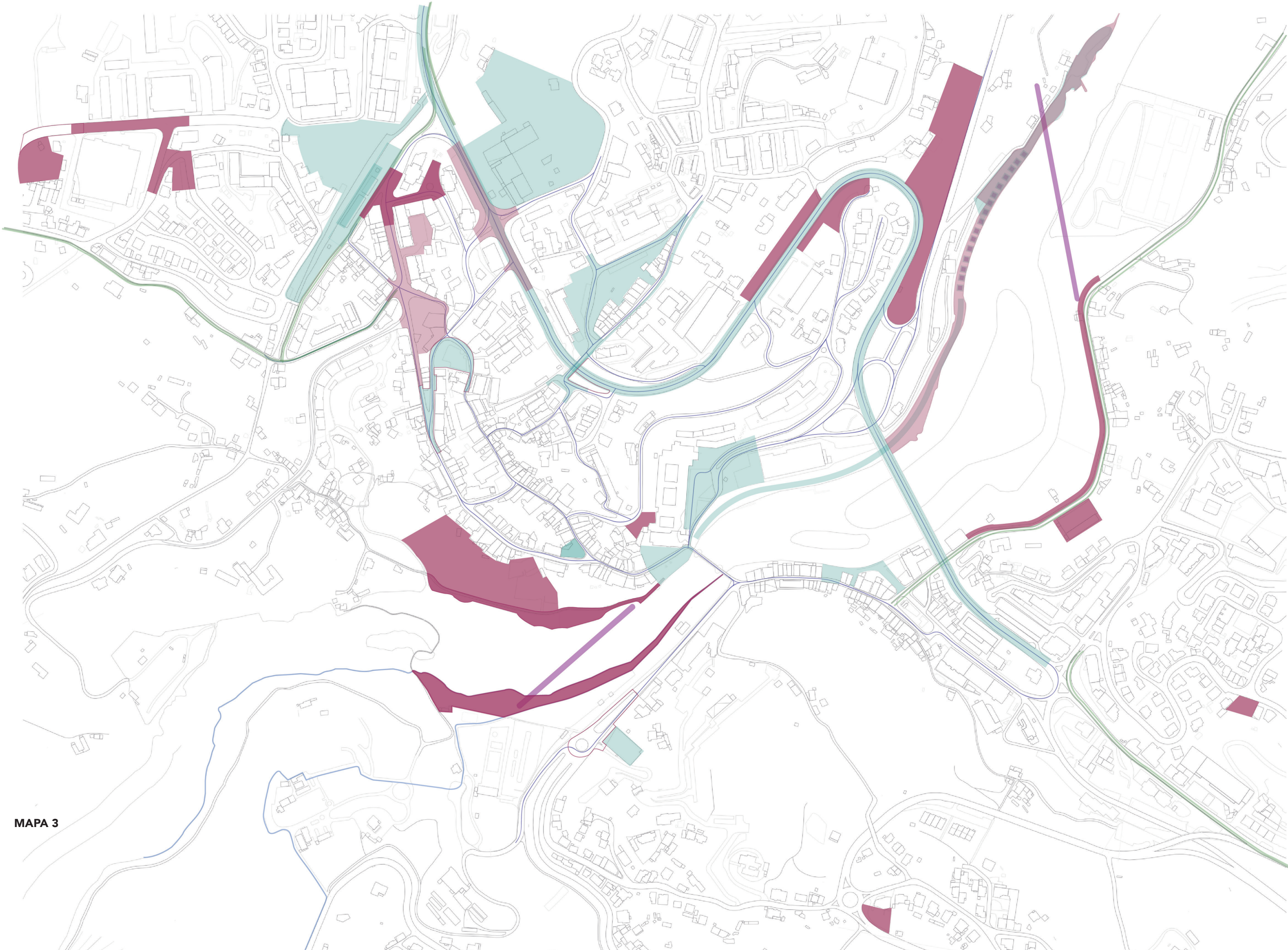
O ponto operativo 19, surge à semelhança do que se passa no ponto número 10, fazendo também a revitalização e união entre o ponto operativo 1, e o ponto operativo 9. Este último tendo em conta a sua proximidade a uma zona residencial, e a alguns serviços, seria pensado para uma zona também de estar e lazer, de forma a potencializar os convívios sociais, de forma a prolongá-los. Os Pontos 16 e 19, são a par do 19, e seriam utilizados para o mesmo fim.

Estas três áreas seriam então idealizadas para se constituírem pontos atrativos para a população. Através da criação dos novos programas, criavam-se novas potencialidades para novas vivências e dinâmicas sociais. São pontos que estão já afastados ao que chamamos de núcleo urbano, pelo que a intervenção tem de lidar com zonas de urbanização pouco consolidadas, e de limites indefinidos, mas de expectável expansão e consolidação. Aqui a intervenção implica repensar as relações preestabelecidas entre esse núcleo e o território vago imediatamente envolvente.

Depois desta segunda abordagem, chegamos ao momento de ponderação de medidas operativas. Sabendo que tanto os pontos operativos marcados no mapa 1, como os pontos operativos marcados no mapa 3, são importantes, na medida em que desempenham um papel que não podem ser substituídos um pelo outro, surge assim o mapa 3, que é a conjugação de todos os pontos operativos.

Todos estes pontos operativos caracterizam-se por ter um desenvolvimento variado, mas passíveis de implementações autónomas, pois cada um é condicionado pelas suas características próprias e pelas suas envolventes. A perspetiva de desenvolvimento do centro torna-se premissa importante do trabalho, presumindo-se que num futuro (próximo) será cada vez mais necessário o seu desenvolvimento, e que este, juntamente com a valorização periférica, também premissa importante, sejam capazes de gerar dinâmicas com expressão positiva em todo o território.

De forma a que o futuro de Amarante possa cumprir o objetivo de impulsionar-se para dimensões que até agora não conseguiu atingir, é essencial projetar a sua evolução com a harmonia de todas as suas vertentes. Entende-se que para cada ponto operativo seja estipulado um faseamento de desenvolvimento, começando por medidas táticas, e discussões públicas mais intensas, de forma a estudar as possibilidades para uma eventual execução permanente, para que sejam respeitadas as necessidades práticas do seu funcionamento a longo prazo, passando então depois por uma fase de estudo de desenho e por fim a fase de projeto e execução. Ressalva-se que algumas destas ações já estão em curso, outras podem vir a serem integradas em orçamentos participativos. No fundo para a melhor definição dos programas integrantes, ou ainda submetidos a processos de discussão pública dos respetivos projetos correspondentes



MAPA 3

“Porque é homem e porque a sua ação não é fatalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhores serviços possam prestar quer à sociedade quer ao seu semelhante, e para tal a sua ação implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir.”¹¹¹

¹¹¹ TÁVORA, Fernando, Da organização do espaço; - 3ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1996, p.74

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fim deste percurso, a única certeza que fica é que existem mais questões, que merecem certamente ser abordadas, do que aquelas a que conseguimos responder. Trata-se de um processo natural de aprendizagem, desde a escolha do tema, até à formulação destas considerações finais.

Em retrospectiva verifico que este percurso de investigação me fez crescer como pessoa, e como futuro arquitecto, pelas múltiplas reflexões correlacionadas, como a vivência do espaço, a representação do social e as diversas leituras transdisciplinares. No trabalho, numa primeira tentativa houve a intenção de identificar os problemas que estão presentes na atualidade, ligados ao tema multidisciplinar que é a cidade/espacos da urbanização. Desde o modo como se vê e lê a cidade, à evidência dos problemas em presença, face às atuais expectativas de vida dos habitantes, que por vezes são vistos como estigmas - desde o predomínio do automóvel, passando pela gentrificação e pelas medidas de política que frequentemente marcam as cidades como meras caricaturas culturais, pela aparente ausência de estratégias sectoriais concertadas de centralidades urbanas, que por sua vez parecem perder a sua identidade.

Como cidadãos devemos reforçar uma consciência, também coletiva, para podermos focar as respostas estratégicas das cidades. É preciso pôr em prática uma arquitectura que tenha por base intervenções inovadoras, conjugadas com as propostas convencionais. E desta forma, usando, por exemplo, intervenções efémeras estratégicas, entendidas como ferramentas operativas no sentido das atuais expectativas de vida dos cidadãos, nunca se querendo constituir como ações independenteS, mas como extensão dos meios convencionais. Assim, dar a possibilidade de se fazerem ações atentas à realidade sociocultural, onde se atua e que a sua intenção não seja apenas melhorar o ambiente construído, mas também melhorar as condições de vida dos habitantes. Este tipo de intervenção, como já referido, não se destaca pela desvinculação com os modelos tradicionais, mas antes, pela ampliação do seu campo de ação, pela inclusão e abordagens próprias de outras disciplinas e mesmo pela interpretação alternativa da prática da arquitectura. Elaborando e promovendo um trabalho em rede, promovendo sempre a participação dos usuários.

Usando-se várias metodologias de trabalho, ligadas às necessidades apresentadas, englobando a ação cívica, política e social, tendo em conta as interações de vários outros factores ligados à economia, à sociologia, à antropologia, à psicologia... Portanto, no trabalho é exposto, que a prática de arquitectura não se consome na construção e/ou no planeamento, mas que pode compreender estruturas efémeras (aqui apresentado como opção do urbanismo tático), englobando também performances, vitrinas, arte urbana e o próprio uso e atuação no espaço público. É um pouco utópico, mas pretendo não me iludir com as coisas da moda, que são mais para o ego para os que desenham do que para as pessoas. Isto é, em parte considerável, depende da atitude do arquitecto, porque se alguns destes artefactos corresponderem a gestos/libelos gráficos numa perspectiva objectual muito focada no ego pessoal e desejo de promoção no conhecido mainstream da arquitectura revisteira. Sendo o meio para atrair mais pessoas, onde abrirá espaço para interesses e investimentos com objetivos e efeitos comprovadamente estratégicos, nomeadamente pela indução e impulso do crescimento económico da cidade, poderá induzir melhoramentos da qualidade de vida.

Acrescento importância ao papel do arquitecto na sociedade contemporânea como assessor. Por um lado, realça e evidencia estes problemas e anima estes debates, e por outro, numa vertente mais educativa passa a desenvolver um eventual papel de educador social, junto de cidadãos e decisores, para a consensualização de programas de atuação e sobre as medidas necessárias para medidas de políticas urbanas mais abrangentes e favoráveis. É verdade que o discurso produzido ao longo da dissertação aponta um relativo esquecimento das áreas pericentrais, e que é necessário colocar o estudo sobre estas zonas para conformar e escalar sistemas espaciais e funcionais, reforçando os meios de suporte e melhoria da qualidade de vida, e os pressupostos do exercício do direito à cidade. Portanto, é evidenciada a necessidade da potencialização dos centros, como forma direta de reabilitar as periferias como manifesto défice de desenho urbano, potencializando-as para que participem num sistema melhor articulado de microcentralidades. E para que estas se tornem cada vez mais inclusivas e potencializadoras de

vivências sociais desejadas. Desta forma, a pensar-se neste objetivo, e depois de uma análise territorial estabeleceram-se pontos-operativos, no centro da cidade, e de forma a testar o alargamento dos impactos desta tipologia de intervenção. Na segunda abordagem, escolheram-se pontos-operativos também no centro e outros mais periféricos.

O trabalho que se seguiria poderia então constituir uma segunda aproximação à população, de forma a perceber o nível de consciência que esta apresenta em relação ao estado e necessidade presente, de forma a desenvolver a escolha de um programa mais assertivo e pertinente para estas operações. Esta dimensão social da arquitectura implica, quase sempre, modelos alternativos de trabalho, fazendo-se acompanhar pela expansão do seu campo de ação, a partir das diferentes relações que se estabelecem com outras disciplinas. Desta forma, marcada por um trabalho em rede, com a comunidade e com diferentes agentes disciplinares, baseado num sistema de código-aberto e que promove a participação dos usuários na correspondência às suas atividades e modos de vida. É verdade que esta prática engloba várias metodologias de trabalho e abrange diversos conceitos (entre os quais, a arquitectura participativa, a arquitectura de código aberto, arquitectura não solicitada, o trabalho em rede e a ação cívica, política e social) e é precisamente por este motivo que a capacidade do arquitecto como *organizador espacial*, coloca as suas ferramentas à disposição das pessoas. Assim, estas ferramentas, ficam à disposição para uma decisão mais consciente, para que na intervenção sejam incorporadas as lógicas e necessidades da população.

O papel do arquitecto passa a ser o de identificar as situações urbanas concretas que necessitam de intervenção, e desta forma dispor das suas competências e conhecimentos a entidades (desde públicas, a instituições e às organizações de cidadãos) que delas possam necessitar. Desta mesma forma, podemos ver a arquitectura, e por sua vez, arquitectos, a atuar em zonas de contextos socioeconómicos enfraquecidos, conjugando o utilizador nos processos de conceção e de construção, proporcionando assim a identificação dos meios e processos para que as pessoas participem. Encontramos aqui a valorização do processo em relação ao objeto ou à ação

resultante, que conduzirá a soluções mais comprometidas com a sociedade, e que respondem de forma eficaz às demandas e dinâmicas atuais ou previsíveis, garantindo reservas de flexibilidade adequadas. Existindo assim a manifestação de uma sociedade, onde os seus fundamentos, propósitos e as ideias são usados como princípios orientadores bem definidos. Sabemos que a arquitectura pode realmente contribuir para a resolução de problemas do comum, os que afetam a sociedade, através da prática consciente e ação sobre eles, passando a superar circunstâncias adversas intrínsecas à sua prática, passando a cumprir o seu papel fundamental na vida das pessoas. A cidade é proporcionadora de novos padrões e relações sociais, vincando na sociedade diferentes estilos de vida, sendo que é esta mesma sociedade que tem impacto na construção do território urbano. É aqui que encontramos as desigualdades sociais, por agravamento das diferenças standards, só torna perceptível a debilidade dos parâmetros sociotécnicos como nomeadamente no que respeita a redes, mobilidade, em suma políticas públicas adequadas. A longo do trabalho foi possível aprender sobre cidade e modos de atuação nesta, a partir da observação e através da interação com a população que esta engloba, e com isto tendo como base a essência da cidade, apontar com precisão necessidades e possíveis relações. No seu desenvolvimento foi possível perceber-se que o papel da arquitectura é determinante na dinâmica de uma cidade, mas pode ser também de igual modo determinante nas dinâmicas e modo de vida das pessoas. Vemos presente no planeamento atual da cidade de Amarante a aposta na construção dos equipamentos socioculturais, que podem atuar como elementos de resolução de problemas de integração e segregação social. Com projectos de pequeno porte e de baixo financiamento, características associadas aos pontos-operativos, estes podem também desempenhar esse mesmo papel e por sua vez, lançar novas questões, reflexões, novas formas potencializadores de trazer e manter as pessoas na cidade, resultando em novas dinâmicas urbanas. A par do impacto inerente à construção desses equipamentos socioculturais, as pequenas intervenções são fomentadoras de revitalização e transformação espacial urbana e social, sendo que a intenção da sua forma final (em processo) é uma proposta que exprime vontade de desenvolver um lugar coletivo, um novo

ponto para gerar novos acontecimentos.

Apesar de que nas ideias apresentadas nos pontos-operativos fiquem expressas ideias subjetivas e abstratas, a intenção é refletirem vontades que se associam ao desejo de desenhar espaços públicos, que são assumidas como lugares de encontro e trocas, com o seu carácter polivalente, que poderão acolher ações e várias atividades.

É através do confronto/diálogo criado entre a teoria e a prática, todo o processo é apresentado como reflexivo e como uma representação de uma possibilidade de intervenção na cidade. E desta forma promover um espaço onde a arquitetura desperte a liberdade, o prazer e a interação social, e que a par disto dê respostas aos problemas funcionais, formais e operativos.

Esmiuçando a forma de que como se deve intervir num sistema complexo, como é o exemplo da cidade, e tendo em conta todas as adversidades que são causadas pelo simples facto de serem sistemas *dinâmicos*, obriga a uma visão lógica, transversal sobre todos os temas que a ela pertence, e que muitas das vezes são muito mais do que aquilo que podemos encontrar e desenhar no papel. De uma forma pragmática, afirma-se que para que surjam novamente efeitos positivos na cidade, a arquitetura e o planeamento urbano precisam de trabalhar de forma coletiva. O objetivo foi então, não pôr em causa planos e projetos existentes, importantes para a regulamentação de um aglomerado urbano, mas sim, evidenciar a necessidade de ver a cidade de outras perspectivas, experimentando o desenvolvimento e detalhe de alguns dos programas estabelecidos, na procura dos seus nexos de pertinência. A par com esta leitura, foi necessário criar indícios de uma ação capaz de fomentar dinâmicas revitalizadoras, para que se inicie um processo de reabilitação nesses espaços. Neste sentido, tendo em vista esta revitalização, as intervenções pontuais propostas, a criação de novas microcentralidades, têm o propósito de gerar unidades dinamizadoras, onde a sua conceptualização e a sua posterior realização passaria por um processo de debate público, onde o seu propósito será então, alargarem o seu impacto de atuação e terem uma capacidade para criar interação social.

A utilização da participação, possibilita o desenvolvimento de ações estratégicas de carácter pontual, mas que terão capacidade de se prolongarem

no espaço e no tempo, como objetivo metodológico do trabalho. Levantando sempre a questão do projecto como gestão de interesses e contradições, e como organizador de relações, dos seus nexos a diversas escalas (capilar, micro, sectorial, urbana, territorial...), mantendo sempre que possível um carater flexível, e com isto, gerar-se uma visão do território que vá além do físico, e que se assuma como uma complexa construção social.

REFERÊNCIAS E FONTES BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ALVES, Sónia. *Planeamento Colaborativo em Contextos de Regeneração Urbana*. Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano do ambiente Urbano. Feup/Faup, Porto, 2001

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. *Cities: Reimagining the urban*. Cambridge. U.K.: Polity, 2002

ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*; trad. Álvaro Domingues. Oeiras: Celta, 1996

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

BOHIGAS, Oriol. "La Ciudad como Espacio Projectado" in *La Arquitectura del Espacio Público: Formas del Pasado, Formas del Presente*. Junta de Andalucía-Consejería de Obras Públicas y Transportes e Triennale di Milano, Sevilla 1999

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*; colab. Mireia Belil y Chris Benner. Madrid: UNCHS, 1997

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. *El espacio publico: ciudad y ciudadanía* Barcelona: Electa, 2003

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. trad. de José Colaço Barreiros. Lisboa: Ed. Teorema, D.L.1993

CAPUTO, Paolo. *La arquitectura del espacio público entre el cuidado del lugar y las figuras de la tradición: la arquitectura del espacio público: formas del pasado, formas del presente*. [S.n.]: Triennale di Milano; Junta de Andalucía, 1999

CARERI, Francesco. *Walkscapes: walking as an aesthetic=el andar como práctica estética*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004

CERDÀ, Ildefons. *General theory of urbanization* , 1867; cur. Vicente Guallart; transl. Angela Kay Bunning...[et al.]. Barcelona: Institute for Advanced Architecture, 2018

CHILLIDA, Eduardo. *Escritos*, Biblioteca Blowup, La fabrica, Madrid 2005

DELGADO, Manuel. *Memoria y lugar: el espacio público como crisis de significado*. Valencia: Ediciones generales de la construcción, 2001

Dicionário de Latim Português, Dicionários editora 2ª edição

FEZER, Jesko. *Urban forest*. Berlin: Haus der kulturen der welt, 2015

FIGUEIREDO, Cândido de. Grande dicionário da língua portuguesa, Bertrand editora

GEHL, Jan. *A vida entre edifícios usando o espaço público*. trad. Tiago Mesquita Carvalho. Lisboa: Livraria Tigre de Papel, 2017

GHEL, Jan. SVARRE, Brigitte. *How to study public life*. Island Press, Washington, 2013

GRANDE, Nuno. *O ser urbano nos caminhos de Nuno Portas= the urban being on the trails of Nuno Portas*. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2012

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

LEFAIVRE, Liane; ROODE, ngeborg de. *Aldo Van Eyck: the playgrounds and the city*. Rotterdam: NAI publ., 2002

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*; trad. Rui Lopo; apres. Carlos Fortuna. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012

LEFEBVRE, Henri. *The urban revolution*; transl. by Robert Bononno; forew. by Neil Smith. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003

LIGTELIJN, Vincent; STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eyck: writings, the child, the city and the artist, an essay on architecture, the in-between realm*. Amsterdam: Sun, 2008

LYDON, M.; Garcia, A. *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change*. 1a ed., New York, Island Press. 2015

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*; trad. Maria Cristina Tavares Afonso. - Lisboa: Edições 70, 1999

KOOLHAAS, R. Small, Medium, Large, Extra-large, Benedikt Taschen, Koln. Koolhaas, 1997

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade: grandeza, ou o problema do grande ...*; trad. Luís Santiago Baptista. Barcelona: Gustavo Gili, 2010

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011

MONTANER, Josep Maria. *A modernidade superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001

PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*. Paris: Éd. Galilée, cop.1974

PORTAS, Nuno. *A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica*; pref. Fernando Távora. 2ª edição fac-símile. Lisboa: Livros Horizonte, 2007

PORTAS, Nuno. *Arquitectura(s), História e Crítica, Ensino e Profissão*, Faup Publicaçõess, 2005

PORTAS, Nuno. *Políticas Urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Álvaro Domingues, João Cabral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011

RIBEIRO, Daniel. *Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*. Dissertação de mestrado em História, Especialização em Museologia. Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Coimbra

ROSSA, Walter. *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015

SEIXAS, João. *Em todas as ruas – crónicas urbanas*, Escritorio Editora, 1ªEd., 2015, crónica publicada pela primeira vez na revista Visão, a 7 de junho de 2012

SIZA VIEIRA, Álvaro. *01 textos*; editor Carlos Campos Morais. Porto: Civilização, 2009

SOJA, Edward; KANAI, Miguel. *The urbanization of the world. In The endless city: The Urban Age*

Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society, edited by Ricky Burdett and Deyan Sudjic, 54–68. London: Phaidon, 2006

SOLÀ-MORALES, Ignasi de; COSTA, Xavier. *Presente y Futuros: Arquitectura en las ciudades*. Barcelona: Actar, 1996,

STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eyck: The shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura, 1998

TÁVORA, Fernando. *Da organização do espaço*; 3ª ed. Porto: Faup Publicações, 1996

TÁVORA, Fernando, *O problema da casa portuguesa*. Lisboa: Manuel João Leal, 1947

Urbanismo no Brasil: 1895-1965/ coord. Maria Cristina da Silva Leme. - São Paulo: Studio Nobel, 1999

WATKIN, David. *Moral y arquitectura*; trad. Enrique Lynch. - 1ª ed. - Barcelona: Tusquets, 1981

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitectura*; trad. Maria Isabel Gaspar, Gaetan Martins de Oliveira. - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996

ZUMTHOR, Peter. *Atmosferas*, Editorial Gustavo Gilli, SA, Barcelona, 2006

REVISTAS, PERIÓDICOS e DISSERTAÇÕES

ALVES, Andreia Filipa Monteiro. *Agir, é preciso!: intervenções de arquitectura participativa e social*; Prof. responsável Marta Rocha Moreira. Porto: Faup, 2017.

ALVES, João Carlos Teixeira. *Arquitectura de intervenção: repensando o papel social do arquitecto através de modelos alternativos de prática*; Prof. responsável Joaquim Teixeira. Porto: Faup, 2014.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. "Espacio Público El espacio público: ciudad y ciudadanía", em http://catalogo.up.pt:80/F/?func=direct&doc_number=000556117&local_base=UPB01, Barcelona, 2009

BRENNER, N. 2016. "Seria o 'urbanismo tático' uma alternativa ao urbanismo neoliberal?", Revista

e-metropolis, 27

CANESCHI, Francesco. *Urbanismo tático e arquitetura diy no espaço público: uma abordagem leve na transformação da cidade*; Prof. responsável Teresa Calix. Porto: Faup, 2018.

DIAS, Manuel Graça, "Castro Portugal", in *Jornal Arquitectos*, no 204, Janeiro/Fevereiro 2002

Jornal A Verdade, em <https://www.averdade.com/2019/05/18/solar-dos-magalhaes-recebe-memorias-de-amarante-com-assinatura-de-siza-vieira/?fbclid=IwAR1G1OoAYa4SwmWuUurKMrc3WahC7piuBjeXdLq-uYSCGozhr7hsDFCswXg> consultado a 5 junho 2019

LEITE, Sara Mónica Seixas Gomes. *Arquitetura como um meio para a revitalização urbana: projeto estratégico para a rua Teixeira de Vasconcelos, Amarante*; Prof. responsável Luís Viegas. Porto: Faup, 2017.

MAGALHÃES, Bárbara Filipa Nunes de. *Mercado municipal de Amarante: diálogo entre arquitetura e cultura*; Prof. responsável António Neves. Porto: Faup, 2017.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. *Áreas verdes urbanas, espaços livres para lazer*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.19, n.1, 2007, p. 33-43, disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9350/5730>

PATRÍCIO, António. Amarante de vila sinuosa e envelhecida a princesa do Tâmega. Em: II congresso histórico de Amarante. Graça do Norte. Amarante

PEREIRA, Nuno Teotónio, texto "Participação popular e trabalho do arquitecto"

RAMOS, Rafaela de Sousa. *Excesso de arquitectura de excessos?: observar mais e construir menos*; Prof. responsável Manuel Mendes. Porto: Faup, 2018.

Revista Gerador, nº 4, abril de 2015

SALGADO, Luís Filipe Miranda Rodrigues. *Nova lorque: olhar de arquitecto visitante*; Prof. responsável Luís Viegas. Porto: Faup, 2015.

INTERNET (todas as fontes foram revisitadas a 30 de maio de 2022)

“Cidade de Quartzão”, de Mike David, <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1409>

Cidades Sustentáveis em https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/2015_cidades_sustentaveis_2020.pdf

Cidades Sustentáveis em https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/2015_cidades_sustentaveis_2020.pdf

Diário da República em <https://dre.pt/application/conteudo/67212743>

Diário da República em https://dre.pt/home/-/dre/69982738/details/maximized?p_auth=B1s7OtLq

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, em <https://dicionario.priberam.org/cidade>

GADANHOS, Pedro, em <https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoria-ativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanhos>, consultado a 08/02/20, 23h30

História, Câmara Municipal de Amarante em <https://www.cm-amarante.pt/pt/historia>

Instituto Nacional de Estatística em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros

Instituto Nacional de Estatística em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000348&contexto=bd&selTab=tab2

IRAZÁBAL, Clara, “Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo, Qual seu significado para a América Latina?” em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821>

“Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo” em <https://dre.pt/application/conteudo/25345938>

LYDON , M. 2011 . Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change. The Street Plans Collaborative . Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1, p.1

Plano Diretor Municipal em <https://www.cm-porto.pt/pdm/o-que-e-o-pdm>

Projeto Amarante em Regeneração, em <https://www.cm-amarante.pt/pt/amarante-em-regeneracao>

VÍDEOS

Revolução através do Design, episódio piloto: habitação social incremental; disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/751232/video-revolucao-atraves-do-design-himawari8>

Lista e créditos de imagens

p.9, FIG.1_ Steve McCurry, Venice Reflections, Italy, 2011, imagem disponível em: <https://www.reelartpress.com/catalog/edition/107/david-hurn:-arizona-trips>

p.14, FIG.2_ CIDADE IGUAL A PESSOAS, imagem presente no vídeo Revolução através do Design, disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/751232/video-revolucao-atraves-do-design-himawari8>

p.30, FIG.3_ Aeroporto, por Álvaro Isidoro, imagem disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/e-sempre-a-andar-com-projeto-piloto-de-controlo-de-passageiros-no-aeroporto-de-lisboa-11469944.html>

p.34; 35, FIG.4 - 19_ Vistas aéreas das várias cidades, imagens retiradas do Google Mapas em <https://www.google.pt/maps/@37.2219056,-18.8269796,3038962m/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT&authuser=0>

p.52, FIG.20_ Localização do Concelho de Amarante, na Península Ibérica, imagem disponível em <https://www.google.pt/maps/@38.5671087,-14.1291997,1863961m/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT&authuser=0>, edição do autor

p.56, FIG.21_ Planta para a reedificação da Vila de Amarante pós invasões Francesas, disponível no Arquivo Municipal de Amarante

p.64, FIG.22_ Metamorfose I, xilogravura, por Maurits Cornelis Escher (1898-1972), artista gráfico, imagem disponível em <https://mcescher.com>

p.67, FIG.23_ Esquema conjunto de percursos realizados pelo autor

p.68, FIG.24_ Desenho esquema do percurso A, realizado pelo autor

p.69, FIG.25_ Desenho esquema do percurso A, realizado pelo autor

p.72-78, fotografias tiradas e editadas pelo autor

p.80, FIG.26_ Desenho esquema do percurso B, realizado pelo autor

p.81, FIG.27_ Desenho esquema do percurso B, realizado pelo autor

p.83-85, fotografias tiradas e editadas pelo autor

p.86, FIG.28_ Desenho esquema do percurso C, realizado pelo autor

p.87, FIG.29_ Desenho esquema do percurso C, realizado pelo autor

p.89-91, fotografias tiradas e editadas pelo autor

p.92, FIG.30_ Desenho esquema do percurso D, realizado pelo autor

p.93, FIG.31_ Desenho esquema do percurso D, realizado pelo autor

p.95, 96, fotografias tiradas e editadas pelo autor

p.98, FIG.32_ Desenho esquema do percurso E, realizado pelo autor

p.99, FIG.33_ Desenho esquema do percurso E, realizado pelo autor

p.101, 102, fotografias tiradas e editadas pelo autor

p.108, FIG.34_ Plano Cerdà (1858), Ildefons Cerdà i Sunyer- Museu d'Historia de la Ciutat, Barcelona, imagem disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/880894/o-plano-cerda-de-barcelona-de-uma-nova-perspectiva-nessa-fotografia-aerea>

p.114, FIG.35_ Plano Diretor Municipal de Amarante é o mais abrangente dos planos municipais de ordenamento do território e estabelece as regras de ocupação e utilização do solo, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento de todo o território do Município de Amarante, imagem disponível em: <?> <https://www.cm-amarante.pt/pt/planos-municipais-de-ordenamento-do-territorio>

p.118, FIG.36_ Centro Histórico de Amarante - conjunto classificado como Imóvel de Interesse Público e respetiva área de proteção, Decreto n.º 735/74 de 21.12, Direção Regional da Cultura do Norte,

março de 2012, imagem disponível em: <https://www.cm-amarante.pt/pt/aru-amarante>; https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/468036/details/normal?p_p_auth=QNvQif8u

p.122, 123, FIG.37_ Delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Amarante, novembro 2017, em <https://www.cm-amarante.pt/pt/aru-amarante>

p.124, FIG. 38_ Pontos de ação do *Plano de ação de regeneração urbana* (PARU) de Amarante, imagem disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Amarante/@41.2704179,-8.0833181,2335data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd24bef00c79b2e3:0xc36de6016e7f05ee!8m2!3d41.2696357!4d-8.0826488>, edição do autor

p.140, FIG.39_ Inquérito: VAMOS PENSAR SOBRE AMARANTE, edição do autor

p.166, FIG.40_ Sítios para estar?, fotografia do autor, Amarante, 2020

p.168, FIG. 41_ crianças a brincar junto a edifícios residenciais, imagem disponível em: GEHL, Jan, *A vida entre edifícios usando o espaço público*/ Jan Gehl; trad. Tiago Mesquita Carvalho. - Lisboa : Livraria Tigre de Papel, 2017, p.18

p.172, FIG.42; 43_ Espaços em Amsterdão antes e depois da intervenção de Van Eyck, imagens disponíveis em: Lefaivre, Liane. de Roode, Ingebord. Aldo Van Eyck, *the Playgrounds and the city*. Nai Publisher, Rotterdam, 2002

p.174, FIG.44; 45_ Espaços em Amsterdão antes e depois da intervenção de Van Eyck, imagens disponíveis em: Lefaivre, Liane. de Roode, Ingebord. Aldo Van Eyck, *the Playgrounds and the city*. Nai Publisher, Rotterdam, 2002

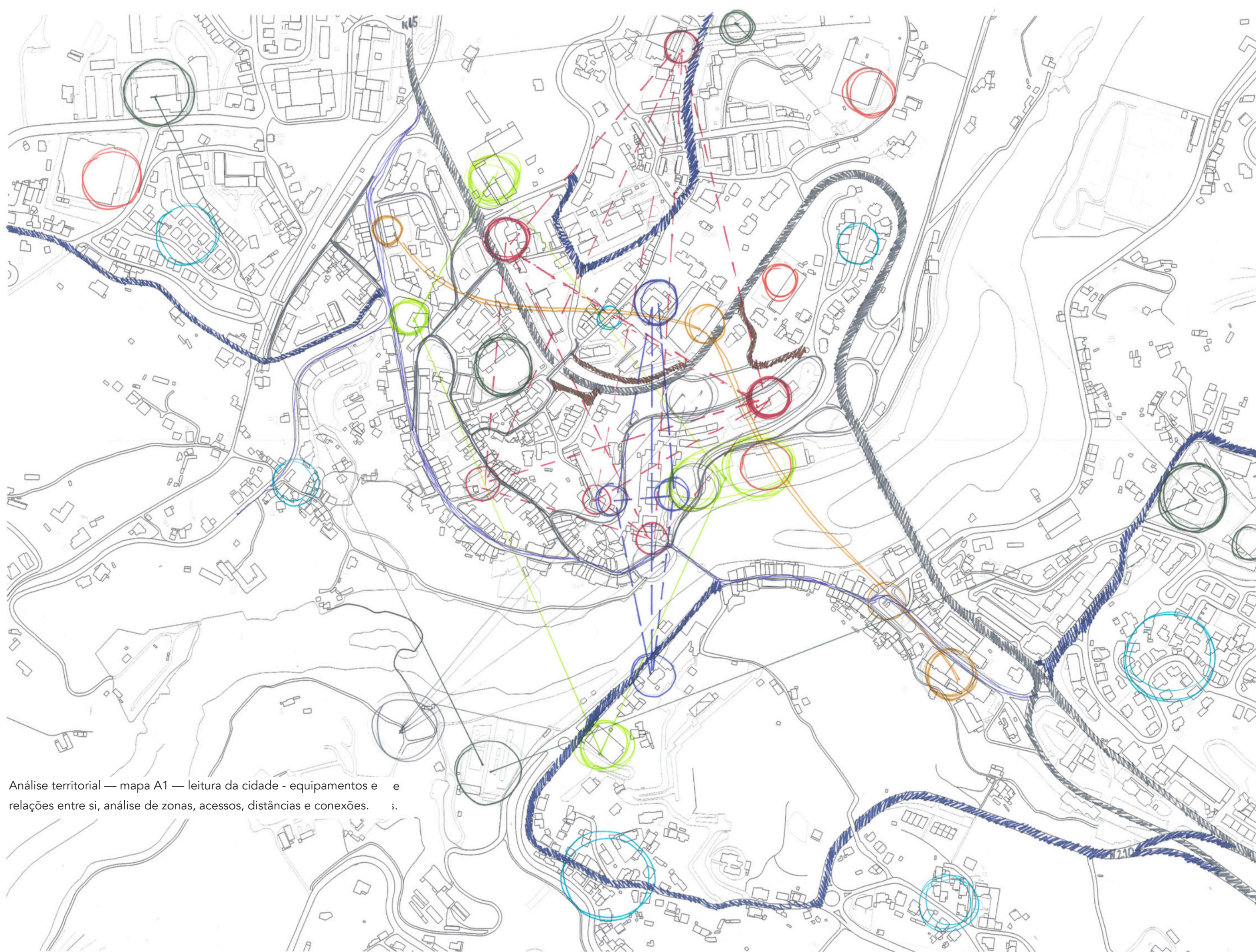
p.176, FIG.46 - 49_ Espaços em Amsterdão antes e depois da intervenção de Van Eyck, imagens disponíveis em: Lefaivre, Liane. de Roode, Ingebord. Aldo Van Eyck, *the Playgrounds and the city*. Nai Publisher, Rotterdam, 2002

MAPAS, edição do autor

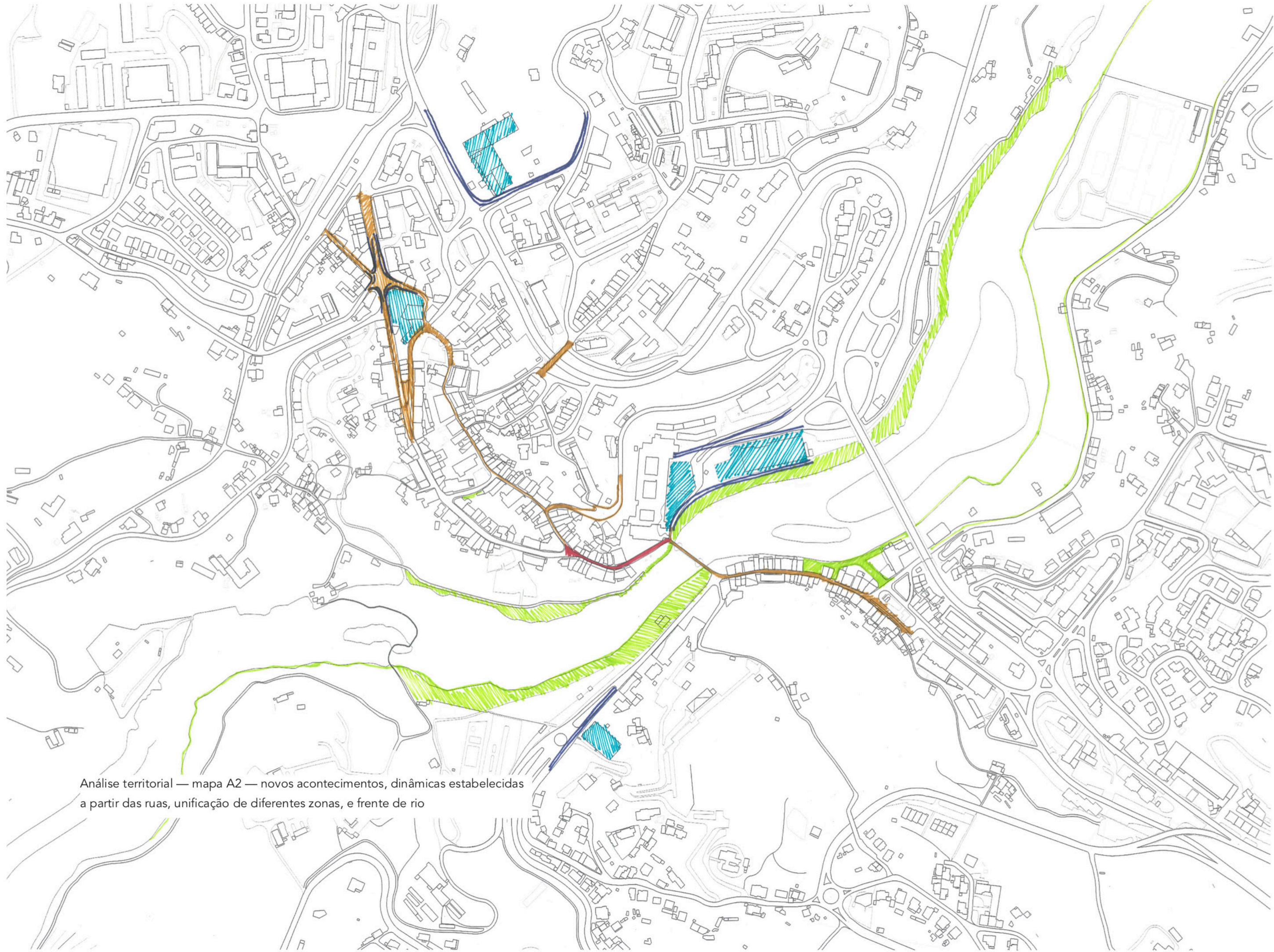
ANEXOS

ANEXO 1

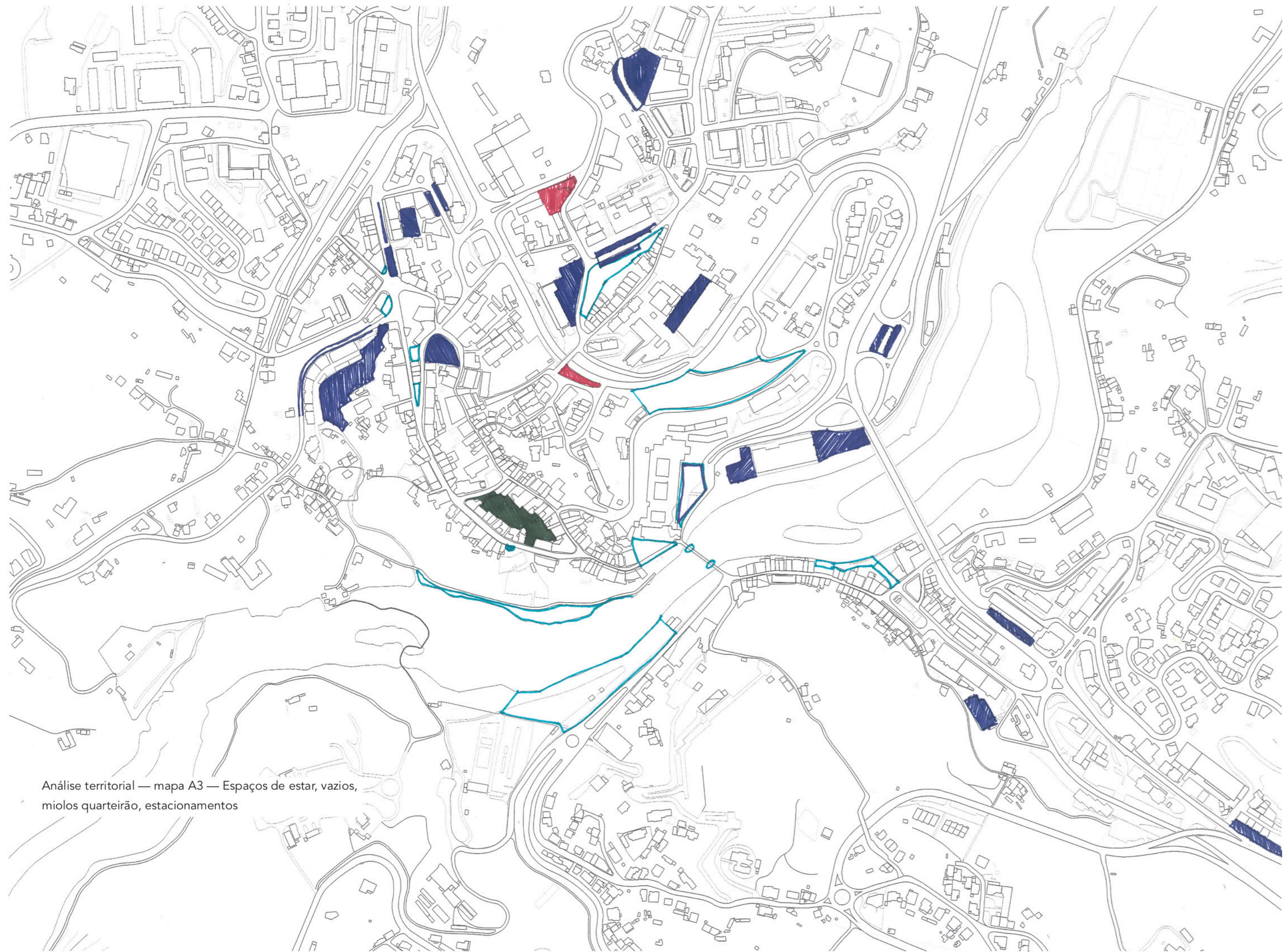
Mapas utilizados para análise e concretização dos PONTOS OPERATIVOS —
Intenções — MAPA 1-7



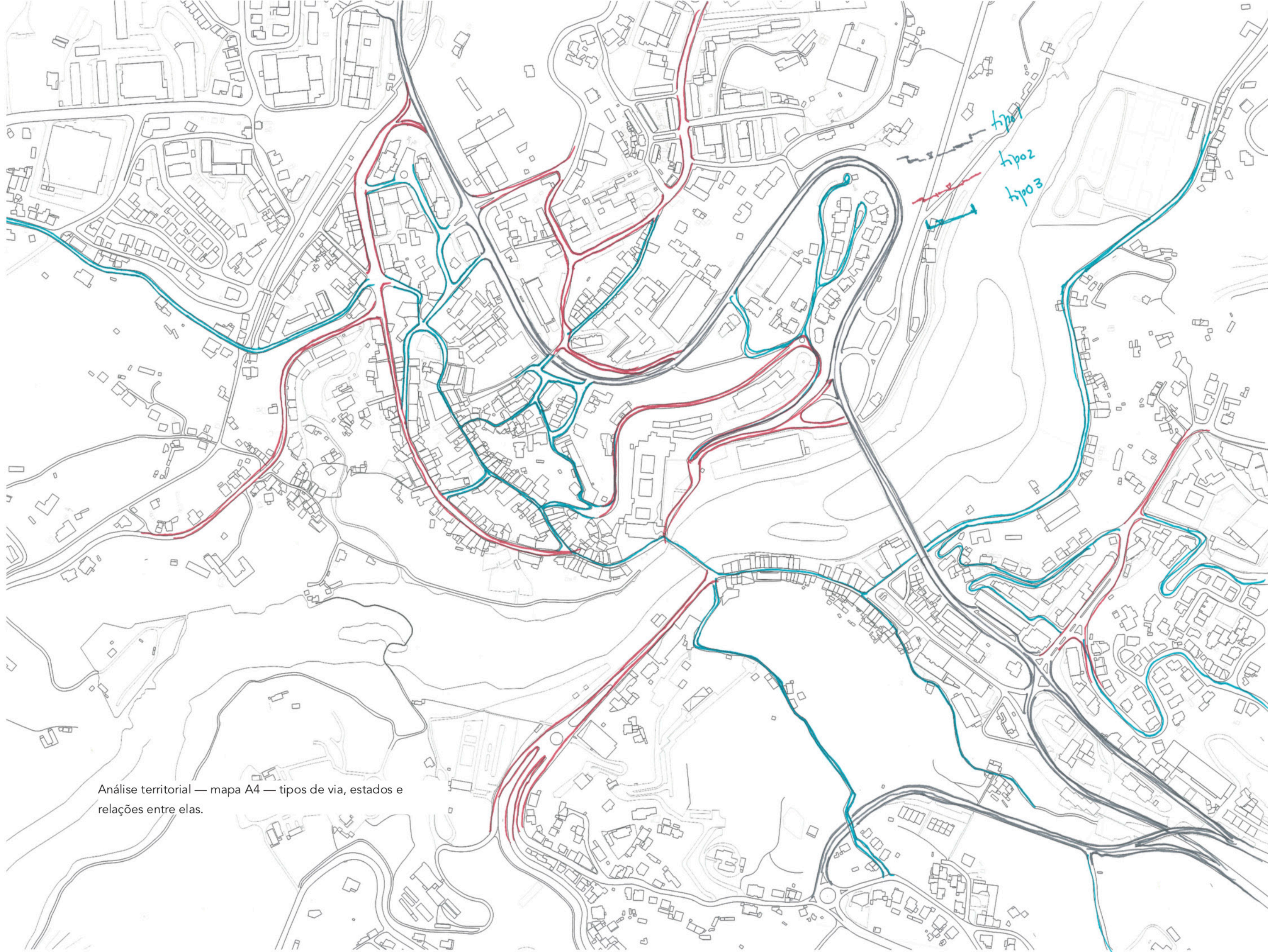
Análise territorial — mapa A1 — leitura da cidade - equipamentos e relações entre si, análise de zonas, acessos, distâncias e conexões.



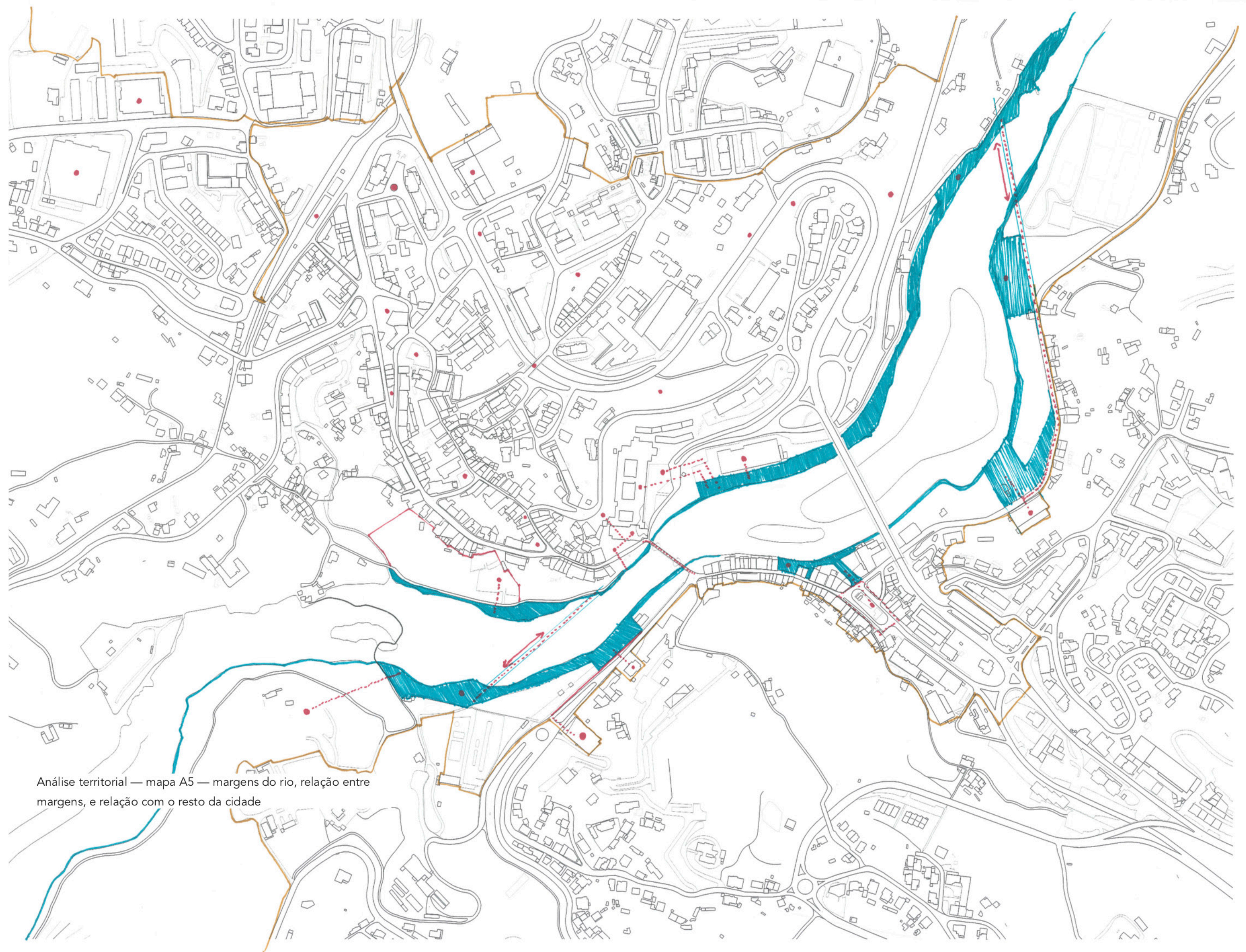
Análise territorial — mapa A2 — novos acontecimentos, dinâmicas estabelecidas a partir das ruas, unificação de diferentes zonas, e frente de rio



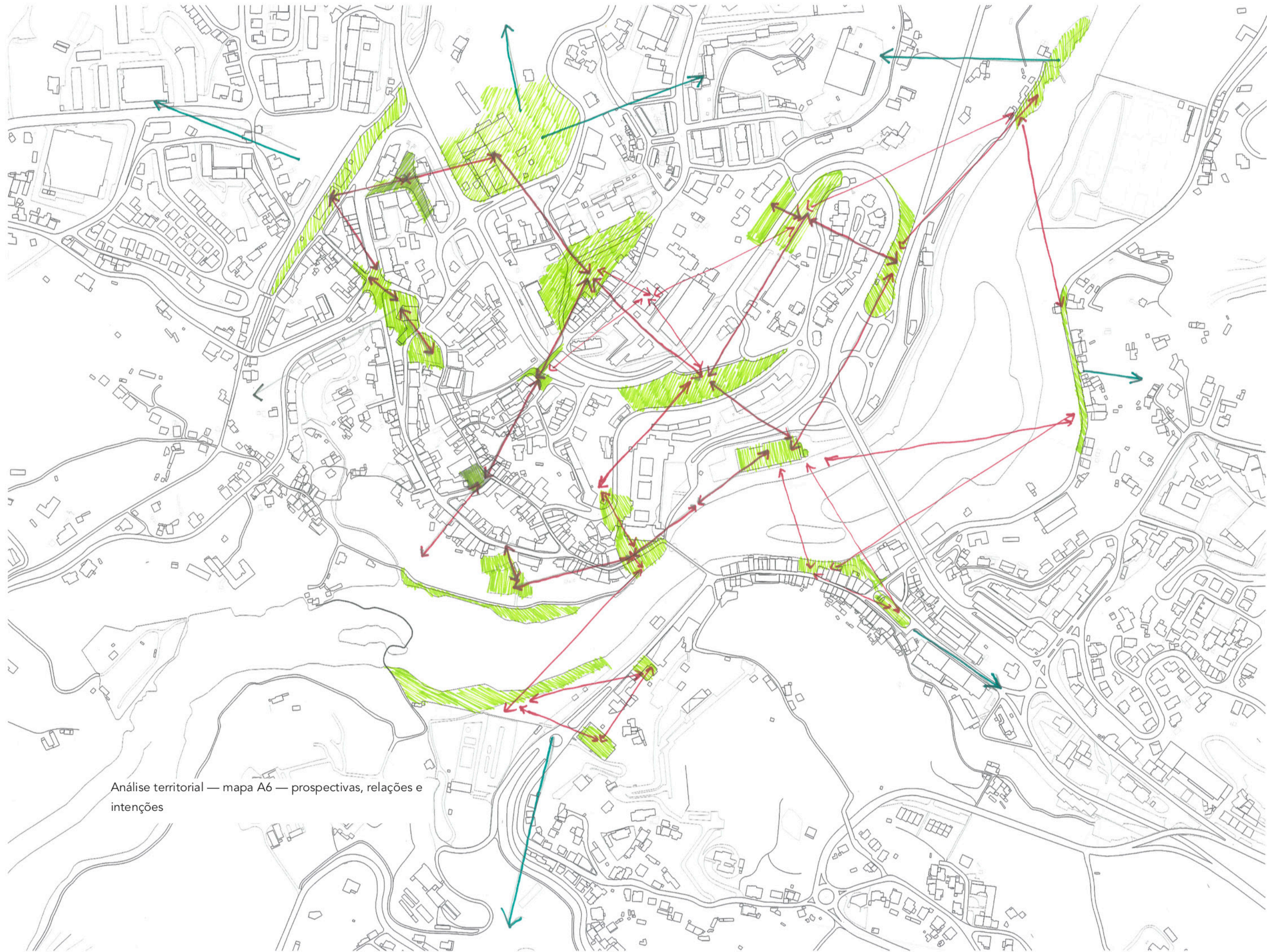
Análise territorial — mapa A3 — Espaços de estar, vazios,
miolos quarteirão, estacionamentos



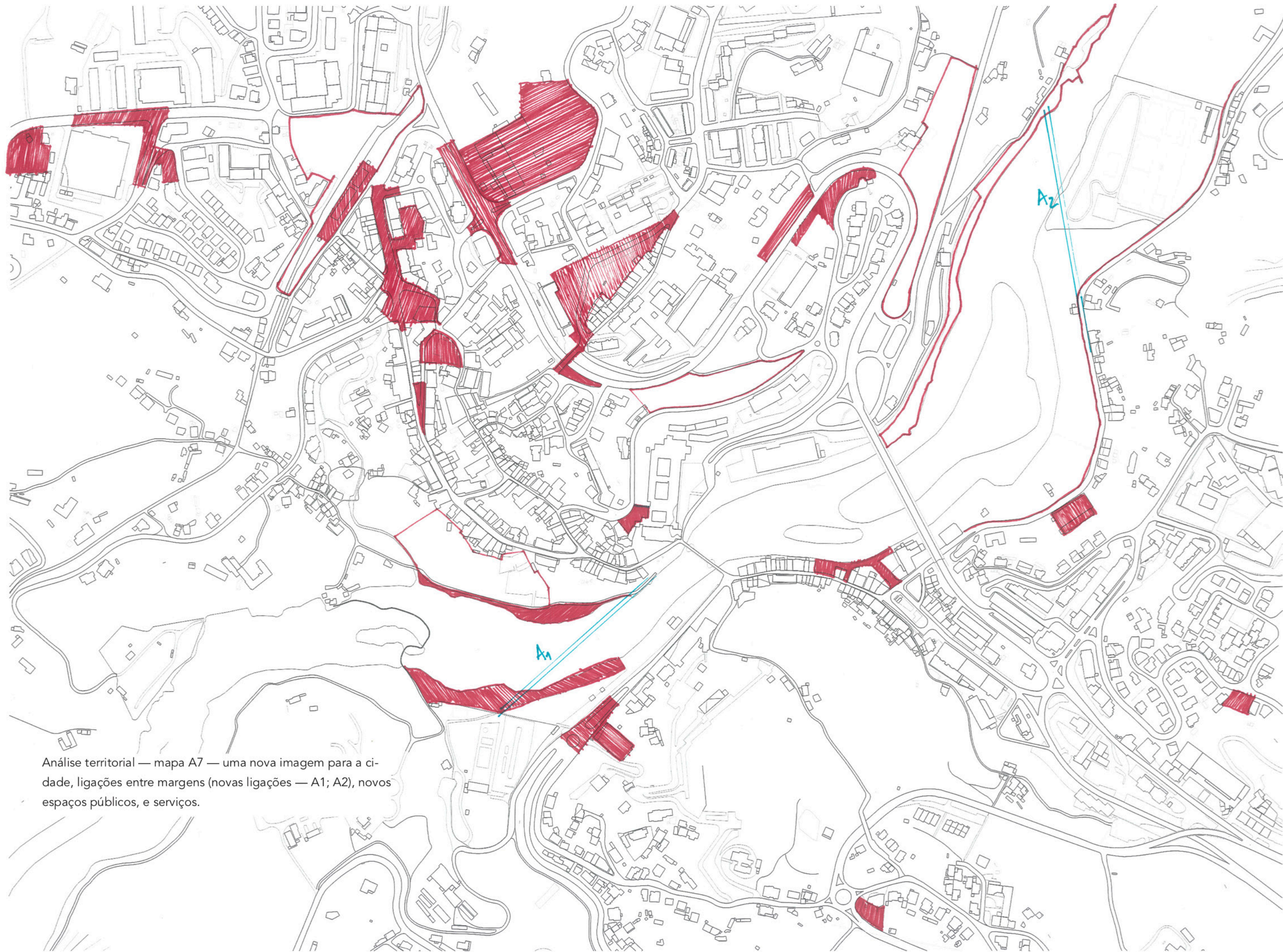
Análise territorial — mapa A4 — tipos de via, estados e relações entre elas.



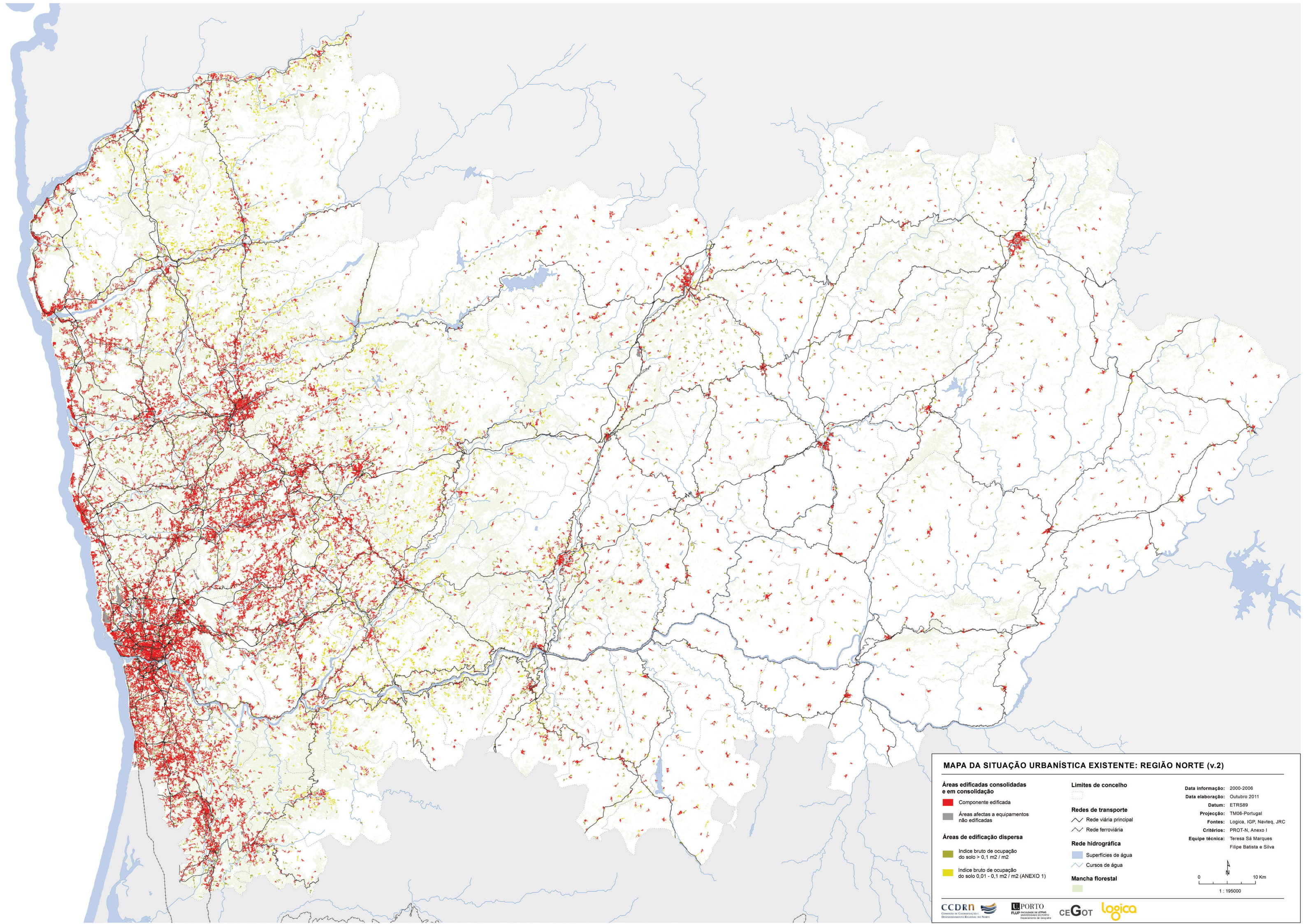
Análise territorial — mapa A5 — margens do rio, relação entre margens, e relação com o resto da cidade



Análise territorial — mapa A6 — perspectivas, relações e intenções



Análise territorial — mapa A7 — uma nova imagem para a cidade, ligações entre margens (novas ligações — A1; A2), novos espaços públicos, e serviços.



MAPA DA SITUAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE: REGIÃO NORTE (v.2)

Áreas edificadas consolidadas e em consolidação

- Componente edificada
- Áreas afectas a equipamentos não edificadas

Áreas de edificação dispersa

- Índice bruto de ocupação do solo > 0,1 m² / m²
- Índice bruto de ocupação do solo 0,01 - 0,1 m² / m² (ANEXO 1)

Limites de concelho

Redes de transporte

- Rede viária principal
- Rede ferroviária

Rede hidrográfica

- Superfícies de água
- Cursos de água

Mancha florestal

Data informação: 2000-2006

Data elaboração: Outubro 2011

Datum: ETRS89

Projeção: TM06-Portugal

Fontes: Logica, IGP, Navteq, JRC

Crítérios: PROT-N, Anexo I

Equipe técnica: Teresa Sá Marques
Filipe Batista e Silva

0

N

10 Km

1 : 195000

CCDRN

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte

FLUP

Faculdade de Letras
Universidade do Porto
Departamento de Geografia

CEGOT

logica

MAPA DA SITUAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE

- AMARANTE -

Situação Urbanística

- Áreas edificadas consolidadas e em consolidação
- Áreas de edificação dispersa IBOS > 0,1 m² / m²
- Áreas de edificação dispersa IBOS 0,01 - 0,1 m² / m²

Edificado

- Edifícios predominantemente residenciais
- Edifícios industriais e/ou comerciais
- Equipamentos

Limites administrativos

- Limites concelhios
- Limites de freguesia

Redes de transporte

- Rede viária principal
- Rede ferroviária

Rede hidrográfica

- Superfícies de água
- Cursos de água

Mancha florestal

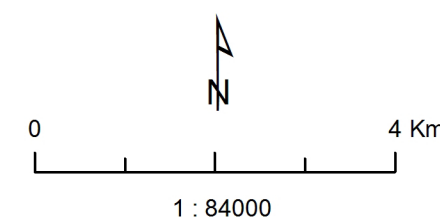
Data informação: 2003
Data elaboração: Outubro 2011
Datum: ETRS89
Projeção: TM06-Portugal
Fontes: Logica, IGP, Navteq, JRC
Critérios: PROT-N, Anexo I
Equipe técnica: Teresa Sá Marques
Filipe Batista e Silva

CCDRn
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

U PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO
Departamento de Geografia

logica

CEGOT



VAMOS PENSAR SOBRE AMARANTE? — respostas obtidas

1. Acha importante a sua opinião para contribuir para o desenvolvimento da cidade? Porquê?

1. Sim, o cidadão vê as coisas de outra forma.; 2. Sim, todas as opiniões são importantes, uma vez que é assim que se constrói uma cidade.; 3. Sim, porque a opinião do cidadão “ajuda” a criar respostas mais exatas.; 4. Claro que sim! São as pessoas que trabalham e vivem na cidade que a fazem.; 5. Sim.; 6. São importantes, porque a junção de todas as ideias são o resultado mais concen- trado, mais justo.; 7. Sim; 8. Sim, pois nós somos a voz da cidade.; 9. Sim, porque a conjugação de todas as opiniões das várias gerações seriam a respos- ta para uma solução mais justa.; 10. Acho fundamental, daí defender a apre- sentação e discussão pública de qualquer alteração de projetos de alteração à cidade.; 11. Sim, acredito que a construção da cidade ser um processo colabo- rativo para maior sentimento de comunidade, estima e pertença.; 12. Não. Acho que a maior parte das decisões que são tomadas não passam por nós e particularmente como comerciante ultimamente sinto-me muito prejudicada apesar de dar sempre a minha opinião.; 13. Sim, só com a opinião da popu- lação é que os governantes sabem onde investir, o que realizar, como agir. Etc.; 14. Sim, porque nós como habitantes é que sabemos quais são as princi- pais necessidades.; 15. Sim, porque cada uma das pessoas é que sabe as ne- cessidades mais importantes.; 16. Sim; 17. Sim, porque as pessoas se devem envolver mais.; 18. Sim; 19. Sim, acho importante, no entanto sinto que não temos muitos meios em como chegar a nossa opinião às pessoas certas, de modo a que seja ouvida.; 20. Sim, porque se deve ouvir o que as pessoas pen- sam para que estas sejam ouvidas para que se mantenham na cidade.; 21. Acho importante. 22. Sim; 23. Sim; 24. Sim, porque é importante a opinião de cada um como funcionamento em comunhão.; 25. Sim, a opinião de todos é impor- tante.; 26. Bastante importante.; 27.

Sim claro!; 28. Sim, a voz do povo em conjunto funcionaria de forma mais concreta para ser ouvida.; 29. Sim, acho importante para que os nossos representantes saibam que a nossa opinião possa mudar alguma coisa para o nosso bem estar.; 30. Sim, porque a opinião do cidadão contribui para um melhor desenvolvimento da cidade.; 31. Sim, porque desta forma tentamos que Amarante desenvolva a todos os níveis.; 32. Acho que sim.; 33. Sim; 34. Sim, acho importante que todos os cidadãos tenham opinião e participação ativa, uma vez que somos nós os principais interessados para que a nossa cidade seja uma cidade capaz de nos oferecer qualidade de vida.; 35. Sim, muito.; 36. Sim; 37. Sim, muito importante.; 38. A opinião essencialmente dos amarantinos é sempre importante para o desenvolvimento da cidade, uma vez que as pessoas estão mais dentro das necessidades e dos requisitos de modo a melhorar a cidade.; 39. Sim; 40. Sim; 41. Sim, acho que a opinião de todos é importante. Tendo em consideração essas opiniões saberiam resolver os problemas da cidade.; 42. Sim, não participo muito mas acho importante dar a nossa opinião.; 43. Sim, porque todos os cidadãos têm o direito de dar a sua opinião, contribuir com as suas ideias para que a cidade cresça de uma maneira geral com a opinião de todos os que lá vivem!; 44. Sim, os governantes deviam ouvir porque é desta forma que eles conseguem saber a nossa necessidade.; 45. Sim, porque seria uma melhor forma de chegar os verdadeiros problemas aos responsáveis.; 46. Sim, para que toda a gente esteja confortável; 47. Sim, chama à atenção para situações que passam despercebidas.; 48. Sim; 49. Sim, porque a junção, das várias opiniões podem levar com que os que gerem a cidade conseguem chegar a conclusões mais direcionadas ao que os Amarantinos precisam.; 50. Sim; 51. Sim. Pois nem sempre os responsáveis que trabalham nos gabinetes veem o que mais faz falta à cidade.; 52. Sim; 53. Sim; 54. Sim; 55. Sim, a arquitetura e o urbanismo como formas de desenvolvimento social, cultural, ganham com o contributo da opinião da população. Fazer cidade para quem a vivência.; 56. Sim; 57. Sim, apesar de não se agradar a todas é importante porque se tentava agradar a toda a gente minimamente. 58. Sim, se todas derem a sua opinião possivelmente vão se ver as falhas que se encontram para melhorar.; 59. Sim, porque faço parte desta cidade, a minha vida e o meu futuro estão aqui.; 60. Sim; 61. Claro que sim, se o governo desse mais ouvidos à

população jovem talvez en- contrasse soluções de emprego e desenvolvimento. Ajudar os jovens a fixar-se na cidade para haver mais movimento.; 62. Claro que sim, porque é uma mais valia para a sociedade.; 63. Sim, porque vivo na cidade e gostaria de ver a cidade com mais desenvolvimento a nível de educação.; 64. Sim; 65. Sim; 66. Sim, porque vivendo na cidade tenho conhecimento do que podem melhorar.; 67. Sim, pois é importante o desenvolvimento da cidade ser direcionado con- forme a necessidade dos seus habitantes.; 68. Sim, não me procuram para par- ticipar.; 69. Sim, sendo os jovens o futuro e os principais promotores do desen- volvimento é importante a opinião dos mesmo para o crescimento da cidade.; 70. Sim; 71. Acho que sim; 72. Sim, é importante ter em consideração as neces- sidades e expectativas dos cidadãos.; 73. Sim, é a base da democracia.; 74. Sim; 75. Sim. Não é possível desenvolver a cidade sem conhecer os cidadãos que lá habitam. Sem esse sentir do povo não se consegue perceber o que mais necessitam.; 76. Sim, penso que a opinião do cidadão poderá mudar aquilo que consideramos menos positivo.; 77. Sim; 78. A nossa opinião é importante, pois nós moradores de Amarante somos a voz.; 79. Sim; 80. Sim, porque é com as opiniões dos habitantes da cidade de Amarante que a mesma pode evoluir e são os mesmos que podem apontar o que não está tão bem e assim tentar corrigir isso!; 81. Sim, acho que toda a população tem o direito de opinar em relação a esse tema.; 82. Claro! Porque só quem vive e sente Amarante é que sabe o que realmente a cidade precisa!; 83. Sim, devemos dar a nossa opinião para melhorar e contribuir para o desenvolvimento da cidade!; 84. Não. Sou jovem, mulher e o círculo de opiniões amarantinas não é muito permeável...; 85. Sim. Porque toda a opinião é todo o feedback tem um papel fundamental na construção de ideias por parte dos responsáveis por esse desenvolvimento.; 86. Sim, porque cada um pode fazer um pouco a diferença e ajudar no desen- volvimento de Amarante; 87. Sim. É nesta cidade que vivo e que gosto de viv- er.; 88. Sim. Porque vivendo nela sabemos aquilo que falta à população ou o que poderá melhorar a favor de uma melhor qualidade de vida.; 89. Não porque deixei Portugal e a minha cidade quem esta a que tem de lutar; 90. Sim, para que seja motivação para outros.; 91. Sim, porque sou natural de Amar- ante; 92. Sim, como habitante da mesma temos de ser ouvidos.; 93. Sendo residente da cidade,

considero que a opinião de todos deve ter peso no futuro da cidade, pois esta é feita de pessoas e nada melhor que o rumo desta vá de acordo com as preferências das pessoas que nela habitam.; 94. Porque é a minha cidade; 95. Sim; 96. Sim, a opinião dos habitantes é importante para o desenvolvimento e dinamismo da cidade. As políticas que se estabelecem acabam sempre por depender muito dos cidadãos, uma vez que acabam por os envolver no processo de atuação e não só. Todas as cidades têm capacidade para se desenvolver em vários aspetos se estiverem socialmente dispostas para tal.; 97. Sim. Todas as opiniões contam, é mais um a pensar.; 98. Sim, mas não creio que alguém preste atenção, no entanto a equipa que está neste momento a gerir o município tem feito um bom trabalho.; 99. Sim, pois todos devemos contribuir ativamente para o bem-estar e desenvolvimento da nossa cidade. Se for uma opinião que ajude ao desenvolvimento e melhoramento social e económico da cidade é sempre bom.; 100. Naturalmente que sim! Qualquer Amaranantino sente que a sua opinião é importante para desenvolvimento da sua cidade...; 101. Sim, porque o contributo de cada cidadão deve ser tomado em conta.; 102. Sim porque sou habitante dela e devo-me sentir bem.; 103. É sempre importante a opinião das pessoas locais, porque são elas que vivem a cidade no seu dia-à-dia. São elas que constatarem constantemente com a problemática da cidade, desde os pontos positivos e também os negativos. Sendo assim são elas as que poderão dar uma melhor resposta/contribuição para o desenvolvimento da sua própria cidade.; 104. Sim. Acho que há decisões que não estão a ser bem tomadas.; 105. Nem por isso; 106. Acho que o fator mais importante no desenvolvimento de um lugar é efetivamente escutar aqueles que conhecem a cidade e que estão diariamente nesta de modo a tirar o melhor partido desta e ainda de se sentirem bem no lugar onde habitam/trabalham.; 107. Sim, ninguém melhor do que quem vive na cidade reconhece os principais problemas e as principais oportunidades de melhorias.; 108. Sim, porque a opinião gera ação e ação gera por vezes melhoramentos.; 109. Sim porque é a população que governa a cidade não só uma pessoa; 110. Sim.; 111. Sim. Porque todos devem contribuir com as suas opiniões.; 112. Sim, acho. Porque é dando a minha opinião que posso influenciar os decisores.; 113. Sim, porque penso que todos os habitantes que cá vivem têm direito a dar a sua opinião sobre o sítio

onde vivem.; 114. Não, porque não gosto de festas e é essa a prioridade da cidade; 115. Porque Amarante necessita de uma visão estratégica para finalmente atingir o potencial que todos lhe reconhecem; 116. Sim. A população é quem mais sabe das necessidades de uma cidade; 117. Sim. Porque qualquer opinião pode sempre ser construtiva.; 118. Sim, todas.; 119. Porque sou Amarantino; 120. Evolução industrial. Uma cidade com pouca indústria não evolui nos restantes aspetos.; 121. Claro. Os cidadãos são quem exploram a cidade.; 122. Sim porque uma cidade deve estar desenvolvida para o bem-estar dos seus cidadãos e de forma a cativar outros para se mudarem para lá, pois só assim a mesma consegue evoluir.; 123. sim; 124. Sim. Porque também somos “olhos”.; 125. Acho porque a minha opinião bem como a dos que moram em Amarante é preponderante para que haja desenvolvimento.; 126. Sim. Com a opinião da população a cidade pode desenvolver de acordo com as suas necessidades. 127. Sim, para além de viver cá, a minha infância foi passada a passear ao domingo pela cidade, pelo que tenho um carinho muito especial por Amarante.; 128. Sim. Nada melhor que a opinião de quem habita na cidade para dar uma opinião sobre o que pode ser uma mais valia para o seu território ; 129. Sim, porque a opinião de toda a gente é fundamental; 130. Sim acho. Porque havendo muitas lacunas a preencher em diversas questões da cidade são os cidadãos que podem e devem contribuir para que sejam resolvidas.; 131. Sim, é importante. É a opinião de um jovem habitante da cidade, que pretende o maior desenvolvimento para a mesma.; 132. Sendo nós habitantes, parte integrante da cidade penso que sabemos melhor que ninguém quais os pontos a melhorar e os pontos bons que a cidade apresenta.; 133. Não.; 134. sim, se houver muitas opiniões iguais a minha certamente chamara a atenção de quem dirige a cidade; 135. Acho que é importante como todas as outras. Todas as opiniões são importantes para perceber o que a população pensa. Assim poderia ser feito um estudo para perceber o que devia ou não ser mudado do primeiro.; 136. Porque como cidadãos devemos contribuir positivamente para o desenvolvimento da nossa cidade. 137. –; 138. – ; 139. Sim Todas as opiniões são importantes; 140. Sim, como residentes ou com trabalho em Amarante vamos estar cientes das especificidades e utilidades da cidade, assim como melhor aconselhar à sua

adaptação às nossas necessidades.; 141. Sim, o pensamento jovem deve ser ouvido; 142. Sim. Porque uma opinião em sempre importante.; 143. Sim. É uma cidade com muita história/recursos e no seu desenvolvimento devemos ter em conta a opinião dos seus habitantes. Já que o mais importante numa cidade são os seus habitantes e são eles que dão valor e atividade a uma cidade.; 144. Muito sinceramente não... o atual executivo só pensa em festas e festinhas; 145. Sim, porque a cidade é feita das pessoas que nela habitam. Todos os cidadãos merecem ser ouvidos e a opinião de todos conta para fazer a cidade evoluir.; 146. uma boa ideia pode estar onde menos esperamos; 147. Não. Não sou especialista; 148. Quem habitou ou habita tem uma opinião crítica do passado e do presente; 149. Nem sim nem não, é apenas a minha opinião, vale o que vale.; 150. Sim. Para melhorar algumas falhas de acordo com a opinião da população.; 151. Sim, há que direccionar o desenvolvimento/investimento sobre o interesse dos cidadãos para que possam fazer um bom contributo.; 152. Sim, pois resido e estudei no concelho de Amarante, no entanto agora não tenho acompanhado os pequenos avanços da cidade porque estou a estudar fora do distrito.; 153. Sim, pois quanto mais pessoas falarem da cidade de Amarante e das suas características, mais curiosas ficam, mais querem visitar, mais se querem fixar e investir e mais desenvolvimento traz para esta linda cidade, que tem vindo a desenvolver-se a todos os níveis.; 154. Sim, melhores estradas e o mato nos terrenos e valetas cortadas; 155. Sim. Como cidadão, acho que é importante termos a consciência da nossa cidade, aquilo que pode e deve ser melhorado.; 156. Todos fazem parte da cidade e, portanto, tem a sua contribuição à dar.; 157. Sim, pois são os habitantes da cidade que melhor se apercebem dos diferentes problemas e que transmitindo as suas críticas construtivas/sugestões podem dar um contributo positivo para o seu desenvolvimento.; 158. Jovem natural e residente em Amarante; 159. A minha opinião é irrelevante.; 160. na opinião a cidade está a ficar "velha" ... precisa que removem os edifícios; 161. Sim, acho importante a opinião de todos aqueles que vivem/viveram em Amarante, pois conhecem a cidade, sabem quer os aspetos positivos, quer os aspetos negativos e só assim é possível perceber o que se pode mudar (ou continuar a fazer). No meu caso em específico, dado que sou jovem, acho que somos nós (jovens) que trazemos novos temas e novos

conhecimentos para modernizar a cidade.; 162. Sim! Boas opiniões geram sempre ótimas ideias para se colocar em prática.; 163. Sim to- dos os que vivem Amarante têm um contributo importante a dar. 2. Que característica(s) positiva(s) acha que a cidade de Amarante possui?

1. Cidade muito bonita e com muita história; 2. Ser limpa e bonita; 3. O turismo, a oferta a nível de monumentos; beleza...; 4. Calma e centro histórico; 5. Localização; 6. Monumentos; 7. A beleza natural e arquitetónica; 8. Na minha opinião é o turismo devido à sua beleza natural; 9. Paisagem natural e arquitetónica; 10. A cidade de Amarante possui imensa história e paisagens naturais cativantes.; 11. Cultura; 12. A sua beleza; 13. Monumentos, igreja e ponte; 14. Zona histórica viva e bem conservada; 15. Património, história, cultura; 16. A paisagem, rio Tâmega; 17. A colhedora, boa gastronomia, comércio tradicional; 18. Paisagem natural; 19. Monumentos, bares; 20. A beleza da cidade com a presença do rio; 21. Gastronomia, beleza natural; 22. Os monumentos e a história; 23. Paisagens (rio), monumentos; 24. Qualidade de vida, beleza...; 25. Acolhedora, linda; 26. Rio; 27. São Gonçalo (mosteiro); 28. A sua área paisagística, assim como vários monumentos, a cultura através dos seus artistas que deixaram o seu legado, e a gastronomia.; 29. Gastronomia, biblioteca, São Gonçalo; 30. Mosteiro S. Gonçalo, rio, Zona histórica; 31. Rio, património edificado; 32. Gastronomia, arte; 33. Rio Tâmega, mosteiros (São Gonçalo, Mancelos); 34. Paisagem (rio), igreja, mosteiro; 35. Rio, ponte, mosteiro São Gonçalo; 36. É uma cidade muito turística, embora pequena tem pontos atraentes como o rio Tâmega, a ponte e muitas outras coisas que atraem as pessoas a visitá-la.; 37. Romeiros da festa de São Gonçalo.; 38. Localização, rio, história, as pessoas.; 39. Tudo de bom – rio formidável, monumentos bonitos. Uma cidade que respira saúde.; 40. Rio; 41. Cultura, gastronomia, floresta; 42. O turismo; 43. Rio, São Gonçalo; 44. Beleza cultural, ambiental e bastante dinamismo social; 45. Amarante é uma cidade em que destaco a preservação do centro histórico, bem como o ótimo trabalho na criação de eventos, aspetos que trazem à cidade cada vez mais pessoas, vantajoso para a economia e comércio local.; 46. Mosteiro,

rio; 47. Cidade bonita, pena não se aproveita melhor a beleza da nossa cidade; 48. Monumentos, rio, comida tradicional; 49. A igreja que dá o ser à cidade, igreja de S. Gonçalo e a ponte; 50. A cidade possui monumentos importantes e históricos e um ótimo parque florestal.; 51. Ter serviços; 52. Cidade com bastantes atividades turísticas; 53. Existência de vários festivais de verão; 54. A paisagem, o rio; 55. Movimento de trabalho, qualidade de vida; 56. Atração turística; 57. Ecopista para a realização de caminhadas e exercício; 58. Monumentos; 59. Tranquilidade, boa para o turismo, bem centralidade; 60. A beleza natural que rodeia o centro histórico. A forma de ser da sua gente (sem preconceitos, amigáveis e sempre pronta a ajudar).; 61. Monumentos históricos atrativos ao turismo; 62. Festas; 63. Tem boas áreas verdes; 64. Património, história, gastronomia, paisagem; 65. Qualidade de vida (balanço entre qualidade de vida/rendimento) pouco trânsito, tranquilidade; 66. O facto de o centro histórico possuir um grande fluxo económico e de turismo; 67. O facto de possuímos rio e o mosteiro se assim não fosse não sei o que seria Amarante; 68. Belezas naturais, pouco cuidadas, nomeadamente no que respeita às margens do rio.; 69. Natureza no centro da cidade; 70. Rio; 71. A história da cidade; 72. Rio Tâmega (nem qualquer cidade tem); 73. Paisagem – rio Tâmega; 74. Arquitetónicas e paisagísticas; 75. Rio e a igreja de São Gonçalo; 76. Pontos históricos; 77. Beleza, cidade bonita e acolhedora; 78. Beleza da cidade; 79. As festas, a arquitetura, e as pessoas, que são o que torna Amarante tão grande!; 80. Beleza natural; 81. As paisagens; os eventos culturais ao longo do ano; a tranquilidade (é uma cidade bastante pacífica, em comparação com outras) e a gastronomia.; 82. O ponto principal é sem dúvida o rio e a paisagem que o mesmo proporciona. Depois claro, toda a envolvente ambiental e cultural que se destaca.; 83. Localização, rio, boa comida, bom vinho, bons petiscos, simpatia das pessoas.; 84. Natureza envolvente e História; 85. Uma população bastante jovem. O facto de ser o mais município do distrito do Porto; 86. Possui muitas dinâmicas e é uma cidade que tem muito para oferecer desde a paisagem à gastronomia e também devido à sua história; 87. Beleza natural. As pessoas Boas comidas Vinho Doces Cultura Floresta; 88. O centro histórico e a paisagem; 89. É uma boa cidade para visitar turística; 90. Cidade calma, aldeias de gente acolhedora e ricas tradições; 91. Centro histórico muito bonito; 92. Rio, cultura,

gastronomia (pastelaria, vinhos enchidos etc), uma beleza natural sem igual, história, equipamentos de lazer (golf, piscinas e parque aquático, termas); 93. Rio; 94. Toda a envolvência histórica, uma cidade pacata, um desenvolvimento cultural positivo e dinamismo.; 95. Espaços tops, gastronomia top entre outras coisas; 96. Tranquilidade; 97. Por se situar num território de transição entre Porto e Vila Real, consegue adquirir várias características urbanas e rurais. Para além disso, a arquitetura antiga que esta possui é um cartão de visita. Amarante tem também um património cultural rico. Esta abarca figuras como o conhecido pintor Amadeo, o poeta Teixeira de Pascoas, José Coelho dos Santos compositor romântico do séc XIX, entre outros. Para além disso, as estratégias que esta tem criado para o desenvolvimento da cidade, enquadram-se muito na internacionalização da mesma. A candidatura a Cidade da Música pela UNESCO, o Festival MIMO e o Festival Concurso de Guitarra são exemplos disso. Há poucas cidades que apresentam a população com festivais desta dimensão com ofertas tanto musicais como educativas e ainda ajudam para o desenvolvimento da economia. Amarante é uma cidade que dá muita importância ao seu legado cultural, gastronómico e histórico.; 98. Das cidades mais fotográficas do país, desde o centro até às serras que a rodeiam.; 99. Amarante é uma cidade que soube aproveitar bem a parte histórica para o desenvolvimento do turismo, foram os vários eventos providos pela câmara como o caso do mimo que são muito úteis para o desenvolvimento da cidade.; 100. As pessoas, a natureza, a cultura e os monumentos; 101. Amarante, pensando sempre no centro, São Gonçalo, é uma cidade muito bonita, histórica, com boa localização, o rio dá ênfase à beleza natural característica da cidade.; 102. A zona turística à beira rio; 103. A sua localização é desde logo a sua melhor característica. Amarante encontra-se num eixo central entre várias cidades de grande importância do norte do país. Para além de que tem o privilégio de ser percorrida pelo rio Tâmega, sendo considerada esta cidade a "Princesa do Tâmega". Tem ainda em seu torno a grande Serra do Marão, onde se pode observar uma vasta diversidade de fauna e flora. Tanto o rio como esta serra, podem ser propícios para um enorme leque de actividades ligadas à natureza.; 104. O património.; 105. A ponte; 106. Beleza, história, População, gastronómica e cultura; 107. É uma cidade que apesar de muito bonita

é bastante acolhedora, possui inúmeros pontos de interesse e onde também se pode des- frutar de uma belíssima paisagem sobre o rio Tâmega. Amarante tem também excelentes sítios para comer e passar um bom serão. É uma cidade pequena e onde todos os que a habitam se sentem bem.; 108. Cidade muito bonita, com inúmeros cafés e sítios giros para aproveitar a gastronomia portuguesa.; 109. A história, os monumentos, a gastronomia...; 110. Vários monumentos para visitar espaços verdes.; 111. Muitas! Enquadramento paisagístico, património histórico, tradições, gastronomia; 112. Possui um centro histórico de uma be- leza ímpar. O rio e as suas margens. O património religioso e cultural. A gas- tronomia. Uma herança riquíssima do seu povo: o pão de padronelo, os bom- bos de jazente, a viola amarantina, a chula de Carvalho de Rei... Etc.,etc.; 113. Sítios e paisagens bonitas.; 114. Tranquilidade; 115. Arquitetura e rio; 116. O conjunto arquitetónico que possui no centro da cidade. O seu rio. A sua história. As suas figuras culturais.; 117. O rio, a Igreja de São. Gonçalo...; 118. Todas; 119. A igreja de S Gonçalo o rio Tâmega e suas margens; 120. Vila Meã; 121. Paisagem; 122. Beleza. Conforto.; 123. Localização; Segurança; Beleza pais- agística; Tranquilidade.; 124. Zona histórica, gastronomia; 125. A localização junto às margens do rio; 126. Natureza, monumentos e gastronomia.; 127. Bom ensino com instituição privada e pública de modo a abranger toda a gente. Cidade turística o que é positivo para a economia do concelho.; 128. A local- ização junto ao rio Tâmega.; 129. Turisticamente acho a cidade muito apelativa, o rio, a igreja de S. Gonçalo e atualmente todos os festivais que se realizam na cidade.; 130. Amarante tem belas paisagens, uma boa gastronomia, sitios inter- essantes para visita o que atrai muita gente de fora das cidades; 131. A sua história, antepassados, a sua localização a beira rio. Etc; 132. É uma cidade bonita e chamativa, possui um grande mercado e de fácil acesso. É uma boa cidade para lazer e com boa qualidade de vida. Uma cidade que começou a apostar em eventos culturais.; 133. Cidade Histórica; 134. Localização, gas- tronomia, ambiente, programa cultural e festivo; 135. Beleza natural; 136. Bela arquitetura, boa qualidade de vida, belas paisagens, monumentos e grande história; 137. Tem uma beleza natural excelente, umas paisagens espetaculares, tem ótimos sítios para relaxar e com o turismo toda a dinâmica da cidade tem crescido ultimamente, cada

vez mais gente visita Amarante.; 138. A sua localização, a história e os recursos naturais existente.; 139. Tradições; 140. Cidade antiga, mas jovem. Várias atrações Turísticas; 141. Espaços verdes e áreas de lazer, zonas pedonais.; 142. Voluntariado jovem; atividades para todo o tipo de idades; 143. Boas qualidades. Tem rio. Tem uma floresta magnífica. É sem dúvida uma cidade mística.; 144. Os Amarantinos (habitantes) História Paisagens Recursos Criatividade Eventos. É uma cidade atualmente mais focada na cultura/arte e que tem oferecido novas oportunidades para os jovens.; 145. O mosteiro e a ponte de S. Gonçalo; 146. Cultura, história e natureza; 147. beleza natural (parte antiga); 148. Paisagens bonitas que podem ser melhoradas; 149. Para mim o mais positivo e porque até sou suspeito nesta matéria é manterem o rally de Portugal na cidade, somos uns privilegiados. Muito obrigado; 150. Monumentos, eventos, localização; 151. Escolhas diversificadas de lazer, cidade verde, boa gastronomia...; 152. Amarante é uma cidade que pode oferecer uma diversidade de "recursos". Desde a cultura, gastronomia, lazer, música, etc. Todos estes fatores formam um conjunto muito positivo e variado que eleva o valor da cidade.; 153. A cidade de Amarante é uma linda cidade histórica, que todos têm que visitar, têm vindo também a crescer a nível industrial, trazendo emprego. Tomou partido dos pontos fortes (monumentos históricos e pessoas ligadas à cidade como Amadeu Souza Cardoso, Agustina Bessa Luís) e os eventos tornam-se constantes, têm como pilares a música, património, cinema e arte, adoro o Festival MIMO, integra todos estes componentes. Aos poucos Amarante tem vindo a afirmar-se como uma das cidades mais procuradas do nosso país.; 154. Turismo e tradições; 155. Cidade tranquila, com gente jovem é capaz de cativar pessoas de fora.; 156. A arquitetura antiga e o Rio Tâmega.; 157. Beleza natural e simpatia dos habitantes.; 158. Histórica. Cultural. Religiosa. Paisagens Naturais.; 159. O tamanho. É uma cidade pequena.; 160. rio e floresta para atrair os turistas; 161. Sem dúvidas a riqueza histórica é uma das principais. Além disso, é uma cidade (conselho) onde nasceram inúmeras figuras ilustres e de relevo nacional (sobretudo). Pode ainda referir-se a beleza natural e a gastronomia. E as pessoas, a simplicidade das pessoas.; 162. Amarante está agora melhor...Mais animada,mais movimentada,mas ainda com necessidade de evolução.; 163. A Beleza Natural.

3. Que problema(s) aponta à cidade?

1. Nenhum; 2. O maior problema a meu ver , talvez seja a sujeira com que se encontram as ruas por vezes!; 3. Talvez mais controlo em termos de poluição ambiental.; 4. Falta mais divulgação, mais programação cultural, algo que puxe os não habitantes para a cidade.; 5. O rio não está mt limpo o que dá mau as- petos, a limpeza das ruas, embora já esteja melhor, pouco estacionamento; 6. Taxa elevada de desemprego, abuso de poder, centralização, uso de dinheiros públicos indevidamente; 7. Desenvolvimento atrasado face às suas potenciali- dades, e à sua capacidade de o fazer sustentavelmente; 8. Criação de emprego Défice transporte público Parques infantis pelas freguesias do concelho Recol- ha de lixo; 9. Falta de mais divulgação das atividades envolventes na cidade; 10. Falta de oportunidades para empregar os jovens; 11. A cidade não evolui no ponto de vista trabalho/ turismo/ comércio/ educação e esta a contribuir para que as pessoas tenham de se mudar para outras cidades.; 12. Falta de inovação; 13. Os próprios amarantinos que apenas criticam acudindo cada um á sua cor politica e não á cidade, colocando defeitos no que de bem se faz (como o MIMO) e empurrando responsabilidades no que ainda esta por ser feito. Embora nao apontando responsabilidade acho que o parque florestal merecia uma intervenção prioritária, voltar a chamar gente durante todo o ano.; 14. Prédios na cidade; 15. Talvez o desenvolvimento da cidade esteja um pou- co lento, mesmo a nível empresarial e comercial acho que fica um pouco aquém.; 16. Balcões de apoio aos contribuintes com mau funcionamento; 17. Falta de atividades; 18. Apesar de todas as atividades e projetos que se real- izam na cidade, nem todas chegam a parte da população. Para além disso, sente-se ainda uma falta de recursos tanto humanos como financeiros por parte de alguns agrupamentos musicais da cidade. Apesar da aposta na música, sente-se ainda este fator contra.; 19. No passado ficou patente a falta de organ- ização e planeamento.; 20. Falta de aproveitamento do Marão, onde pouco ou nada se inclui na cidade.; 21. a minha opinião as partes periféricas da cidade ficam de parte, o que torna a cidade muito centralizada e o desenvolvimento e meios muito para uma parte

reduzida da população.; 22. Acessibilidades, urbanismo da autarquia que sisma em barrar tudo e não percebem com isso que só estão a impedir gerar economia e desenvolver Amarante! Um polo universitário também daria vida a Amarante; 23. Apesar de ter uma boa localização, penso que os acessos não são os melhores. Quero com isto dizer, que as redes de estrada não se encontram nas melhores condições. Penso, ainda, que há muito a fazer por Amarante, e focando-me novamente no centro da cidade, penso ser urgente requalificar a zona à beira rio, e claro, melhorar algumas infra-estrutura de toda a cidade.; 24. Como é sabido pelos cidadãos amarantinos, o estacionamento é um problema em voga nesta cidade. Mas também não é assim tão importante porque sendo uma cidade com uma pequena dimensão é muito fácil o acesso via pedonal entre os três centros de Amarante (Santa Luzia/Largo de São Gonçalo/Arquinho), o problema dos nossos cidadãos é que querem deixar o seu carro logo na entrada das lojas e isso não é possível. Uma boa frase que ouvi do arquitecto Souto Moura numa conferência que ele deu foi a seguinte “Queremos uma cidade para o Homem ou para o carro?”, esta citação é essencial para sabermos qual é o nosso objectivo para a nossa cidade. Um problema que assisto que não tem bem a ver com cidade, mas com a imagem que queremos passar da cidade a quem a visita e não só, é a limpeza do nosso rio. Sendo um rio tão próximo dos cidadãos como este, é imperioso a limpeza deste porque é o rosto da nossa cidade.; 25. Má gestão de recursos.; 26. Nenhum; 27. Falta de emprego e população jovem; 28. Falta de transportes públicos Falta de espaços noturnos; 29. Pouco desenvolvida.; 30. Falta de estacionamento; 31. Falta de transportes públicos; 32. Falta de parques de estacionamento, que permitam fechar de uma vez por todas o trânsito no centro histórico.; 33. O rio precisa que olhem para ele e para sua despoluição. O trânsito a evitar em toda a zona histórica. Ter em atenção o estado da nossa biblioteca. Zelar por todos os espaços públicos de uso frequente. A ecopista é um deles. Um perigo constante para os utilizadores. A iluminação no túnel determinante.; 34. Nenhum.; 35. Agradar mais aos turistas que aos habitantes; 36. Estacionamento. Fraca fixação do turismo.; 37. Falta de locais de lazer e convívio de crianças, nomeadamente parques infantis. Desprezo e desmazelo de alguns locais da cidade, como o parque florestal. Falta de uma sala de espectáculos em condições

de receber grandes espetáculos.; 38. A falta de limpeza do rio, a água está sempre muito suja.; 39. A falta de transportes públicos; 40. Esquecer-se das restantes vilas pertencentes à concelhia porque são mais distantes do que as centrais; 41. Demasiado parada. Poucas atrações em todos os aspetos.; 42. Nada a apontar.; 43. Pouco investimento na limpeza e conservação do Rio Tâmega; Pouco investimento nos parques infantis no centro da cidade; 44. Falta de novidades; 45. O pensar-se em grande sem olhar a meios. Pequenos investimentos, mais bem pensados, poderiam beneficiar muito mais a cidade do que certas obras feitas. A florestal não precisava da obra megalómana que querem fazer(e nunca mais fazem) mas sim de pequenas re- struturações . Os funcionários do estado poderiam trabalhar mais nesse senti- do. Há bons exemplos feitos noutras cidades que poderiam servir de inspiração. Mas não, o Português(neste caso o Amarantino que tem poder) tem a mania de : ou se faz em grande ou então nem se mexe....; 46. Acessos periféricos em muito mau estado, ruas com valetas sujas...com ervas ...; 47. Falta de sala de espetáculos e aposta em eventos culturais mais frequentemente. Falta de um polivalente desportivo e poucos eventos desportivos que incentivem os jovens à prática desportiva. Falta de atenção à reconstrução das estradas da cidade nas periferias.; 48. Pouco desenvolvimento, tem muito potencial que não é aproveitado.; 49. Penso que o principal problema está relacionado com o de- saproveitamento de vários locais, por exemplo, o mercado municipal, a florest- al, o campismo.; 50. Um dos grandes problemas é a poluição do Rio, não aproveitamento dos espaços verdes, falta de empregabilidade; 51. Neste mo- mento a cidade está "morta", não existe diversidade na área de comércio, uma coisa muito importante são os jovens, e amarante está a expulsalos porque não há por assim dizer "noite jovem" e isso é muito importante para manter uma boa cidade; 52. Dificil acesso ao hospital por transportes públicos, bem como falta de especialidades no hospital inclusive maternidade. É uma cidade com as estradas pelo concelho muito mal tratadas.; 53. Falta de programas socais en- tre os meses de outubro e maio; 54. Poluição do rio, falta de um plano a longo prazo para revitalizar alguns espaços (ex. florestal).; 55. Urbanização; 56. Falta de industria, entretenimento (Cinema, Teatro existe esta mal aproveitado a meu ver, shopping, etc); 57. Um problema grande são as estradas. Muitas das estra- das do concelho

estão estragadas (cheias de buracos).; 58. Deveríamos ter mais atenção ao meio que nos rodeia e preservar melhor o nosso património; 59. Falta de cuidados no rio; 60. Poucos estacionamento; 61. Ausência de linha férrea.; 62. Poluição no rio Tâmega; 63. Parque De Campismo . A não funcionar faz muita falta.; 64. Os acessos. E haver uma priorização no centro de Amarante, ou seja, a maior parte dos eventos serem todos no seu centro. Seria interessante haver mais dinamização em outros locais (por exemplo Solar dos Magalhães).; 65. Vários Má postura de trânsito Falta de estacionamento Falta de estruturas para atração de investimento nomeadamente parques empresariais, centros de formação...; 66. Estacionamento, preocupação ambiental e emprego qualificado; 67. Falta de dinamismo económico; 68. Todo o crescimento urbanístico foi mal organizado; 69. A cidade encontra-se igual e sem crescimento nenhum há imensos anos; 70. A falta de estacionamento e desde logo a pouca compreensão e bom senso das autoridades de Amarante; 71. Falta de transportes públicos; 72. ...; 73. Falta de grandes serviços como cinema e McDonald's. Investir mais no turismo, pois as condições são ótimas para tal.; 74. Penso que ainda falta investir mais no turismo, infraestruturas e acessibilidades, mas está no bom caminho.; 75. Na cidade não tem muitas mas nas freguesias a bastantes; 76. Não se aproveita os recursos que temos.; 77. O trânsito, a falta de estacionamento e o desleixo com os despejos de esgoto no rio.; 78. Elevados preços das habitações; falta de investimento/criação de postos de trabalho, Poluição do rio Tâmega, falta de funcionamento total do Hospital de Amarante, não existência da EDP, não existência da PSP, ...; 79. Falta de promoção do desenvolvimento dirigido, especificamente, aos jovens. Escasso aproveitamento daquelas que são as vantagens da cidade. Má organização urbanística. Diminuta aposta em várias vertentes culturais, mais jovens e contemporâneas.; 80. Falta de estacionamento. É pensada para os turistas e esquece os que cá vivem.; 81. edifícios degradados; 82. Um bocado a estagnação na modernização. Se por um lado é uma cidade histórica, e sem dúvida que o deve preservar, por outro não tem evoluído face às cidades vizinhas. No momento em que vivemos torna-se essencial, pois cada vez mais os jovens abandonam a cidade quando teriam muito potencial para novos projectos, por exemplo. Os novos projectos não devem alterar a paisagem e a história da cidade, mas

é útil um combinações entre estes dois factores (modernização e história) para que gradualmente a cidade não fique esquecida.; 83. Amarante continua a precisar de um parque da cidade...um parque onde as famílias possam ir e passear, um parque onde as crianças possam brincar...um parque onde se possa estar em lazer.; 84. Estado do Rio; 85. —; 86. Rede de transportes públicos; 87. Falta de estacionamento; 88. Falta de desenvolvimento em muitos setores; 89. Falta de divulgação de informação; 90. Poluição, cheiro, falta de prog. Cultural, rio; não há jovens no verão; 91. Degradação dos edifícios/património. Falta de atividades/programação cultural; mau cheiro; poluição do rio; não há existência de vida noturna; 92. Transito, falta de polo universitário, falta de zona industrial, infraestruturas básicas para uma cidade turística, apoio ao comercio tradicional; 93. Constrangimento rodoviário; 94. Falta de atividades na floresta; falta de empresas; falta de espaços verdes; falta de polo universitário; 95. Pouco tratamento do rio; 96. Falta de saneamento (Gondar); 97. Transito nas ruas do centro histórico, devia ser tudo pedonal; 98. Demasiada utilização de transporte individual (carro); 99. Falta de estacionamento; 100. Quem a representa politicamente; 101. A falta de oferta de emprego; é necessário mais investimento empresarial; 102. Falha nos transportes públicos – referencia às aldeias que têm pouco acesso ao centro; falta de comboio; 103. Falta de transportes públicos – fraca acessibilidade; 104. O transito, passagem de carros na ponte de S. Gonçalo; 105. Lixo no chão; 106. Pouco emprego; 107. Escassez de infraestruturas destinadas a atividades de recreio e lazer; 108. A falta de dinamização durante os meses de setembro a maio. A falta de contacto com aqueles que gerem a cidade; 109. Falta de oferta de trabalho; 110. Falta de atividades; 111. Poucos espaços verdes e nenhum parque publico para crianças; 112. Falta de desenvolvimento em outros setores; 113. —; 114. Falta de acessibilidade; 115. Pouca limpeza das estradas das freguesias; 116. Falta de um cinema; 117. Falta de transportes públicos (comboio); 118. A recolha de lixo e falta de ecopontos; 119. Falta de estacionamento; 120. Estacionamento (falta dele); 121. São tantas... a recolha do lixo, universidades, mais desenvolvimento para os nossos jovens; 122. Falta de chafariz – tornava Santa Luzia mais bonita; falta de distrações; 123. O principal problema que aponto à cidade é a limpeza do rio, visto que o rio Tâmega se encontra

altamente poluído; 124. Problemas nos transportes; 125. Falta de estacionamento; 126. Não ter outra fonte de rendimento que não seja o turismo; 127. Embora seja uma cidade desenvolvida, Amarante está bastante envelhecida; 128. Estacionamento (falta); 129. Falta de estacionamento; falta de comboio; 130. Limpeza da cidade (falta de tratamento de jardins e no global); falta de estacionamento (se houvesse mais estacionamento seria possível tirar o trânsito das ruas, principalmente na zona histórica); 131. Estradas/ruas danificadas; 132. Falta de espaços para o estacionamento do automóvel; 133. Preservação da floresta; a cidade está muito velha; 134. Poluição do Rio; 135. Falta de universidades; falta de atividades nas freguesias; as pessoas estão bem nas cidades, nas aldeias e nas vilas falta investimento.; 136. Estacionamento (falta); 137. Deficiente governação da cidade; 138. Falta de estacionamento; falta de parque infantil (sendo mãe a que respondeu); 139. Falta de empresas para criar emprego; 140. Falta de transportes públicos, recolha de lixo, vias públicas em mau estado e a ligação ferroviária que deixou de existir entre a Livração e Amarante; 141. Pouco estacionamento, pouco trabalho (poucas fábricas); 142. Má governação; 143. Falta de estacionamento; 144. Problemas de circulação automóvel; 145. Falta de desenvolvimento; falta de jovens – falta de trabalho; falta de incentivo por parte da câmara; 146. A falta de desenvolvimento, falta de faculdade, centros comerciais ...; 147. Rio sujo, falta de emprego; 148. Falta de investimento por parte da cidade. O comércio corre um grande perigo; 149. Falta de estacionamento; 150. Falta de apoio aos jovens licenciados. pois a cidade está a tornar-se mais idosa e os jovens “fogem” da cidade; 151. Mobilidade/trânsito no centro histórico; 152. Falta de estacionamento; 153. Falta de meios de transporte (via comboios); 154. Pouco desenvolvimento industrial; 155. Falta de parques infantis; 156. Um dos problemas que mais sobressai é a poluição do rio; 157. Falta de civismo da população; 158. Falta de estratégia cultural e poluição; 159. Existem vários, mas acima de tudo, falta sensibilidade para questões culturais; 160. A falta de investimento e apoio em novas tecnologias; 161. A não oferta a nível de ensino superior; 162. Não ter estação; 163. Muitas aldeias sem saneamento.